

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**NICOLE ORESME (1323-1382): Pequeno tratado da primeira  
invenção das moedas e algumas reflexões sobre os seus  
ensinamentos**

**AURECI SANTOS TORRES DA SILVA**

**PARANAVAI  
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**NICOLE ORESME (1323-1382): Pequeno tratado da primeira invenção das moedas e algumas reflexões sobre os seus ensinamentos**

Dissertação apresentada por AURECI SANTOS TORRES DA SILVA ao Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaíba, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ensino.

Área de concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientadora  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CONCEIÇÃO SOLANGE BUTION PERIN

## Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586n Silva, Aureci Santos Torres da  
Nicole Oresme (1323-1382): pequeno tratado da primeira invenção das moedas e algumas reflexões sobre os seus ensinamentos / Aureci Santos Torres da Silva. - Paranavaí, 2017.  
104 f.

Orientadora: Prof.a Dr.a Conceição Solange Bution Perin.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino Formação Docente Interdisciplinar, 2017.

1. Idade Média. 2. Nicole Oresme. 3. Ética. 4. Processo de ensino. I. Perin, Conceição Solange Bution, orient. II. Universidade Estadual do Paraná. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino Formação Docente Interdisciplinar. III. Título.

CDD 22. ed. 370.71

AURECI SANTOS TORRES DA SILVA

**NICOLE ORESME (1323-1382): Pequeno tratado da primeira invenção das moedas e algumas reflexões sobre os seus ensinamentos**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Conceição Solange Bution Perin – Orientadora – Unespar/campus de Paranaíba

Prof. Dr. Airton José Vinholi Junior – IFMS – Campo Grande

Prof. Dr. Adão Aparecido Molina – Unespar/campus de Paranaíba

Data de Aprovação:

12/05/2017.

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu esposo, João da Mata, e aos meus filhos, Thais, João Paulo, Murilo e Igor José, por trazerem luz e alegria à minha vida; por contribuírem para que eu alcançasse este objetivo tão sonhado; por suportarem minhas ausências e por estarem sempre ao meu lado nesta conquista: o meu amor incondicional e minha sincera gratidão!*

*Aos meus pais, José e Lídia, por orarem por mim, intercedendo pela proteção de Deus e pelas velas acesas, pedindo a iluminação divina durante as minhas viagens: eternos em meu coração!*

*E à minha estimada sogra, Joana, pela preocupação e interesse constante: meu respeito e minha eterna gratidão!*

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus, por me abençoar e iluminar a cada dia, mostrando-me o melhor caminho para conduzir a vida e, em especial, pela conquista do título de mestre.*

*À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Conceição Solange Bution Perin, pela atenção, contribuição, confiança, seriedade e incentivo dispensados (com carinho) à realização deste estudo. Foi uma honra participar de suas orientações!*

*À banca examinadora, Prof. Dr. Airton José Vinholi Junior e Prof. Dr. Adão Aparecido Molina, pelas indispensáveis e marcantes contribuições, imprescindíveis ao término deste trabalho.*

*Ao corpo docente do PPifor – Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar, pelo comprometimento com o processo ensino-aprendizagem e com o desenvolvimento acadêmico dos mestrandos. Aprendi muito com todos vocês!*

*Aos funcionários da secretaria do setor de Pós-graduação, Gisele e Fernando, pela competência, atenção preciosa e simpatia com que sempre atenderam às inúmeras solicitações.*

*Aos alunos do mestrado, companheiros e verdadeiros amigos. Cada um, ao seu modo, me ensinou muitas coisas. Considero-me privilegiada por fazer parte de um grupo tão especial!*

*Aos funcionários da Unespar – Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranavaí, que direta ou indiretamente fizeram parte de mais um capítulo da minha história acadêmica.*

*A todos que contribuíram para as minhas significativas aprendizagens.*

## Epígrafe

*“A punição que os bons sofrem, quando se recusam a agir, é viver sob o governo dos maus”.*

*Platão*

SILVA, Aureci Santos Torres da. **NICOLE ORESME (1323-1382): Pequeno tratado da primeira invenção das moedas e algumas reflexões sobre os seus ensinamentos.** 104 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí. Orientadora: Profª Drª Conceição Solange Bution Perin. Paranavaí, 2017.

## RESUMO

Neste estudo analisamos a importância dos ensinamentos realizados por Nicole Oresme no século XIV, mais especificamente na obra *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, na qual o autor estabelece uma relação entre economia, matemática, poder e sociedade. Partindo dessa premissa, surgiu o questionamento sobre como a produção de Oresme, escrita há sete séculos, poderia contribuir para a reflexão sobre o processo de ensino. A pretensão não é a de fazer uma comparação entre passado e presente, mas sim pensar que Oresme, na sua época, representou um mestre para seus ouvintes, e, de modo geral, para a sociedade, e que, na atualidade, o professor pode ser considerado um dos maiores representantes do ensino formalizado, ou seja, aquele que tem a formação específica para ensinar conhecimentos básicos (português, matemática, história, geografia, ciências) e que contribui diretamente na educação do homem e na sua formação como homem. Desse modo, ao delimitar o tema, levamos em consideração a relevância que apresenta tal estudo, no conhecimento dos processos e estratégias de ensino, utilizados por teóricos de séculos passados, como é o caso do autor em destaque. Dessa forma, o conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói e desenvolve seu tempo. Seguindo tal reflexão, o estudo foi realizado, recorrendo à pesquisa qualitativa, com levantamentos, estudos e análises bibliográficas da literatura, livros, artigos científicos e documentos escolares. Para tanto, o trabalho foi fundamentado em autores como Marc Bloch, que direciona a história como um processo de longa duração, em que os acontecimentos não são analisados pelos fatos, mas pelas necessidades que os homens criam e transformam para o seu tempo. Teóricos como Kosminsky, Hodgett, Pirenne, Fourquin, Artigas, Loyn e Le Goff deram sustentação ao trabalho, dividido da seguinte forma: na primeira seção desenvolvemos, brevemente, considerações sobre as questões econômicas e educacionais, relacionadas ao período medieval, mais especificamente no século XIV. Na segunda, realizamos estudos e análise do *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, levando em consideração a economia, o dinheiro, a ética e a didática. E, na terceira seção, buscamos associar a contribuição de Oresme à ética do ensino nos dias atuais, bem como o papel do ensino na formação de homens éticos. A exemplo de Nicole Oresme, que contribuiu para que as relações entre os homens medievais e as moedas acontecessem de forma mais éticas, outros clássicos ressaltam a importância de se formar o homem comprometido com as questões coletivas e éticas. Portanto, firma-se assim, a relevância do papel do professor no processo de ensino das novas gerações.

**Palavras-chave:** Idade Média; Nicole Oresme; Ética; Processo de ensino.

SILVA, Aureci Santos Torres da. **NICOLE ORESME (1323-1382) – Small treatise on the first invention of money and some reflections on its teachings.** 104 f. Dissertation (Masters in Teaching) - Paraná State University - Paranavaí *Campus*. Advisor: Prof<sup>a</sup> Dr. Conceição Solange Bution Perin. Paranavaí, 2017.

### **ABSTRACT**

In this study, we analyzed the importance of the teachings made by Nicole Oresme in the 14th century, more specifically in the book "*On the First Invention of Money*", in which the author establishes a relation between economics, mathematics, power and society. Starting from this premise, the question arose as to how the production of Oresme, written seven centuries ago, could contribute to the reflection on the teaching process. The pretension is not to draw a comparison between past and present, but rather to think that Oresme, in his time, represented a master for his listeners, and, in general, for society, and that, at present, the teacher can be considered one of the greatest representatives of formal education, that is, one who has the specific training to teach basic knowledge (Portuguese, mathematics, history, geography, sciences) and which contributes directly to the education of a person and his formation as a man. Thus, by delimiting the theme, we take into account the relevance of such study, in the knowledge of the processes and strategies of teaching, used by theoreticians of past centuries, as is the case of the featured author. In this way, historical knowledge helps in understanding man as a being who builds and develops his time. Following this reflection, the study was conducted using qualitative research, with surveys, studies and bibliographic analyses of literature, books, scientific articles and school documents. To do so, the work was based on authors such as Marc Bloch, who directs history as a long-lasting process in which events are not analyzed by the facts but by the needs that men create and transform for their time. Theoreticians such as Kosminsky, Hodgett, Pirenne, Fourquin, Artigas, Loyn and Le Goff supported the work, divided as follows: in the first section we briefly elaborated considerations on economic and educational issues related to the medieval period, more specifically in the 14<sup>th</sup> century. In the second, we studied and analyzed the work *On the First Invention of Money*, taking into account economics, money, ethics and didactics. And, in the third section, we sought to associate Oresme's contribution to today's teaching ethics, as well as the role of teaching in the formation of ethical men. Like Nicole Oresme, who contributed to a more ethical relationship between medieval men and money, other classics emphasize the importance of forming a man committed to collective and ethical issues. Therefore, the relevance of the role of the teacher in the process of teaching the new generations is established.

**Keywords:** Middle Ages; Nicole Oresme; Ethics; Teaching process.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES ECONÔMICAS DO SÉCULO XIV E ALGUMAS REFERÊNCIAS EDUCACIONAIS DO PERÍODO.....</b>	<b>17</b>
2.1 CONSIDERAÇÕES ECONÔMICAS.....	19
2.2 BREVES REFERÊNCIAS EDUCACIONAIS.....	44
<b>3. A OBRA “PEQUENO TRATADO DA PRIMEIRA INVENÇÃO DAS MOEDAS” .....</b>	<b>54</b>
3.1 O TRATADO E A ECONOMIA.....	57
3.2 ORESME E O DINHEIRO.....	64
3.3 A ÉTICA EM ORESME.....	69
<b>4. UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE ORESME COMO POSSIBILIDADE DE REFLEXÃO SOBRE A DIDÁTICA E A ÉTICA NO ENSINO.....</b>	<b>78</b>
4.1 O PAPEL DO ENSINO NA FORMAÇÃO HUMANA.....	86
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a educação e o ensino é constante, independente do período histórico, pois em qualquer momento lemos obras de autores (intelectuais) preocupados com a re/organização social e, conseqüentemente, com as prioridades educacionais da época em que estão inseridos.

Ao analisar a história como um processo de conhecimento e de necessidade para entendermos o presente, percebemos a essencialidade de analisar o passado, entender como a sociedade se desenvolveu em outros períodos e como os homens de cada época puderam resolver as questões que permearam a transição de uma sociedade para outra, bem como as transformações que nela ocorreram. Tal percepção é possível, principalmente por atuarmos como professora de uma escola pública e presenciarmos, na prática, que a educação e o ensino estão defasados e não acompanham as prioridades sociais. São mudanças que, a nosso ver, são essenciais para o desenvolvimento humano, mas que, sem dúvida, é preciso conhecimento para a participação e a compreensão do processo.

Dessa forma, ao nos depararmos com as contribuições de Nicole Oresme na formação dos homens da sua época, realizada por meio da obra *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, entendemos que Oresme se destaca, pois escreveu diversas obras que envolveram diferentes assuntos, percorrendo desde as ciências naturais até a filosofia e economia, e sua produção intelectual é vislumbrada na historiografia como significativa fonte de estudos medievais, recebendo o título de um dos grandes precursores medievais na construção do conhecimento científico (MAFFEI; REIS, 2013 *apud* DURAND, 1941).

A primeira leitura da obra em estudo despertou-nos grande interesse por esta pesquisa, porque, ao escrever o tratado, Oresme destacou-se como intelectual preocupado com os homens de seu tempo e comprometeu-se em explicar as atitudes corretas que deveriam orientar príncipes e reis do século XIV, bem como os processos que norteavam as relações monetárias daquele período. Além de sua contribuição à economia medieval, o autor escreveu com criticidade, ao denunciar as alterações das moedas como práticas ilícitas, portanto, atitudes que não deveriam ser efetivadas. Ensinou, dessa forma, que a honestidade e a ética perpassam os tempos e são necessárias em todas as relações humanas, ou seja, são valores indispensáveis a todas as sociedades.

A importância em buscar escritas de um autor como Oresme, em obra de séculos passados, com interfaces no ensino, reside, também, na composição de obras que envolvem a matemática, a física e a astronomia. É importante que ressaltemos, ainda, sua contribuição para o raciocínio matemático por meio do *Tratado sobre as configurações das formas*, escrito por ele em latim. A teoria das *proporções*, funções ligadas às representações gráficas, lança os fundamentos da geometria analítica, desenvolvida muito mais tarde por Descartes, e, a do *impetus*, que segue as pesquisas sobre o movimento, iniciadas por Jean Buridan e Alberto de Saxônia, e se antecipa à dinâmica moderna de Galileu (ORESME, 2004).

Nicole Oresme nasceu em 1323 (há textos que indicam 1320), na Alemanha - oeste de Riez, na Normandia, e faleceu em 11 de julho de 1382, em Lisieux, França. Filho de agricultores abastados, foi agraciado com uma bolsa para o curso de teologia no Colégio de Navarra, da Universidade de Paris, e, em 1356, já mestre nessa área, passou a lecionar na mesma instituição. Segundo Artigas (1989), Oresme foi um dos intelectuais mais notáveis do século XIV. Lecionava no Colégio de Navarra, no qual exerceu destacável influência no pensamento europeu medieval. De acordo com o mesmo autor (Artigas, 1989), são os intelectuais do Colégio de Navarra os responsáveis pelo lançamento de importantes bases para o desenvolvimento da Ciência Moderna.

A notoriedade de Oresme o levou ao cargo de conselheiro do rei francês, Carlos V, para o qual dedicou a obra *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, escrita entre 1355 e 1358. Traduzida por Marzia Terenzi Vicentini, a obra contribuiu, significativamente, para a reorganização da economia e o estabelecimento de uma moeda estável, fatores importantes para a solução dos problemas econômicos, enfrentados pela França naquele período (ARTIGAS, 1989).

Enquanto mestre na Universidade de Paris, Oresme associou-se a Jean Buridan, reitor da universidade, numa séria tentativa de exame e modificação da ciência aristotélica. Concentrando-se na mecânica dos corpos em movimento, a obra de ambos assinalou um importante passo em direção aos futuros progressos de Da Vinci, Copérnico e Galileu (LOYN, 1997 p. 279).

Conforme relata Artigas (1989), a atividade de Nicole Oresme foi polifacética<sup>1</sup>. Com profundo conhecimento da filosofia e da teologia, Oresme apresentou grande interesse pelas questões científicas. Por suas aptidões por diversas áreas do conhecimento, pôde contribuir para o desenvolvimento da ciência em diferentes disciplinas, apresentando trabalhos originais na matemática, na física e na cosmologia, com o método científico e a luta contra a astrologia e a falsificação das moedas presentes na economia. Como autor de estudos econômicos, suas ideias serviram para estabilizar a economia francesa. Assim sendo, suas obras tornaram-se objeto de amplos estudos desde princípios do século XX.

A contribuição de Oresme para o processo de ensino, ora pouco revelada, poderá possibilitar novo enfoque e interesses em estudos, gerar novas pesquisas e assim, com base em conhecimentos historicamente construídos<sup>2</sup>, ampliar a qualidade do processo de ensino de profissionais da educação de diferentes áreas.

Ao realizar o estudo sobre a biografia de Nicole Oresme, entendemos

[...] a trajetória extraordinária desse autor no contexto daquele amplo movimento que viu surgir uma nova classe de intelectuais aliada às forças econômicas em ascensão, sobre as quais se apoiava a monarquia em sua conquista do poder contra a aristocracia feudal (ORESME, 2004 p. 17).

A obra *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas* apresenta-se como um texto claro, porém combativo, que condena certas práticas abusivas dos príncipes feudais, principalmente no que diz respeito às alterações das moedas. O autor pode ser considerado um grande intelectual do século XIV, pelo fato de compreender que, dentre suas diversas produções, as obras de matemática, física e astronomia contribuíram e podem ainda contribuir de forma significativa com a educação e com o ensino. Oresme foi também um teólogo dedicado, conselheiro do

---

<sup>1</sup> Que oferece vários aspectos, polivalente. Que tem várias aptidões (Dicionário Santillana para estudantes. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008).

<sup>2</sup> A concepção crítica do conhecimento entende o saber não como constituído por dados prontos e definitivos, mas como um conjunto provisório em constante processo de revisão e de reconstrução, elaborado e reelaborado durante a história (Werneck, 2006 p. 189). A função educativa da escola, ou seja, a utilização do conhecimento social e historicamente construído, da experiência e da reflexão como ferramentas de análise para compreender a sociedade e a ideologia dominante, quebra ou pode quebrar o processo reprodutivista. O grande desafio da escola é fazer com que sua função educativa assuma um caráter compensatório, isto é, atenda às diferenças de origem, oportunizando o acesso à cultura, provocando e facilitando a reconstrução dos conhecimentos (CARDOSO; LARA 2009 p. 1318).

rei Carlos V da França e um dos principais fundadores e divulgadores da ciência moderna. Era admirado pela coragem e grandeza de caráter com que denunciava, em pleno século XIV, os falsificadores de moeda que se travestiam de príncipes.

Na obra em estudo, além de iniciar apresentando os motivos que conduziram ao surgimento das moedas, o autor explica a razão pela qual o ouro e a prata foram os materiais escolhidos como moeda. Defendia que as manipulações e misturas de moedas de metal deveriam ser evitadas, bem como as falsificações. A fabricação de moedas de ouro, por exemplo, estava relacionada à quantidade de ouro encontrada. Assim, havendo muito ouro, a mistura de matéria não deveria ser usada na confecção de moedas. Porém, se houvesse necessidade, a mistura deveria ser realizada numa “[...] proporção de 10 marcos de prata para 1 de ouro” e, em moeda preta, de forma que se distinguisse a moeda pura da mista. No entanto, sendo uma raridade, caso necessitasse de alteração da proporção ou da mistura da moeda, seria a comunidade quem estabeleceria isso pela “[...] maior segurança em relação à moeda e para evitar a malícia e a fraude que daí podem advir” (ORESME, 2004 p. 58).

Para o autor, a falsificação monetária era o maior dos problemas sociais de sua época. E, como ressalta Roscher (1862)<sup>3</sup>,

[...] uma teoria da moeda, elaborada no século XIV, que permanece ainda perfeitamente correta em nossos dias [...], com uma concisão, uma precisão, uma clareza e uma simplicidade de linguagem que dão alto testemunho da inteligência superior do autor (ORESME, 2004, Capa).

A expressão de surpresa, apresentada por Roscher, nos auxilia a justificar o estudo dos clássicos, ou seja, homens que escreveram para o seu período, mas cujos ensinamentos perpassam quaisquer períodos posteriores aos seus, entendendo que, mesmo as questões sendo singulares para cada época histórica, os homens, como bem diz Marc Bloch, são sempre homens, independente de ser passado ou presente. Foi partindo dessa acepção que julgamos possível a relação

---

<sup>3</sup> Guillaume Roscher, professor da Universidade de Leipzig, descobriu este trabalho em suas pesquisas, procurando estudar a história da economia política na Alemanha. Transmitiu, em alemão, sob o título de *Un grand économiste français au seizième siècle*, uma comunicação destinada à Academia de Ciências Morais e Políticas que foi reproduzida. Ela é digna do sábio autor dos *Principes d'économie politique*, obra publicada e traduzida em 1857. Roscher escreveu essa comunicação, quando ainda estava sob o charme que ressentia depois da leitura de um trabalho que ele acreditava ser completamente desconhecido: ele ressaltou a *finesse* da análise, a sagaz erudição e a altura de percepção que a distingue.

existente entre a obra de Oresme e sua contribuição para o processo de ensino, tema relevante e discutido em pleno século XXI.

Dessa forma, inicialmente consideramos que “[...] toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento” (BLOCH, 2001 p. 50). Com base ainda na afirmação do mesmo autor, (p. 46), “[...] a história não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para conhecê-lo melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento”, e percebemos que fazer história é estudar, pesquisar e compreender, em sua totalidade, algo que está vivo, em movimento. Passamos a compreender que o conhecimento histórico do passado está em constante desenvolvimento e incessantemente se transforma e se aperfeiçoa.

Coadunamos com essas reflexões, a expressão de Le Goff (2003), esclarecendo a condição principal para entendermos os intelectuais do século XII, um grupo de homens – majoritariamente clérigos – que pensavam sobre sua atuação profissional, reivindicando que o resultado de seu trabalho fosse entendido como um produto. O autor auxilia-nos na compreensão de que os intelectuais da Idade Medieval, em sua maioria, faziam parte da classe eclesiástica. Eram homens que, ao refletirem sobre sua prática, esperavam que seus ensinamentos fossem entendidos como significativos ao cotidiano, ou seja, ensinavam para a vida. A exemplo de intelectuais com tais características, buscamos Nicole Oresme, estudioso medieval - foco desta pesquisa, que com coragem foi capaz de desvendar os mecanismos e suas variadas formas impuras de apropriação das riquezas, bem como os prejuízos que, conseqüentemente, gerava à sociedade da época.

Assim sendo, com esta pesquisa objetivamos estudar a obra de um clássico do século XIV, *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, relacionando-a com seu período histórico e suas transformações sociais, bem como o destaque à sua importância para o processo de ensino e a ética, enquanto norteadora das ações humanas. Partindo dessa premissa, levantamos questionamentos, no sentido de refletir sobre como a produção de Nicole Oresme poderia contribuir para o processo de ensino e qual seria o papel do ensino na formação de homens éticos.

Portanto, ao delimitar o tema, levamos em consideração a relevância que apresenta tal estudo no conhecimento dos processos e estratégias de ensino, utilizados por teóricos de séculos passados, como é o caso do autor em destaque. Para isso, utilizamos a metodologia da pesquisa qualitativa, com levantamento e

estudo bibliográfico de teóricos como Kosminsky, Hodgett, Pirenne, Fourquin, Artigas, Loyn, Franco Júnior e Le Goff, que deram sustentação ao trabalho.

A pesquisa qualitativa configura-se em um método de investigação científica, cujo foco reside no objeto em análise. Segundo Moreira (2002), na pesquisa qualitativa incluem-se a interpretação como foco; a subjetividade; a flexibilidade; o interesse no processo; a ligação ao contexto; e o reconhecimento de que o pesquisador é influenciado pela pesquisa e vice versa.

Triviños (1987), com base em Bogdan, apresenta algumas características da pesquisa qualitativa. Segundo o autor, são cinco as características próprias desse tipo de pesquisa.

1ª) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. 2ª) A pesquisa qualitativa é descritiva. 3ª) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto. 4ª) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente. 5ª) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 1987 p. 128).

Para o autor, na pesquisa qualitativa torna-se muito importante a atuação do pesquisador, haja vista que as informações levantadas são descritivas. O foco do pesquisador não está no produto final de seu estudo, mas em todo o processo, pois sua análise reside em dados indutivos. Ao realizar a abordagem qualitativa, o pesquisador preocupa-se, essencialmente, com o significado. Portanto, entendemos que a pesquisa qualitativa constitui-se em procedimento formal para a aquisição de conhecimentos. Não se destina em buscar a verdade, mas aprofunda-se na tentativa de responder aos porquês. Por isso é estabelecida a exigência de pensamento reflexivo e tratamento científico.

Em qualquer pesquisa científica, o estudo bibliográfico torna-se uma etapa decisiva, pois aproxima o pesquisador de informações inerentes ao assunto de interesse. Desse modo, a pesquisa que apresentamos constitui-se em um estudo bibliográfico, buscando o levantamento de livros e revistas relevantes ao tema proposto.

Se a história, como ciência, estuda a vida do homem através do tempo, presumimos que ela investiga o que os homens fizeram, pensaram e sentiram enquanto seres sociais. E, dessa forma, o conhecimento histórico ajuda na

compreensão do homem enquanto ser que constrói e desenvolve seu tempo. Seguindo tal reflexão, realizamos o estudo, recorrendo à pesquisa qualitativa, com levantamentos, estudos e análises bibliográficas da literatura, livros e artigos científicos sobre o tema, divididos da seguinte forma:

Na primeira seção desenvolvemos, brevemente, considerações sobre as questões econômicas e educacionais, relacionadas ao período medieval, mais especificamente do século XIV. Aqui consideramos o desenvolvimento do comércio, destacando que, por intermédio da vigorosidade das feiras, os centros comerciais foram sendo formados e fortalecidos naturalmente, além das cidades que também foram importantes para o renascer comercial. Ainda consideramos a educação e referenciamos o processo educacional do período, em especial as escolas e o ensino.

Na segunda seção realizamos estudos da obra de Nicole Oresme, com análise do *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, e levamos em consideração a economia, o dinheiro e a ética. Destacamos a importância da obra à economia e aos homens daquela época, pois, enquanto o autor orientava os homens sobre as moedas e as ilicitudes presentes em suas alterações, ensinava também os princípios regentes da ética e da vida em sociedade.

E, na terceira seção, buscamos associar a contribuição de Oresme à ética do ensino, bem como o seu papel na formação de homens éticos. Refletimos aqui sobre a ética no processo didático do ensino, levando em consideração sua importância no processo ensino-aprendizagem e sua contribuição para melhor compreendermos a maneira como Oresme ensinava os homens do século XIV.

## 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES ECONÔMICAS DO SÉCULO XIV E ALGUMAS REFERÊNCIAS EDUCACIONAIS DO PERÍODO

O período histórico da Idade Média é quase sempre referido pela antiga definição como sendo a “idade das trevas<sup>4</sup>”. Este tipo de conceituação atrela uma perspectiva negativista ao tempo medieval. Para alguns estudiosos e críticos como Denis Diderot (1713-1784); Condorcet (1743-1794) e Voltaire (1694-1778), o período tornou-se uma experiência de pouco valor, que em nada pode acrescentar ao “desenvolvimento” dos homens e, ao mesmo tempo, a representação de um grave retrocesso na ciência. O nome foi dado pelos humanistas dos séculos XV e XVI, que o consideravam como período negro, fase de retrocesso artístico, intelectual, filosófico e institucional.

Segundo Franco Junior (2001), foi especialmente o século XVIII, quem acentuou tamanho menosprezo à Idade Média. Destaca o autor que,

A filosofia da época, chamada de iluminista por se guiar pela luz da Razão, censurava sobretudo a forte religiosidade medieval, o pouco apego da Idade Média a um estrito racionalismo e o peso político de que a Igreja então desfrutara. Sintetizando tais críticas, Denis Diderot (1713-1784) afirmava que “sem religião seríamos um pouco mais felizes”. Para o marquês de Condorcet (1743-1794), a humanidade sempre marchou em direção ao progresso, com exceção do período no qual predominou o cristianismo, isto é, a Idade Média. Para Voltaire (1694-1778), os papas eram símbolos do fanatismo e do atraso daquela fase histórica, por isso afirmava, irônico, que “é uma prova da divindade de seus caracteres terem subsistido a tantos crimes”. A posição daquele pensador sobre a Idade Média poderia ser sintetizada pelo tratamento que dispensava à Igreja: “a Infame” (FRANCO JÚNIOR, 2001 p. 12).

O período medieval manteve-se incompreendido até o século XIX. Somente no século seguinte, de acordo com Franco Junior, a Idade Média foi vista “como os olhos dela própria” (FRANCO JÚNIOR, 2001 p. 13), com o entendimento de que é papel do historiador compreender e não de julgar o passado.

---

<sup>4</sup> Época dominada culturalmente pela religião, criando uma sombra sobre as artes e as ciências, impedindo-as de florescer livremente. Essa ideia considerava a Idade Média como a Idade das Trevas. Isso se deve ao fato de os renascentistas se colocarem como herdeiros do pensamento e da ciência desenvolvidos por gregos e romanos, fazendo renascer a cultura da Antiguidade. Para os renascentistas, durante a Idade Média, as artes e as ciências, se comparadas à Antiguidade, haviam declinado. A responsabilidade disso seria em boa parte da Igreja Católica, que dominou política, econômica e culturalmente a Europa no período. A dominação religiosa teria impedido o desenvolvimento da razão, criando uma era de atraso e primitivismo.

Portanto, aos dias atuais, a “Idade das Trevas” deve configurar-se numa visão já superada, pois ao contrário de tais acepções, a Idade Média foi palco da revolução cultural como a ocorrida, por exemplo, no século XII, com as obras de Hugo de São Vítor, o qual destacaremos posteriormente, devido a sua significativa contribuição para o ensino do seu período e que, em algumas questões podemos relacionar com a didática usada por Oresme. O vitorino “[...] é um dos atores desta ‘revolução cultural’ do século XII” (SÃO VITOR, 2001 p.3), pois, integrando-se à Escola de São Vítor ficou conhecido pelos jovens estudantes como filósofo, teólogo, místico e gramático. Portanto, apesar da Idade Média ter sido alvo de denominação e conceitos pitorescos, obscurecendo seu valor real, esse período foi, na verdade, de progressos e avanços em todas as áreas, principalmente comercial e científica (LOYN, 1997).

Lauand (1986) confirma que, o estudo da história proporciona o encontro com o outro, a abertura e a superação dos limites espaciais e temporais humanos, possibilita “[...] enriquecer-nos como homens através de uma melhor compreensão da realidade do mundo e também de nós mesmos. [...] Para tanto requer-se [...], uma atitude interior de compreensão e acolhimento” (LAUAND, 1986 p. 19-20).

Conforme explica Kosminsky (1960), nos fins do século V deu-se a queda do Império Romano do Ocidente. Devido ao movimento revolucionário de escravos e colonos, a sociedade escravista romana foi destruída. Marcou-se, com isso, o término do primeiro período da história da humanidade, denominada história do mundo antigo. O segundo período, o foco desse estudo, é caracterizado como Idade Média. Apresenta-se tal denominação, “[...] porque medeia entre o mundo antigo e os tempos modernos (KOSMINSKY, 1960 p. 11)”, sendo o regime predominante, o feudal da servidão.

Portanto, apesar do foco da nossa pesquisa estar no século XIV, trataremos, também, em alguns momentos, de autores dos períodos anteriores, no sentido de enriquecer e fundamentar a nossa compreensão e a do leitor, considerando que várias situações estão intrinsecamente relacionadas e, sem as devidas apresentações históricas, a análise poderia ficar comprometida. Primeiramente serão considerados os aspectos econômicos, no sentido de melhor compreender como ocorreu o desenvolvimento da economia nesse período, bem como sua inter-relação com o surgimento e crescimento das cidades.

## 2.1 CONSIDERAÇÕES ECONÔMICAS

Nas revisões de literatura observamos que os primeiros séculos da Alta Idade Média<sup>5</sup> marcam um grande período de colonização e de ajustamento. Segundo autores como Pirenne (1978) e Fourquin (1979), a partir do fim do século VIII, a Europa Ocidental regredira ao estado agrícola, sendo a terra a única fonte de subsistência. Assim, todas as classes da população, de imperadores a servos, viviam dos produtos do solo. A maior parte dos homens eram servos e trabalhadores rurais.

Observamos que, entre os séculos XII e XIV, a economia medieval vivenciou uma época de ascensão, mediante a ampliação da oferta de gêneros agrícolas e o desenvolvimento do comércio e das cidades. A dinâmica que antes ordenava a Europa despontava para outras possibilidades que incluíam o aquecimento das atividades comerciais, o afrouxamento das relações servis em algumas regiões, a monetarização da economia e a consolidação de uma nova classe social pela burguesia. O comércio vivenciou o período de crise do regime feudal, resultando em novos problemas sociais para essa sociedade em profunda transformação.

Para melhor entendermos a origem organizacional da economia desse período, recorreremos a Perin (2005) que nos explica:

A economia predominante nos feudos, com o crescimento do comércio e das cidades, tornou-se ineficiente para suprir as condições de vida que os homens estavam estabelecendo entre si, isto é, o comércio norteou uma forma de economia que não visava somente às atividades rurais voltadas para a sobrevivência, mas também o interesse pelo lucro. A necessidade de abarcar novos conhecimentos para comercializar transformava e exigia uma nova formação e pensamento, o qual, por sua vez, refletia-se em grandes angústias e incertezas pela busca do desconhecido, ou seja, de tudo aquilo que se imaginava, mas que não se conhecia pela experiência visual e empírica. Essa nova organização econômica, do comércio e da vida urbana, fez com que os indivíduos se tornassem próximos e conhecessem outros comportamentos, costumes e sentimentos (PERIN, 2005 p. 17).

---

<sup>5</sup> A Alta Idade Média é o período da história Medieval que tem início na queda do Império Romano do Ocidente (476) até o ano 1000. Corresponde ao período de formação e estruturação do feudalismo. Não existe uma data específica que marca o fim deste período. Uma série de mudanças que ocorreram na Europa no século X é responsável pela modificação estrutural, econômica e cultural que deu início ao enfraquecimento do feudalismo.

A autora esclarece a necessidade que o povo medieval apresentou, diante de uma nova realidade. Ou seja, as atividades rurais não mais satisfaziam aqueles homens que, além de sobrevivência, buscavam o desenvolvimento do comércio, das cidades e do lucro. Necessitavam, portanto, de novos conhecimentos, comportamentos e novas formas para lidar com a organização de sociedade que se despontava, pois “[...] o facto de terem tomado consciência de que a sociedade se ia tornando mais complexa, levou os homens da Idade Média a preferirem esquemas mais articulados [...]” (LE GOFF, 1989 p. 14).

Sobre essa nova organização da vida urbana, Pirenne (1973) escreve, acentuando a importância do comércio na formação das cidades. Segundo o autor, “[...] o comércio e a indústria são indispensáveis para a manutenção desta recíproca dependência: sem a importação que assegura o reabastecimento, sem a exportação que a compense com objectos de troca, a cidade morrerá” (PIRENNE, 1973 p.109). Ao mesmo tempo, conforme as cidades iam crescendo, aumentava também o número de artistas e comerciantes.

Pirenne (1973) também destaca que, apesar de surgir antes da economia urbana, a economia rural continuou a existir, não impedindo que as cidades apresentassem seu desenvolvimento. Aliás, as cidades não interromperam seu crescimento, pelo contrário, “[...] nunca antes existiu uma classe de homens tão especificamente, tão estreitamente urbana [...]” (p. 110). Com isso comprovamos, também, que a origem das cidades esteve ligada ao renascimento do comércio, pela consonância entre a expansão comercial e o movimento urbano. Observamos, portanto, que a multiplicidade das cidades seguia as vias de difusão do comércio.

Por esse crescimento, que se tornava cada vez mais intenso,

A cidade tinha necessidade para a sua manutenção diária de uma quantidade e também de uma crescente variedade de profissionais. Os raros artífices das cidades e dos burgos não podiam responder evidentemente às múltiplas exigências dos recém-chegados. Era preciso, portanto, que os trabalhadores das profissões mais necessárias – padeiros, cervejeiros, carneiros, ferreiros, etc. – viessem de fora (PIRENNE, 1973 p. 126).

Conforme explica o autor, entendemos que o desenvolvimento comercial possibilitou o engendramento das cidades, o que gerou a urgência de novos profissionais, suprida por uma demanda externa, pois os profissionais ali existentes

não atendiam às necessidades das cidades e por isso outros profissionais eram trazidos de fora.

Vimos que o progresso do comércio estava muito relacionado à organização das cidades. Dessa forma, a associação de mercadores apoiava com dedicação a existência de novas cidades e até supria atividades públicas como a conservação e o cuidado das ruas, haja vista que os membros das guildas<sup>6</sup>, além de possuírem recursos, apresentavam grandes influências e reconheciam as necessidades da população (PIRENNE, 1973).

No sentido de ampliarmos nossa compreensão sobre as cidades e o comércio, especificamente entre os séculos XII e XIII, Kosminsky (1960) nos traz outras informações. Segundo o autor,

Durante as intermináveis guerras feudais, a cidade devia defender-se: converteu-se em fortaleza. Rodeava-se de resistentes muros de pedra, com suas torres e ameias. Os muros das cidades tinham, geralmente, quatro portas, providas frequentemente de pontes levadiças. Os muros não permitiam que a cidade crescesse em extensão [...]. Os habitantes das cidades dedicavam-se igualmente também à agricultura e à criação de gado [...]. Devido à sujeira e à aglomeração, a cidade era açoitada, amiúde, por epidemias mortíferas. Frequentes incêndios eram outra calamidade habitual (KOSMINSKY, 1960 p. 88).

Percebemos, pelo que Kosminsky expõe, uma realidade muito difícil das cidades medievais. Para se protegerem, necessitavam que fossem cercadas por muros muito fortes, o que impedia seu crescimento territorial. O autor ainda nos explica que os habitantes das cidades se ocupavam de atividades agropecuárias, porém, ao mesmo tempo, nos apresenta a tristeza e as doenças pelas quais sofriam verdadeiras dificuldades, conseqüentes da falta de higiene e da aglomeração dessas cidades.

O mesmo autor ainda nos informa que

O grupo mais rico da população urbana era o dos mercadores. Era mais fácil obter ganhos no comércio do que exercendo um ofício. Os mercadores tinham as melhores casas da cidade. Também se reuniam em agrupamentos que tomavam o nome de associação ou *guildes*. Estas tratavam de assegurar para os mercadores o direito

---

<sup>6</sup> As guildas eram associações de profissionais surgidas na Baixa Idade Média (séculos XIII ao XV). O surgimento das guildas estava relacionado ao processo de renascimento comercial e urbano que ocorreu neste período (Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/idademedia/guildas.htm>).

exclusivo do comércio na cidade e defendiam seus interesses durante as viagens comerciais. Além dos mercadores e dos artesãos viviam na cidade muitos jornaleiros desorganizados, peões, cocheiros que pertenciam frequentemente ao número dos camponeses empobrecidos, que vinham para a cidade em busca de melhor sorte. Nas cidades tinham também seu asilo muitos mutilados e mendigos. Um grupo numeroso e influente nas cidades era formado pelo clero (KOSMINSKY, 1960 p. 90).

Percebemos que os comerciantes eram os homens mais ricos das cidades, e, apesar do exercício de outros ofícios, era o comércio que poderia garantir às famílias moradia em boas casas e uma vida abastada.

Sobre isso, Le Goff (1989) também nos explica que,

Para dois habitantes em cada três, ser cidadão é também depender do mercado, durante todo o ano ou uma parte do ano, comprar o vinho, o pão, o conduto. E, para todos, é sofrer os inconvenientes de se estar fechado entre muros; ter, por vezes, falta de água potável, quando os poços estão inquinados; viver no meio da imundície porque, durante os anos difíceis, muitas portas foram muradas e os lixos acumulados provocam infecções e doenças endêmicas (LE GOFF, 1989 p. 102).

Os fatos expostos pelos autores nos indicam que as cidades medievais viveram uma situação complexa e de sofrimentos. Eram habitadas por diversos grupos, com diferentes poderes econômicos e, conseqüentemente, por distintos interesses. Dentre todos os que lá habitavam, os mercadores se destacavam por sua vida abastada por seus lucros comerciais. Por esse motivo, apropriavam-se das melhores moradias e tinham seus direitos assegurados. Com semelhantes regalias viviam os cidadãos pertencentes ao clero.

Para ampliar nossa compreensão sobre essa realidade das cidades medievais, segundo Oliveira e Mendes (2005), Guizot escreve que

[...] as cidades não estavam, então, em um estado nem de servidão, nem de liberdade; elas padeciam dos males decorrentes da sua fraqueza; eram presas das violências e das depredações contínuas dos fortes. Entretanto, [...] havia um clérigo, um bispo que exercia um grande poder, que tinha influência sobre a população, servia de ligação entre ela e os vencedores, mantendo, deste modo, a cidade em uma espécie de independência e a protegia com o escudo da religião (OLIVEIRA; MENDES, 2005 p. 33-34).

Entendemos que, apesar de sofrerem males, violências e depredações dos fortes, as cidades eram protegidas pela Igreja. Recebiam amparo do bispo, que influenciava com poder a população e permanecia entre ela e os vencedores, intercedendo e amparando naquilo que fosse necessário.

Kosminsky ainda nos reafirma que, no período do renascimento comercial na Europa (séculos XIII e XIV), os mercadores se destacavam como o grupo que mais se desenvolvia financeiramente, sendo possuidores das melhores casas. Além deles, o clero apresentava-se como um grupo numeroso e influente nas cidades (KOSMINSKY, 1960).

Nessa época, a compra e a venda das mercadorias eram feitas nas feiras. Kosminsky nos explica como ocorria esse processo:

O transporte de moedas de prata e cobre importava em grandes dificuldades. Por isso, geralmente, o mercador entregava seu dinheiro ao cambista em sua cidade e recebia deste um recibo (letra de câmbio); para cambiar esta, na feira, se entregava ao mercador o dinheiro na moeda que precisava [...]. Assim, apareceram as transações de dinheiro já mais complexas. Os cambistas transformavam-se em banqueiros. Por todas essas transações recebiam elevados juros e foram assim acumulando grandes somas em dinheiro (KOSMINSKY, 1960 p. 93).

Conforme observamos, a importação das moedas encontrava-se em situação complicada pelo fato de seus mercadores, ao virem de diferentes países e cidades de onde possuíam suas moedas próprias, traziam mercadorias e dinheiro. Por conta disso, o mercador trocava seu dinheiro com o cambista por título de crédito, uma espécie de nota promissória ou ordem de pagamento, que poderia ser cambiada na feira pelo mercador. Notamos ainda que, ao transformarem-se em banqueiros, os cambistas recebiam elevados lucros e, com isso, foram acumulando riquezas. Foi dessa forma que, segundo Kosminsky (1960), deu-se origem às transações econômicas mais complexas.

Antes, porém, de essas transações econômicas complexas existirem, existiram as moedas que foram as bases de trocas comerciais. Sobre os motivos pelos quais elas surgiram, Nicole Oresme, apropriando-se do que disse Cassiodoro<sup>7</sup>, já advertiu “[...] que, embora esse dinheiro, por seu uso muito frequente, pareça ser coisa vil, é preciso não esquecer que ele foi colocado em uso pelos nossos

---

<sup>7</sup> Flávio Magno Aurélio Cassiodoro - funcionário da administração ostrogoda em Ravena – Itália.

antepassados não sem grande razão” (ORESME, 2004 p. 37). Entendemos, conforme explica o autor, que não foi para a obtenção de lucros que as moedas surgiram, mas “para permutar as riquezas naturais entre os homens” (p. 11), ou seja, para atender aos homens em suas necessidades de sobrevivência.

Kosminsky nos auxilia na compreensão do que defendia Oresme. Ao escrever sobre o ganho decorrente da alteração das moedas, posicionou-se também contra o lucro com o câmbio, quando o dinheiro é guardado ou trocado, e contra a usura. Ao acentuar como pior e péssima a alteração das moedas, não deixou de frisar como vil e mau o ganho com a moeda pelo câmbio e pela usura, consecutivamente (ORESME, 2004).

A literatura nos ajudou a perceber que, por muito tempo, em especial entre os séculos XI e XIII, o comércio apresentou-se como errante<sup>8</sup>, o que era também denominado de comércio ativo ou fixo. Havia um local de distribuição das mercadorias, onde a venda era feita por exposição pública em lojas, mercados ou feiras. As feiras<sup>9</sup> duravam semanas, já que os mercadores necessitavam de vários dias para desenfardar as mercadorias, locar balcões e apurar as contas. Enquanto os mercados locais provinham a alimentação cotidiana da população, com atividades limitadas à compra e venda a varejo, as feiras eram centros de intercâmbios, lugares de reuniões e representavam encontro de mercadores que vinham de muito longe (FOURQUIN, 1979), cujos objetivos centravam-se na expansão dos negócios e fortalecimento das relações comerciais.

No entanto as feiras só ganharam vigor a partir do século XI. Segundo Pirenne (1978), elas eram

[...] lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais. [...] centros de intercâmbios e, principalmente, de intercâmbios em grande escala, que se esforçam em trazer até eles, fora de toda consideração local, o maior número possível de homens e produtos. [...] Por conseguinte, é impossível realizar as feiras mais de uma vez, ou quando muito, mais de duas vezes por ano no mesmo lugar, visto ser preciso que se façam preparativos consideráveis (PIRENNE, 1978 p. 101).

---

<sup>8</sup> Comércio onde o mercador acompanhava as suas mercadorias até o local de distribuição (FOURQUIN, 1981 p. 268).

<sup>9</sup> A palavra feira, que vem de fórum, lugar público, foi, em sua origem, sinônimo de mercado e, sob certos aspectos, ainda o é. Uma e outra significam uma afluência de mercadores e de compradores a lugares e em tempos determinados. [...] (TURGOT, 2005 p. 109).

Entendemos que as feiras tornaram-se nessa época importantes centros onde ocorria toda a movimentação de trocas comerciais. Por seus preparativos e organização demorados, as feiras só podiam acontecer no máximo duas vezes ou três durante o ano no mesmo lugar.

Para complementar o que nos diz Pirenne, Rau (1982 p. 53) sugere que “[...] numa época em que quase toda a população da Europa vivia curvada sobre a terra, o instinto de sociabilidade, inerente a todo homem, deve ter encontrado nessas reuniões a única oportunidade de se expandir”. O que notamos é que houve, nessa época, em que as feiras estavam nascendo, grande empenho por parte de homens que lutaram em prol do desenvolvimento da economia.

Observamos ainda que,

[...] oriundas, em sua maior parte, das reuniões de negociantes em dias festivos da Igreja ou feriados [...], as feiras floresceram e converteram-se, no período central da Idade Média europeia, em grandes eventos regionais, nacionais e até internacionais onde mercadores, cambistas e operadores bancários se reuniam (LOYN, 1997 p. 144).

Sendo espaço para os homens de negócios, as feiras medievais eram fundadas apenas pelo príncipe territorial, seu progresso estava diretamente determinado pela direção das correntes comerciais. Ou seja, ao passo que a circulação tornava-se mais intensa, elas também se multiplicavam (PIRENNE, 1978), compreendendo, ainda, lugar de paz e segurança pelo conduto e guardas das feiras, pois

O conduto das feiras era a proteção concedida pelo senhor aos mercadores que se dirigiam para a feira. Até então, esta proteção era concebida apenas para ser exercida no território controlado pelo senhor. [...] Os guardas tinham por função garantir o policiamento durante as feiras e também reforçar a segurança dos mercadores (FOURQUIN, 1979 p. 270).

Compreendemos, portanto, que todos os atrativos e privilégios oferecidos tinham, também, o propósito de atrair o máximo de participantes possíveis às feiras. O autor ainda nos acrescenta que os senhores concediam aos papalvos e mercadores “paz do mercado”, com promessas de deixá-los livres de vexames, ofertas de alojamentos, armazenamento e isenção de taxas. De acordo com nosso

entendimento, tudo isso certamente contribuiu para que as feiras permanecessem ativas até início do século XIV.

Com base nas explicações de Rau (1982),

As feiras são um dos aspectos mais importantes da organização econômica da Idade Média. Nascidas da necessidade de promover a troca de produtos entre o homem e o campo e o da cidade, elas representam o ponto de contacto entre o produtor e consumidor, o ponto onde se concentrou a vida mercantil de uma época em que a circulação das pessoas e das mercadorias era dificultada pela falta de comunicações, pela pouca segurança das jornadas e pelo excesso de portagens e peagens (RAU, 1982 p. 33).

Com a afirmação da autora entendemos que as feiras surgiram a partir da necessidade de troca de produtos entre os homens produtores e os homens consumidores, por isso se destacaram como relevantes na organização da economia, já que provocaram mudanças, além do desenvolvimento na sociedade medieval.

A partir das feiras, os centros de comércio, ou mercados medievais, foram se formando, de forma natural. Conforme a extensão dos distritos, a facilidade de comunicações e o número de população, esses centros comerciais foram progredindo e dando origem às primeiras cidades (OLIVEIRA; MENDES, 2005). Para os autores, as feiras enriqueciam o local onde ocorriam e contribuíram para a grandeza das cidades. Os feirantes foram compensados pelo progresso do comércio e puderam perceber seus locais enriquecidos e embelezados.

Apesar dos obstáculos encontrados pela falta de comunicação e segurança na locomoção, as pessoas desse período descobriram, nas feiras, o local de motivação para o encontro e a concentração do comércio. O mercador, como homem da feira, já havia se familiarizado com a vida difícil que tivera que enfrentar na obtenção de seus lucros.

Le Goff (1991), ao escrever sobre o mercador nas terras da Champagne nos explica que,

Para chegar lá, os mercadores fizeram uma longa e difícil viagem; os italianos que transpuseram os desfiladeiros alpinos passaram cinco semanas na estrada. Precisavam, em primeiro lugar, de alojamento. A princípio, construíam-se acampamentos provisórios nas praças ou fora das cidades. Depois, os habitantes alugavam aposentos ou casas aos mercadores. Por fim, foram construídas para eles casas

especiais de pedras resistentes a incêndios, com grandes subterrâneos abobadados para armazenar as mercadorias (LE GOFF, 1991 p. 15).

No que concerne à atitude dos príncipes perante o comércio, conforme afirmações de Pirenne (1978), observamos que as relações daqueles repercutiram no campo econômico. Em tempo de guerra, os mercadores eram presos, os bens apoderados e seus navios apreendidos. Sob a influência de Bizâncio<sup>10</sup> e dos muçulmanos, o início da intervenção do Estado já podia ser notado. Com a instalação de alfândegas nas fronteiras, o monopólio do comércio do trigo era realizado pelo rei, preocupando-se apenas com interesses das finanças deste. Assim, todos os governos exploraram o comércio em benefício de seus príncipes.

Sobre as atitudes dos reis, Oresme distinguiu com excelência um reino bom de um reinado tirânico. Assim ele advertiu:

É preciso, pois, saber que, num reino, entre o bom principado e o tirânico, é tanta diferença que o tirano ama e quer mais seu proveito próprio do que fazer valer ou querer a utilidade comum dos seus súditos, e para isso se esforça para manter seu povo submisso e servil; o bom rei ou príncipe, ao contrário, antepõe o interesse público ao seu interesse privado, e ama, o bem e a liberdade pública dos seus súditos (ORESME, 2004 p. 84).

De acordo com nossa visão, o autor usa de muita clareza ao determinar as atitudes dos dois reinos. Assim como os governos que exploraram o comércio, pensando apenas em suas finanças, é o reino tirano, o interesse pelo particular está acima de tudo e de todos. Em segundo plano está a preocupação com o bem comum e com o público. Portanto, para a manutenção de seu poder, mantém o povo em submissão.

Ainda sobre as feiras, segundo Fourquin (1979), as de Champagne exerceram grande destaque, e sua existência permaneceu por longo tempo na história. Afirmo o autor que

[...] as feiras mais importantes, aquelas cuja influência se exerceu durante várias gerações (quase dois séculos) em todo o Ocidente, foram as de Champagne. [...] Seguindo o eixo vital que ligava a Itália

---

<sup>10</sup> Uma antiga colônia grega que abrigava várias culturas (greco-romano e oriental), dando origem ao termo bizantino para designá-las.

aos Países Baixos, os seus recintos atraíram mercadores de todas as regiões (FOURQUIN, 1979 p. 269).

O autor ainda explica que, entre fim do século XII e meados do XIII, o período tornou-se o melhor para as feiras de Champagne<sup>11</sup>, fazendo-se centrais enquanto atividade comercial do Ocidente. A partir daí, seu papel comercial começa a sofrer declínio. Conforme observamos, por volta de 1320 já se assistia à sua decadência, e, já no início desse século, as feiras passaram a apresentar mudanças em suas características e tornaram-se o lugar do câmbio em toda a sociedade europeia. Segundo Pirenne (1978), à medida que os mercadores tornavam-se sedentários, acentuava-se a decadência da importância das feiras na vida econômica.

Ao escrever sobre as feiras de Champagne e o crédito, Pirenne (1978) ainda acrescenta que

O tráfico de mercadorias não era o único atrativo [...]. Eram tão numerosos e importantes os pagamentos que nas mesmas se efetuavam, que não tardaram em transformar-se, conforme uma acertada expressão, em “sede cambial de toda Europa”. Em cada feira, após um primeiro período dedicado à venda, iniciava-se o dos pagamentos. Estes se estendiam não só à extinção das dívidas contraídas na mesma feira, mas também a vários pagamentos, a longo prazo, de obrigações contraídas em feiras anteriores (PIRENNE, 1978 p. 105).

A citação do autor nos reafirma a importância da existência das feiras na Idade Média, pois, além de suas funções de compra e venda de produtos, também iniciavam seus clientes aos processos de créditos que, mais tarde, foram adotados pelos florentinos<sup>12</sup> e sieneses<sup>13</sup>, influentes no comércio monetário. Esses processos foram possíveis porque compareciam às feiras pessoas de todas as partes do continente, tornando-se lugar de empréstimos e pagamentos, importações e exportações, prosperidade e desenvolvimento.

Fourquin (1979) também ressalta que as feiras de Champagne destacaram – se com sucesso no período compreendido entre final do século XII e metade do XIII. O autor nos explica que

---

<sup>11</sup> A rota da Champagne ligava a Itália à Flandres, passando pela região da Champagne, na França. A Flandres possuía inúmeras manufaturas de panos e um comércio bastante desenvolvido, enquanto a Itália fornecia artigos de luxo, produzidos localmente ou importados do Oriente.

<sup>12</sup> Florença - Itália. A cidade ascendeu a um lugar de destaque na Toscana e a uma posição proeminente na economia europeia depois do século XII (Dicionário da Idade Média, 1997 p. 149).

<sup>13</sup> De Siena, cidade e sede de comuna italiana na região da Toscana.

[...] elas eram realmente o centro da atividade comercial do mundo ocidental. Os produtos da indústria de lanifícios do Norte passavam para as mãos dos mercadores italianos, sendo por eles largamente distribuídos na zona do Mediterrâneo, principalmente através de Génova que os exportavam para as escalas do Levante. Em sentido inverso, os Flamengos importavam tecidos de seda e especiarias, que os negociantes do Norte da Europa vendiam em Bruges, ao mesmo tempo que os tecidos flamengos e o vinho francês (FOURQUIN, 1979 p. 271).

O autor nos esclarece a importância que as feiras assumiram, ao destacarem-se como centro das atividades comerciais do Ocidente. Observamos que as exportações e importações eram realizadas, sendo a exportação de lã, pelos italianos, para escalas do Levante, e a importação de tecidos de seda e especiarias, do Norte da Europa. Sem dúvida alguma, um período de desenvolvimento comercial das cidades.

No entanto observamos também que, a partir da metade do século XIII, o comércio começou a sofrer alterações, as feiras de Champagne começaram a se declinar e os tecidos passaram a ser comprados nos locais de sua produção.

Sobre esse local onde os tecidos eram produzidos, Holmes (1975) nos acrescenta que

As cidades onde se fabricavam os tecidos, quase todas centros industriais puros que não se tinham desenvolvido, como muitas outras cidades europeias, à volta da Sé episcopal, desenvolveram, em grande escala, a fisionomia característica da cidade moderna: a prosperidade comercial contrastava com a relativa pobreza de numerosos artesãos e trabalhadores assalariados para quem o sino da cidade repicava, assinalando o começo e o fim do dia de trabalho (HOLMES, 1975 p. 13-14).

E, assim, por volta de 1320 assistiu-se à decadência da função financeira das feiras. Dessa forma, o início do século XIV é marcado por uma nova fase, tornando-se, agora, os errantes, empregados das grandes casas italianas. Compradores e vendedores não necessitavam mais das feiras, já que eram contínuos os seus contatos (FOURQUIN, 1979). Por isso, de mercado de tecidos, as feiras passaram a ser centros de câmbio.

Constatamos que, durante o período que se estendeu entre os séculos XI e XIV, houve, conforme explica Holmes (1975), crescimento da população, aumento nas terras cultivadas e ampliação do comércio, contribuindo, dessa forma, para o

fortalecimento de estruturas sociais<sup>14</sup> que muito se beneficiaram de uma economia que estava em pleno desenvolvimento. Para Fourquin (1979, p. 333), nesse período, “[...] tanto a população dos campos como a das cidades comeu quase sempre à vontade e a história não conserva memória de fomes terríveis”. Todavia o mesmo autor nos afirma que, no século XIV, o Ocidente passou por situações difíceis pela escassez de alimentos, o que mais tarde contribuiu com a baixa resistência às epidemias junto às pessoas, principalmente as mais pobres.

O desenvolvimento do comércio, caracterizado por Hodgett (1975 p. 68-69) de “renascimento<sup>15</sup> do comércio”, não poderia, segundo o autor, desvincular-se do crescimento das cidades. Assim, “[...] a partir do século XI a vida urbana representou, indubitavelmente, na economia europeia, um papel mais importante do que havia representado nos 600 ou 700 anos anteriores”. No início, as cidades ainda apresentavam espaços para o cultivo de alimentos, mas, em meados do século XIII, assistiu-se à expansão de muitas delas.

Sobre alguns outros detalhes da cidade medieval, Le Goff (1998) nos explica que

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. Penetra-se nela por portas e nela se caminha por ruas infernais que, felizmente, desembocam em praças paradisíacas. Ela é guarnecida de torres, torres das igrejas, das casas dos ricos e da muralha que a cerca. Lugar de cobiça, a cidade aspira segurança. Seus habitantes fecham suas casas à chave, cuidadosamente. E o roubo é severamente reprimido (LE GOFF, 1998, p. 71).

Entendemos que a cidade medieval, com suas muralhas, cumpria a função de proteger os seus moradores contra roubos. As características definidas por Le Goff (1998) deixam transparecer os traços das cidades, além da tranquilidade de seus habitantes. Além dessas, outra característica apresentada por Fourquin (1979 p. 243) é a de que “as cidades” eram “muito próximas umas das outras”.

Le Goff (2007) ainda continua a nos explicar que a cidade medieval foi mudando profundamente suas características, mesmo permanecendo em seu lugar de origem. A urbanização dos mercados e das feiras possibilitou que as cidades se

---

<sup>14</sup> Incluem-se nessas estruturas, os nobres proprietários, os reis, as cidades comerciais, os bispos e os papas, todos eles desenvolveram instituições mais elaboradas e poderosas sustentadas pela riqueza que extraíam de uma economia em crescimento (HOLMES, 1975 p. 93).

<sup>15</sup> Nome dado pelo declínio e enfraquecimento do comércio, ocorrido entre os séculos V e IX (HODGETT, 1975).

transformassem em centros de consumo e de troca. Caracterizada como policêntrica, a cidade no medievo tem o mercado como seu “centro mais visível e mais importante” (p. 144). Ao exercer um papel significativo, as lojas dos artesãos, e não as “oficinas dos grandes domínios antigos”, contribuíram para que a cidade se destacasse em sua produtividade. Todavia a cidade conservou suas características originais de poder, “cidade/campo” que se opunham de tal forma, a ponto de suas características se firmarem em “civilização/barbárie” desde os tempos romanos. E, conforme observamos, isso se intensificou no período medieval, gerando no camponês um perfil de escravo e servo. Os camponeses eram formados por pessoas chamadas vilãs, desde a cristandade, conservando, assim, um perfil de pessoas não livres (p. 145).

Le Goff ainda destaca a preocupação da cidade com a limpeza, cuidando do destino do lixo e das águas inutilizadas. Segundo o autor, desprenderam-se tempo e atenção para os monumentos que, ao mesmo tempo em que impunham “a imagem do poder”, seguiam as determinações de beleza, pois observamos que,

Na Idade Média, a cidade é um dos principais domínios onde se forjou a ideia de beleza, uma beleza moderna, diferente da beleza antiga que desaparecera mais ou menos no declínio da estética. Umberto Eco mostrou bem essa emergência de uma beleza medieval incarnada nos monumentos e teorizada pela escolástica urbana (LE GOFF, 2007 p. 146).

Com base em afirmações de Hodgett (1975), observamos que os habitantes das cidades eram pessoas livres. As cidades, enquanto centros, possibilitavam novas ideias e autonomia, “embora pudessem tornar-se, por vezes, dominadas por oligarquias”. “As grandes cidades italianas de Veneza, Florença e Gênova eram, de fato, Estados soberanos que controlavam seus próprios negócios [...]” (p. 70-71).

Na visão de Hodgett, os finais do século XII e do século XIII foram períodos de planejamento e criação de novas cidades. Essas cidades eram construídas, respeitando-se as normas de um tabuleiro de xadrez, apesar de que a planta poderia ser mudada, caso houvesse inclinação do terreno ou curso de rio. As escalas das cidades eram determinadas pelos pedestres, que dispensavam ruas largas, já que a circulação de pessoas sobre rodas era pouco desenvolvida, não exigindo trânsito veloz. Isso resultou em ruas constituídas em becos, que davam

acesso às casas, geralmente de maior importância que as próprias ruas (HODGETT, 1975).

Ao escrever sobre essa nova realidade da indústria urbana e sua clientela, Pirenne (1978) nos explica que

Toda cidade, grande ou pequena, possui um número e uma diversidade, proporcionais à sua importância, de artesãos de primeira categoria, pois nenhuma burguesia pode prescindir dos objetos fabricados que a satisfação das suas necessidades exige. Se os ofícios de luxo existem unicamente em aglomerações consideráveis, em compensação, encontrasse por toda parte os artesãos indispensáveis à sua existência cotidiana: padeiros, carneiros, alfaiates, ferreiros, oleiros ou picheiros etc. Assim como o grande latifúndio, na época agrícola da Idade Média, se esforçava em produzir todas as espécies de cereais, toda vila satisfazia às necessidades usuais dos seus habitantes e da terra baixa que a rodeia. Vende os seus produtos no território onde se abastece de víveres. Os camponeses que a provêm de produtos agrícolas nela compram produtos industriais. A clientela das pequenas oficinas urbanas está, pois, formada ao mesmo tempo, pela burguesia local e pela população rural circunvizinha (PIRENNE, 1978 p. 178-179).

Ao esclarecer-nos sobre os “clientes” formadores desse espaço urbano, o autor nos explica que, em todas as cidades, independentemente de seu tamanho, havia a presença de artesãos. Alguns com maior grau de importância, fazendo parte dos ofícios de luxo, outros, garantindo a sobrevivência diária, como os padeiros, os açougueiros, os alfaiates, os ferreiros, os oleiros ou os picheiros. Essa formação deu-se tanto pelos burgueses da localidade, como pela população rural da redondeza. Assim, os camponeses, ao mesmo tempo em que abasteciam a cidade de produtos agrícolas, compravam os produtos da indústria.

Ainda sobre esse mundo comercial e industrial da Idade Média, Holmes (1975) nos detalha que

Muitas das vilas e cidades da Europa medieval sofreram uma diminuição da população e tamanho [...]. Florença, por exemplo, que tem sido creditada com uma população de 110 000 pessoas antes da Peste Negra, encolheu, provavelmente, para cerca de metade desse número depois da praga [...]. A acreditar, tanto quanto possível, nas deficientes estatísticas medievais parece que muitos casos de diminuição do volume das trocas comerciais e da produção nos antigos centros podem ter-se verificado no século seguinte à Peste Negra. Apesar disso, o mundo comercial e industrial não apresenta o mesmo aspecto de declínio geral do mundo senhorial. [...] É impossível quantificar a riqueza ou a atividade econômica neste

período excepto em relação a grupos, locais ou épocas muito restritos (HOLMES, 1975 p. 102-103).

Compreendemos, portanto, que no século XIII e início do século XIV as cidades reduziram sua população, principalmente após a pandemia de peste<sup>16</sup> que assolou a Europa durante o século XIV, dizimando milhões de pessoas.

Ao analisar algumas obras sobre a realidade econômica da França, especificamente do século XIV, percebemos as principais influências resultantes na crise, a qual todo o Estado francês experimentou. Destacamos aqui a crise econômica no início do século, a Guerra dos Cem Anos, a fome e a guerra. Para Fourquin (1979), a crise econômica se evidenciou como principal razão da fome que arruinou o Ocidente.

Para esse autor, a primeira indicação de crise fez-se percebida no ramo cerealista, conforme nos explica:

A baixa conjuntura começou por se fazer sentir no campo, embora as cidades nem sempre tenham estado ao abrigo de alguns dos seus efeitos mais imediatos. Segundo as características das economias “pré-industriais”, registrou-se em primeiro lugar uma “crise cerealífera de mecanismo clássico” (E.Perroy). Como a colheita de cereais fora de um modo geral deficitária na Europa do Noroeste em 1314, registrou-se uma alta de preços, sobretudo nos primeiros meses de 1315, no período de inatividade agrícola que se anunciava difícil [...]. Além disso, o ano de 1315 foi por seu turno mau: em todas as regiões não mediterrânicas, as chuvas, demasiado frequentes, arrastaram-se da primavera até o outono [...]. Novamente, em 1316, a colheita foi muito inferior ao normal. Foi preciso aguardar a ceifa de 1317 para que os abastecimentos de cereais voltassem a ser suficientes (FOURQUIN, 1979 p. 327-328).

Verificamos, assim, que não haveria, em consequência de tal crise, outra realidade senão de fome pela qual sofreu grande parte da população. Geralmente, quando há indícios de crise no campo, no déficit de colheita de cereais, conseqüentemente há alta de preços. Observamos que não foi diferente na Europa durante os anos 1314 e 1315, quando se registrou uma agricultura inativa. Sem contar com as chuvas que caíram com frequência, por longo período nos anos posteriores, provocando queda nos índices de colheita.

---

<sup>16</sup> Na década de 1340, a peste propagou-se de novo, desta vez proveniente da Ásia Central, conforme é indicado por uma taxa anormal de mortalidade registrada com base nas datas das sepulturas. Essa pandemia passa então a ser conhecida como a Morte Negra (LOYN, 1997 p. 299).

Verificamos que, anteriormente à peste, período especificado em 1337 por Kosminsky (1960), entre a França e a Inglaterra ocorreu uma longa guerra. Motivada pela intenção dos reis da França, que se apoderaram de uma rica região industrial (Flandres), localizada ao Norte da França, a guerra instalou-se entre franceses e ingleses. Destacados com vantagens, em 1346 os ingleses derrotaram os exércitos franceses. Desenvolvida com interrupções, essa guerra prolongou-se até 1453 e recebeu o nome de Guerra dos Cem Anos.

Embasamo-nos em Fourquin (1979), para afirmar que essas epidemias encontraram, pela fome provocada pela Guerra dos Cem Anos, baixa resistência da população. E, principalmente em meio às pessoas necessitadas, menos favorecidas e menos abastadas, a situação era mais agravante, o que gerou uma depressão demográfica que se estendeu por anos, já que as mortes foram incalculáveis.

Fourquin (1979) nos relata a realidade constatada após esse período de guerra, afirmando que,

Díficeis de calcular, as perdas de vidas humanas foram desiguais e a proporção avançada – um terço – nem sempre se verificou [...]. A razia era por vezes tão forte que alguns aglomerados rurais desapareceram, provisória ou definitivamente, sem qualquer intervenção de guerras [...]. É altamente provável que as cidades tenham sofrido ainda mais do que os campos: o contágio propaga-se com mais facilidade na cidade, devido à promiscuidade e as más condições de higiene pública (FOURQUIN, 1979, p. 333 - 334).

Segundo esse autor, até as trocas comerciais e produtivas sofreram quedas. Todavia, apesar de não ser possível medir a economia com precisão, o mundo comercial não padeceu de iguais desvantagens.

Conforme observamos em Oresme (2004), são incontáveis os prejuízos pelos quais poderia sofrer a comunidade. Ao destacar para nós as inconveniências relacionadas às alterações da moeda, quando príncipes apoderaram-se do dinheiro do povo deixando-o mais pobre, o autor nos adverte que,

[...] da mesma forma que algumas doenças são mais contagiosas e perigosas do que outras, por serem menos perceptíveis, também tal exação, como é esta alteração, quanto menos percebida, tanto mais perigosa e danosa pode ser, pois o ônus que dela advém não é imediatamente sentido nem percebido pelo povo [...] (ORESME, 2004 p. 71).

Entendemos que, ao comparar os prejuízos sofridos pelas alterações da moeda aos de uma doença contagiosa, podendo ser esta mais ou menos perigosa, o autor chama a atenção aos males não perceptíveis, aqueles que não são visíveis. Afirma que muito maiores são as desvantagens pelas quais sofre a comunidade quando esta não sente e não vê o que acontece ao seu redor, já que os agravos poderão estar longínquos. Notamos, assim, que Oresme preocupava-se com a comunidade, principalmente quando esta não percebia os prejuízos sofridos porque não conhecia a realidade.

Retomando as cidades do medievo, ao escrever sobre as que se destacaram, Loyn (1997) ressalta que Roma, apesar de apresentar-se pouco significativa em termos comerciais e industriais, continuou em evidência para a Europa medieval, vindo a sofrer precariedades em relação a outras cidades da Itália somente ao final da Idade Média.

O autor nos explica que,

Embora não tivesse importância industrial ou comercial intrínseca, Roma continuou sendo a principal cidade da Europa medieval, tanto por causa do seu passado clássico quanto por ter-se tornado o centro do Cristianismo no Ocidente e a sede do Papado. Desastres políticos no século V [...] levaram o poder imperial a transferir-se para Ravena, mas o Papado manteve-se em Roma como fonte de poder e influência, com os papas sustentados pela tradição de serem sucessores de São Pedro. [...] Mesmo assim, Roma, no final da Idade Média, apesar de todo o seu prestígio e renome, apresentava um espetáculo nada edificante; suas instituições eram precárias em comparação com outras cidades italianas, e estava sendo governada por um dos mais inescrupulosos papas, um Bórgia, Alexandre VI (LOYN, 1997 p. 325-327).

Observamos que, ao contrário de Roma, Veneza e Gênova tornaram-se grandes centros urbanos e comerciais por sua posição geográfica. Eram os pontos de origem e de chegada à Europa das grandes rotas comerciais do Oriente. Além disso, suas posições geográficas permitiam a utilização das rotas terrestres e fluviais, podendo comunicar-se com o centro e o norte europeu.

As cidades apresentaram, no “renascimento do comércio” (séculos XII e XIII), basicamente dois propósitos. Acreditavam que era preciso defender não apenas os interesses comerciais, como também os dos consumidores. Os estudos de Hodgett (1975) bem nos explicam isso, quando nos apresentam que

As cidades tiveram um papel crucial no grande renascimento do comércio, visto terem como principais interesses dois objetivos: defender os interesses comerciais da cidade e defender os interesses dos consumidores. [...] A defesa dos interesses comerciais da cidade através da limitação da entrada de estrangeiros [...] não foi comum antes de aproximadamente 1280 até 1300. Além disso, a política de assegurar uma provisão abundante de víveres levou as municipalidades a introduzir preços máximos legais para os alimentos. [...] A proteção do consumidor era mais eficaz em algumas cidades que em outras: onde as associações comerciais eram poderosas [...], as tentativas de manter os preços baixos eram menos eficazes [...] (HODGETT, 1975 p. 72).

O autor nos enfatiza a importância das cidades para o renascer do comércio e destaca o seu papel, ao mesmo tempo, de defesa de interesses tanto comerciais quanto dos consumidores. Destaca o aumento legal dos preços dos alimentos, realizado pela administração, que objetivou a garantia do abastecimento farto de alimentos necessários à sobrevivência. O autor ainda explica que tal renascimento comercial continuou a se expandir até a primeira metade do século XIV.

Com o propósito de caracterizar os tempos, cuja existência ocorreu antes da invenção das moedas, economistas alemães criaram a expressão *Naturalwirtschaft*, que significa economia natural. Sabemos que, após sua descoberta, a moeda passou a ser empregada por todos os povos civilizados do Ocidente, sendo transmitida pelo Império Romano aos seus sucessores. Todavia, se o início da Idade Média é indicada como época de economia natural, isso se deve à representação ínfima e insignificante do numerário<sup>17</sup> (PIRENNE, 1978).

Analisamos que, a partir do final do século XIII, em razão da introdução de múltiplos de ouro e de prata, o que tornou a vida mais fácil aos mercadores, foi necessária a compilação de listas cada vez mais complexas de moedas e seus valores. Após a escassez da prata, observada ao final do século XIV, o progresso tornou-se a ocorrer somente na segunda metade do século XV, quando houve o aumento de suprimento de prata europeia e o acesso ao ouro africano, pela exploração portuguesa da costa ocidental africana.

Verificamos que, pelo direito que os príncipes receberam para a cunhagem de moeda, os reis concederam, às igrejas, idêntico poder. Isso possibilitou o surgimento desordenado de diferentes denários<sup>18</sup>, com alteração no peso e valor das moedas.

---

<sup>17</sup> Qualquer moeda que tenha validade legal; moeda cunhada; dinheiro.

<sup>18</sup> Que contém o número 10; que tem o número 10 por base. O sistema monetário romano incluía o denário (*denarius*, em latim, plural *denarii*), uma pequena moeda de prata que era a de maior

Acrescentando-se a tamanha balbúrdia, surgiu ainda outro motivo de transtorno. Constantemente as moedas paravam de circular, eram entregues às casas de cunhagem que, ao devolvê-las, punham-nas ao público com menor peso. A diferença ficava nas mãos dos príncipes, diminuindo, dessa forma, o valor do numerário. Tal desordem feudal não se deveu apenas à anarquia política, mas às características comerciais, não importando com os obstáculos que a multiplicidade da moeda representava à circulação monetária.

Observamos que, diante de tamanha desordem, Nicole Oresme (século XIV), preocupou-se em escrever uma obra, tratando inteiramente da invenção das moedas, cujo teor podemos resumir assim:

O princípio é revolucionário, uma vez que, entendendo a moeda como equivalente das riquezas naturais produzidas pelos homens, e não como sinal arbitrário de valor, proporciona as bases teóricas para condenar as práticas abusivas dos príncipes feudais que, principalmente nas alterações das moedas, encontravam os meios para apropriar-se sorrateiramente das riquezas dos seus súditos (ORESME, 2004 p. 11-12).

A nosso ver, o autor defendeu, categoricamente, que a existência da moeda cumprisse a função de permuta das riquezas naturais entre os homens e, por conta disso, não temeu denunciar e condenar quem dela se apropriara com objetivos alheios.

Por sua importância ao período, Pirenne (1978) continua a nos explicar sobre as moedas e a intenção dos reis sobre elas. O autor relata que,

Ao recuperar a sua regalia monetária, os reis se inspiravam tão-somente em considerações de soberania. A ideia de acabar com os abusos do feudalismo e de manter o tipo “legal” das moedas achava-se tão longe da sua mente, que consideravam a moeda unicamente como uma das fontes de renda mais valiosas do seu domínio. Quando a cunhagem tornou a ser um privilégio real, não teve maior estabilidade do que antes. De um reino a outro, a qualidade do numerário continuou se alterando. [...] A técnica rudimentar da cunhagem contribuía para aumentar mais ainda esse caos (PIRENNE, 1978 p. 115-116).

Entendemos, com isso, que os reis se favoreciam de lucros oriundos da cunhagem, ou seja, da alteração das moedas. Isso as conduzia a saírem das oficinas com pesos e módulos muito diferentes, favorecendo, excessivamente, os falsificadores, pois, nesse momento de desenvolvimento monetário, a moeda já se tornara uma fonte de renda muito influente.

Loyn (1997), ao escrever sobre cunhagem<sup>19</sup> e moeda<sup>20</sup>, detalha-nos que as moedas no medievo eram estreitas e leves, se comparadas aos padrões modernos. Eram feitas de prata e cobre, sendo precedidas por uma cunhagem de ouro nos séculos VI e VII e retornando seu uso geral entre meados dos séculos XIII e XIV. O *penny*, ou dinheiro (*denier*), era a unidade básica desde final do século VII em diante. Assim sendo, após sua criação, “[...] a cunhagem dominou a Cristandade latina ao longo dos cinco séculos seguintes” (LOYN, 1997 p. 112).

Loyn ainda nos informa que, ao inserir o ouro e a prata na cunhagem das moedas, os mercadores muito se beneficiavam pelo fato de as novas moedas terem reconhecimento e aceitação internacional. As taxas de câmbio apresentavam flutuações e isso ocorria por conta de três motivos: as mudanças nos preços de mercado do ouro e da prata, a abundante produção de moedas e a alteração do peso e pureza dessas moedas. Por conta disso, os mercadores eram obrigados a compilarem listas complexas de moedas e seus valores, além da publicação de tabelas de taxas de câmbio pelos governos.

Após a abundância de prata, surgida em fins do século XIII e início do XIV, por causa das minas da Boêmia e da Sérvia, o final do século XIV foi surpreendido por séria escassez. Assim sendo, observamos que

Somente a partir da segunda metade do século XV ocorreu um acentuado progresso, quando o aumento de suprimentos de prata europeia, e o acesso direto ao ouro africano em consequência da exploração portuguesa da costa ocidental africana foram um prelúdio à chegada no século XVI dos vastos suprimentos de metais preciosos, após as descobertas das Américas (LOYN, 1997 p. 113).

---

<sup>19</sup> Nome que se dá ao processo de fabricação de moedas. Tal prática surgiu da necessidade de se garantir o peso e a pureza do metal de cada peça. Segundo a tradição, as primeiras moedas foram produzidas na Lídia, atualmente em território turco, por volta de 700 a.C. (CORSO, 2015).

<sup>20</sup> O termo moeda deriva do latim *moneta* (lugar onde se cunhavam moedas em Roma, no templo Juno Moneta).

Ao escrever sobre a moeda social e a origem do dinheiro, Soares (2006) nos explica a origem do dinheiro, distinguindo-o das moedas cunhadas. Assim nos relata:

A origem do dinheiro (que deve distinguir-se das moedas cunhadas) é, como temos visto, de todo natural e, por conseguinte, só em raros casos pode-se atribuir a influências legislativas. O dinheiro não é uma invenção estatal nem produto de um ato legislador. [...] O fato de que umas determinadas mercadorias alcancem a categoria de dinheiro surge espontaneamente das relações econômicas existentes, sem que sejam precisas medidas estatais. [...] De onde se depreende que os bens que alcançaram essa especial categoria de dinheiro tenham variado nos mesmos povos durante épocas distintas e também tenham sido diferentes, dentro de uma mesma época, entre diferentes povos (SOARES, 2006 p. 52, 54).

A autora nos apresenta uma breve distinção entre o princípio do dinheiro e as moedas cunhadas. Ela também destaca que o dinheiro não é uma criação do Estado e que, apesar de certas mercadorias possuírem características de dinheiro, estas surgem com base na relação estabelecida à economia, sofrendo variações em uma mesma época ou épocas diferentes e não havendo necessidade de intervenção estatal.

Observamos também que, ao escrever *A Idade Média e o dinheiro*, Le Goff (2014) defende que no interstício dos séculos XII e XIII houve mudanças na concepção e no uso do dinheiro. Para o autor, esse fato deve-se a variados acontecimentos, destacando como principais

[...] a passagem do mercado itinerante para o mercado sedentário, o progresso urbano – as cidades eram grandes criadoras e grandes consumidoras de dinheiro -, a volta à moeda de ouro, o desenvolvimento do lucro e as primeiras tentativas para justificar, em certos limites e certas condições, a lenta passagem da condenação absoluta da usura e dos usuários a certa indulgência a respeito do lucro e do juro e daqueles que enriqueceram; a difusão da moeda e sua regulamentação, devida em particular ao esforço dos poderes públicos e principalmente monárquicos; a promoção da imagem do trabalho e a ascensão do ensino e da prática do direito (LE GOFF, 2014 p. 13).

Compreendemos com isso que o desenvolvimento da circulação do dinheiro foi muito estimulado. Primeiramente com as feiras de Champagne, já que nelas habituou-se a se contrair e regular dívidas, aumentando-se suas funções na vida

econômica daquela sociedade. Além de outros fatores, o impulso das cidades também contribuiu com a circulação do dinheiro, pois “[...] os mercados urbanos viram sua atividade progredir fortemente e se tornar cotidiana”. “[...] É o que se vê no setor têxtil e da manufatura de panos, que proporciona importantes movimentos de compras, de vendas e de trocas [...]” (LE GOFF, 2014 p. 35-38).

Observamos que o século XIII se destacou como um período próspero em relação ao dinheiro. Para Le Goff (2014 p. 42), esse período “[...] é na verdade a época em que o dinheiro dá motivo, nos meios eclesiásticos, ao debate teórico mais consistente”. Assim sendo, entendemos que o dinheiro passou a fazer parte da teologia e da pregação nesse momento, porque as ordens religiosas<sup>21</sup> começaram a surgir e a se desenvolverem; a língua vulgar, e não mais o latim, tornou-se acessível à pregação urbana a um número maior de fiéis; e o ensino universitário contribuiu para a elaboração de sínteses. Portanto, foi dessa forma que o dinheiro teve seu espaço no meio eclesiástico.

Sobre a necessidade do uso de dinheiro que o homem medieval começou a perceber em sua vida, concluímos, com Adam Smith, em **A riqueza das nações**, que todo homem é, de certa forma, comerciante. À medida que ele necessita permutar parte do produto de seu trabalho por parcelas da produção alheia de que tem necessidade, está comercializando. Por isso o autor defende que a subsistência humana depende dessa troca e que é por isso que a sociedade se caracteriza como comercial. E foi a partir das trocas que as civilizações passaram a usar o dinheiro – instrumento universal de comércio - para suas compras, vendas ou trocas das mais diversas mercadorias (SMITH, 1988).

Concomitante a essa sociedade comercial, desenvolvem-se as cidades e, com elas, a necessidade de construção de “casas de cidade”. Conforme nos explica Le Goff (2014), as edificações das “casas de cidade” surgem no século XII, passando a denominar-se, mais tarde, de câmaras municipais. Assim o autor nos relata:

---

<sup>21</sup> As ordens religiosas, surgidas na Idade Média, eram formadas por sacerdotes que buscavam o isolamento, no intuito de dedicarem-se às atividades religiosas. Elas apresentavam-se como a forma mais comum de vida, consagrada na Igreja Católica (LE GOFF, 2014). Observamos que, de acordo com a hierarquia católica, os monges e frades que faziam parte da composição dessas ordens religiosas poderiam ser leigos ou clérigos consagrados, ou seja, poderiam ser homens comuns da sociedade.

O século XII é também a época em que começam a ser edificadas as “casas de cidade”, que mais tarde serão chamadas câmaras municipais. Prefeituras aparecem desde o fim do século XII, como em Toulouse entre 1190 e 1204. A exemplo de Bruges as despesas ordinárias de uma cidade incluíam o pagamento de uma taxa aos membros de seu conselho, assim como os salários fixos e anuais - denominados pensões - de alguns de seus colaboradores, também chamados de funcionários municipais (LE GOFF, 2014 p. 45).

Percebemos, assim, que as relações com o dinheiro têm início no século XII, com as construções e pagamentos de funcionários municipais. Observamos, portanto, que, mais tarde, tais relações são intensificadas com a criação de hospitais e leprosários, além da construção de pontes, sendo os principais financiadores desses trabalhos urbanos a Igreja e o povo. Apenas “no fim do século XIII, a cidade fez, para o acabamento dos trabalhos, importantes empréstimos que aumentaram consideravelmente sua dívida” (LE GOFF, 2014 p. 50).

Verificamos que, no início do século XIV, as cidades possuíam casas que eram alugadas ao recenseamento, já existiam as praças e os açougues e havia o recolhimento de taxas e multas. Além disso, os escritórios municipais eram colocados à venda. Porém as receitas adicionais não conseguiam cobrir todas as despesas permanentes, e, por conta dessas dívidas que já iam surgindo, os conselhos de cidades recorriam à cobrança de impostos.

Segundo Le Goff (2007), as taxas de impostos, cobradas nesse período, se diferiam e até dos camponeses elas eram recolhidas. “A camada mais importante de imposições foi a dos impostos instituídos e cobrados pelas cidades entre os quais os principais foram as *talhas*” (p. 152-153). Foram impostos que, obrigatoriamente, eram pagos para que sua destinação servisse ao financiamento de obras públicas. No entanto observamos que essa realidade existente de impostos experimentou também “o da desigualdade e da injustiça”. Dentre todos os problemas e defeitos percebidos, a desigualdade social foi o que mais se destacou. Le Goff (2007) também distinguiu a classe dos pobres e a classe dos ricos como “miúdos” e “graúdos” e complementa que, “ao povo ‘graúdo’, o dos mercadores e dos membros das artes maiores<sup>22</sup>, opõe-se o povo dos ‘miúdos’. Os “graúdos” constituem os

---

<sup>22</sup> Na Idade Média, certos campos, hoje agrupados entre as disciplinas científicas, eram categorizados como “artes maiores” e “artes menores”, as artes liberais das universidades medievais – por oposição às “artes servis”, que eram aquelas ligadas à atividade manual, tais como a pintura, a escultura e a arquitetura.

conselhos que governam a cidade sob a direção de cônsules [...] e de almotacéis”<sup>23</sup> (p. 157).

Verificamos que eram diversos os impostos cobrados. Havia até mesmo impostos sobre as fortunas. No entanto esses impostos recebiam outro nome, eram denominados de “ajuda”. Todavia, por encontrar muitas dificuldades para receber tais “contribuições”, as cidades geralmente entravam em dívidas públicas. Portanto, foi dessa forma que as relações do dinheiro com os homens se destacaram na cidade medieval.

Le Goff (2014 p. 147) ainda evidencia que “[...] os problemas perceptíveis a partir do século XIII no domínio do dinheiro, manifestavam-se também pelas alterações no valor das moedas”, a que o autor denomina de “mutações monetárias”. Dessa forma,

O valor das moedas passou a depender de três elementos diferentes que se combinavam: o peso em metal precioso, o valor em relação às outras moedas e o valor em relação à moeda de conta. Ora, a partir de 1270 [...], o preço do ouro aumentou. O rei da França, tomado aqui como referência, operaria uma primeira mutação em 1290 [...], e Filipe, o Belo, de novo decretou mutações em 1295 e 1313. [...] Depois de Filipe, o Belo, deram-se novamente desvalorizações sucessivas entre 1318 e 1330 (LE GOFF, 2014 p. 148).

Intelectuais renomados, como é o caso de Le Goff, nos auxilia na compreensão de Nicole Oresme, na maneira como ele entendeu seu tempo histórico e na forma como atuou, ensinando os homens medievais a se relacionarem com as questões monetárias. Observamos que a França sofreu diversas mutações monetárias no período de apenas seis décadas. Iniciadas pelo rei, as alterações foram progressivas e levaram as moedas à desvalorização. Após perceber e testemunhar essas constantes mudanças na moeda, levando-a ao consequente enfraquecimento, Oresme atuou sobre o problema, exatamente da maneira em que lhe era possível: a escrita. Com ousadia, não vacilou em escrever que “inconvenientes muito grandes nascem e resultam de várias maneiras, das alterações das moedas” (ORESME, 2004 p. 69). Portanto, sem temor, mas com

---

<sup>23</sup> Amotacel era, no Antigo Regime (até 1789), o magistrado nas cidades do norte da França que auxiliava o chefe municipal (LE GOFF, 2007 p. 157).

coragem, o autor elaborou um pequeno tratado em que denunciou os príncipes e destacou os males causados à comunidade, resultantes de mutações “a bel-prazer”.

Na visão de Le Goff (2014), a finalidade das mutações da moeda não se centrava unicamente na adaptação da circulação monetária à economia, mas para que príncipes e reis (principalmente o rei da França) se apropriassem do dinheiro e reduzissem suas dívidas. Ao contrário, essas medidas prejudicavam os que viviam de salários e do comércio, chegando a provocar reações diversas e tornando-se, inclusive, “uma das principais causas das revoltas populares e das complicações políticas do século XIV” (p. 149). Portanto, entendemos que assegurar uma “boa” moeda, por parte do rei, tornou-se uma exigência pública.

As mutações das moedas e os problemas surgidos a partir delas certamente provocaram muitos descontentamentos. Para Le Goff, toda essa problemática deu lugar à obra do parisiense Nicole Oresme *De moneta* (Sobre a moeda). Como grande mestre da universidade de Paris, escreveu essa riqueza de tratado que, considerado o mais célebre de seus escritos, ocupou enorme importância não apenas à economia do século XIV, mas até os nossos dias.

Incluindo traduções e comentários sobre Aristóteles, observamos que, em suas obras, Nicole Oresme

[...] denuncia vigorosamente a astrologia e as artes divinatórias e mágicas. Entretanto, é o *De moneta* que permanece hoje o mais conhecido e o mais célebre de seus escritos. Nessa obra antes de natureza política o autor mostra os malefícios das mutações monetárias, o dever para os reis de assegurar uma moeda estável, e insiste sobre o fato de que a moeda, se faz parte das prerrogativas realengas, não é um bem pessoal do rei, mas bem comum do povo que a usa (LE GOFF, 2014 p. 152).

Oresme focaliza os males causados pelas alterações monetárias e insiste, com firmeza, na estabilidade da moeda como um bem comum, pertencente ao povo. Conforme analisamos, Le Goff acredita que essa obra provavelmente tenha influenciado diretamente o rei da França, João II, o Bom, quando restabeleceu uma moeda estável, a moeda de ouro (o franco).

Observamos, ainda, que Carlos V, filho de João II, também se apresentou atento a essa estabilidade. Ao difundir no reino da França uma bula do papa Clemente V, que excomungava os falsos moedeiros, ajudou na luta contra falsificações e especulação. Outra atitude que reafirma a influência da obra *Pequeno*

*tratado da primeira invenção das moedas*, nas atividades econômicas dos príncipes, é o fato de o próprio Carlos V ter solicitado que Oresme a traduzisse para o francês. Portanto, concluímos que o tratado de Oresme influenciou, significativamente, as atitudes de príncipes e reis nesse período do medievo.

## 2.2 BREVES REFERÊNCIAS EDUCACIONAIS

Conforme observamos anteriormente, o século XIII, em especial, tornou-se o apogeu do Ocidente medieval. Apesar de ser um período, como qualquer outro, passivo de problemas, é possível, segundo Le Goff (2007), indicar nele êxitos em quatro áreas principais. Para o autor, foi um momento de crescimento urbano, com a instalação europeia nas cidades e o aparecimento dos centros econômicos e intelectuais; houve a renovação comercial e a promoção dos mercadores; foi um período de desenvolvimento do saber, com número crescente de escolas urbanas de ensino primário e secundário, além da criação e sucesso das universidades, sendo Aristóteles “[...] o grande homem das universidades do século XIII, e sobretudo, da universidade parisiense” (LE GOFF, 2007 p. 175).

Destacamos, ainda, dentre os campos exitosos, a criação e a difusão de novos religiosos, os frades das ordens mendicantes<sup>24</sup>, responsáveis pela remodelação do cristianismo nesse período, visto que os mendicantes atendiam aos fiéis e reencaminhava-os à vida espiritual por meio da pregação e da confissão, pelo exemplo de vida moral e pela comunhão que mantinham com as massas populares.

Nos séculos seguintes às Cruzadas<sup>25</sup> (séculos XI a XIII), vimos que os poderes do senhor feudal transferiram-se à cidade e, à medida que as cidades enriqueceram, os fidalgos feudais foram empobrecendo. Com o fortalecimento das cidades e do comércio, as exigências sociais sofreram alterações. Os homens precisaram de novos conhecimentos para a comercialização e, com isso, as mudanças de comportamentos e de pensamentos destacaram-se para o conhecimento empírico, experimental e não mais pela simples contemplação.

---

<sup>24</sup> Ordens religiosas que fazem voto de pobreza, vivendo apenas de esmolas.

<sup>25</sup> De 1096 a 1270, expedições foram formadas sob o comando da Igreja, a fim de recuperar Jerusalém. Tropas ocidentais foram enviadas à Palestina para recuperarem a liberdade de acesso dos cristãos a Jerusalém. A guerra pela Terra Santa, que durou do século XI ao XIV, foi iniciada logo após o domínio dos turcos seljúcidas sobre essa região considerada sagrada para os cristãos. Após o domínio da região, os turcos passaram a impedir ferozmente a peregrinação dos europeus, por meio da captura e do assassinato de muitos peregrinos que visitavam o local unicamente pela fé. Essas expedições ficaram conhecidas como Cruzadas.

Assim sendo, os intelectuais medievais passaram a propagar um ensino que se fundamentava mais na sabedoria e na reflexão do que na valentia. Isso é perfeitamente explicado por Le Goff (2014), ao destacar o nascimento desses intelectuais. “No início foram as cidades. O intelectual da Idade Média – no Ocidente – nasceu com elas. Foi com o desenvolvimento urbano [...] que ele apareceu [...]” (LE GOFF, 2014 p. 29). “Uma Europa do trabalho intelectual nascia ao lado da Europa do trabalho comercial” (LE GOFF, 2007 p. 174). Nesse momento de mudanças concepcionais, o cavaleiro medieval passou a sofrer certa decadência, já que, enquanto guerreiro que fazia parte da nobreza, sua posição era apresentada com destaque e modelo perante toda a sociedade.

Juntamente com o desenvolvimento urbano e o nascimento dos intelectuais, ressalta-se a importância do conhecimento e observa-se a evolução das escolas catedrais que, mais tarde, devido seu caráter corporativo contribuíram para a formação das universidades.

Cambi (1999), ao conceitualizar o conhecimento escolar medieval, especialmente nas escolas Abaciais, Catedrais e Palacianas destaca que,

No centro da formação das elites está a transmissão do saber, que se desenvolve nas escolas organizadas pela Igreja, a qual substituiu gradativamente o Estado neste papel. E o substituiu utilizando um novo modelo de escola, ligado à vida monástica, que organiza ensinamentos de alcance sobretudo religioso, segundo regras e procedimentos rigorosamente fixados, dando vida a um tipo de saber bem diferente do antigo, feito de comentários e de interpretações, ligado a textos canônicos, que não “descobre” a verdade, mas a “mostra”: um saber dogmaticamente fixado e que se trata apenas de esclarecer e de glosar (CAMBI, 1999 p. 158).

Com isso, o autor confirma a relevante influência que a Igreja exerceu sobre a educação, especialmente na formação da sociedade elitizada, na transmissão de conhecimentos e na organização de instituições de ensino, utilizando-se sempre dos textos e dogmas da Igreja católica.

Cambi (1999), continua a destacar que,

A Igreja foi o “palco fixo” por trás do qual se moveu toda a história da Idade Média e um dos motores do seu inquieto desenvolvimento [...] A Europa, de fato nasceu cristã e foi nutrida de espírito cristão, de modo a colocá-lo no centro de todas as suas manifestações, sobretudo no âmbito cultural. Caso exemplar é o da educação, que se desenvolve em estreita simbiose com a Igreja, com a fé cristã e

com as instituições eclesiásticas que [...] são as únicas delegadas (com as corporações no plano profissional) a educar, a formar, a conformar. Da Igreja partem os modelos educativos e as práticas de formação [...] (CAMBI, 1999 p. 145-146).

Para o autor, apesar das fortes influências e importante contribuição da Igreja na formação educativa, nem todos tiveram acesso à educação. O povo apresentava-se analfabeto, seus conhecimentos estavam diretamente ligados às crenças e tradições, ou melhor, voltados aos conhecimentos do senso comum, alcançados por meio da oralidade e da imagem, com sua esfera cultural bem limitada.

Ao conceituar a educação<sup>26</sup> medieval, Lyon (1997) ressalta que esta não era mesmo privilégio de muitos, mas ao contrário, daqueles que, além de outras condições, como ser do sexo masculino, apresentassem possibilidades financeiras. Conforme podemos perceber,

A educação na Idade Média foi um luxo sempre reservado à minoria; estava principalmente organizada para benefício do sexo masculino e, na medida em que era acessível ao leigo, o mais provável é que fosse solicitada, na grande maioria dos casos, por aqueles que precisavam adquirir algum conhecimento no governo, na administração ou no comércio, e por aqueles que podiam se permitir dedicar-lhe seu tempo e seus recursos materiais. [...] Mesmo onde se realizaram esforços no sentido de manter baixos os custos do estudo ou de subsidiar o acesso do pobre, as oportunidades de um indivíduo adquirir educação formal dependiam da facilidade de acesso à sua oferta. Ao longo da Idade Média, era a Igreja que ministrava a educação (LYON, 1997 p. 127).

De acordo com o nosso entendimento, na concepção do autor, a educação formal pertencia a uma parcela muito pequena da sociedade medieval, em especial da figura masculina. Estando sob a responsabilidade da Igreja, a educação nesse período ainda não era vista como direito de todos, mas de alguns e bem poucos que, apresentando condições para arcar com os altos custos, estudavam e usufruíam do conhecimento.

---

<sup>26</sup>Seria errôneo supor, entretanto, que a Igreja tinha monopólio sobre a educação. No século XIII, muitas cidades, sobretudo na Itália, estavam tomando a iniciativa de contratar professores para ensinar em vários níveis; e há provas evidentes de um surpreendente aumento da alfabetização em algumas dessas cidades (LYON, 1997 p. 127).

Na estrutura da educação formal medieval, no que diz respeito à relação teoria e prática, havia divergência, pois as disciplinas encontravam-se divididas nas sete artes liberais (gramática, retórica e dialética), o Trivium, e o Quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música). No nível superior, as matérias ensinadas eram a teologia, o direito e a medicina. Todavia, no nível inferior, não havia um programa de estudos, mas apenas uma estrutura pouco definida, respaldando seus professores a variar-se no desenvolvimento e ênfase de seus trabalhos. Isso possibilitava que os professores escolhessem as matérias consideradas de maior importância ou na conformidade de seus interesses. Hugo de São Vitor (1096-1141) é destacado por Lyon (1997), como quem apresentou “classificações alternativas” e “modelos de teoria pedagógica”, considerados consistentes à educação básica do período. (LYON, 1997). Dessa forma,

No nível elementar, as crianças eram ensinadas a ler, e depois a escrever, cantar e realizar algum computus básico (essencial para o cálculo do calendário cristão). Desde cedo, o saltério figurou com destaque; os salmos podiam ser aprendidos de cor, sem grande compreensão da língua latina. O nível seguinte centrava-se no latim, passaporte para o mundo cultural sério, para todas as profissões e para uma compreensão mais profunda da Bíblia e dos ritos e doutrinas da Igreja (LYON, 1997 p. 128).

Apesar de apresentarem essas variações em seus programas de estudos, as escolas, nesse período medieval apresentavam em comum características essenciais como status clerical, sob jurisdição eclesiástica, portanto, submetidas às restrições da Igreja. Para Lyon (1997 p. 128), a vida escolar não era nada fácil. “A vida na escola era severa: a punição corporal era parte integrante da educação e o dia escolar era longo e extenuante [...]”. Segundo o mesmo autor, o contraste maior com os sistemas modernos de educação ocorria no método de aprendizagem. Assim Lyon (1997) nos explica:

Na aula, os textos eram usados sobretudo pelos professores; a raridade e o custo dos livros colocavam-nos fora do alcance da maioria dos alunos, muitos dos quais eram afortunados por possuir um saltério, tradicionalmente o primeiro livro dado a uma criança. A sala de aula medieval refletia a natureza preponderantemente oral da cultura medieval, com o professor lendo e explicando o texto, e o estudante absorvendo-o e confiando-o à memória [...] (LYON, 1997 p. 128-129).

Percebe-se portanto, ênfase na transmissão das matérias por meio da oralidade. Isso devido às mínimas condições de os alunos possuírem seus livros. Dessa forma, restava-lhes, quando muito, ganhar um livro de salmos e assim, guardar os ensinamentos transmitidos, oralmente, em suas memórias.

Jacques Verger (1999), ao escrever *Homens e saber na Idade Média*, destaca que, assim como em qualquer outra época, para as pessoas que passavam pela escola, ela tornava-se lugar de “aprendizagem de saberes”, com os “conhecimentos e os métodos de raciocínio e de trabalho” que as ajudariam no desenvolvimento intelectual para o resto de suas vidas (VERGER, 1999 p. 69). Todavia, o próprio autor nos confirma que o valor da escola ultrapassava a tais objetivos. Para ele,

[...] a escola era bem mais do que isso, ainda que na Idade Média ela não tenha pretendido tanto quanto em outros séculos tomar a totalidade da formação social, moral e religiosa dos indivíduos. Aprendia-se ali a se comportar, a afirmar sua personalidade e a avaliar os outros sempre se curvando a uma disciplina coletiva. Nela, travavam-se relações duráveis de amizade. Passava-se a integrar grupos ou clientelas. Essa experiência existencial, inseparável da aquisição de saberes, contribuía sem dúvida, tanto quanto esses últimos, para traçar o contorno coletivo dos letrados medievais (VERGER, 1999 p. 69-70).

Em nosso entendimento, além de ser um profundo espaço de saberes, a escola medieval ocupava um papel relevante na vida dos intelectuais. Eram ensinamentos voltados ao comportamento individual, formação da personalidade e convivência coletiva, onde preservavam-se as amizades. Tais experiências vivenciadas nesses espaços de aprendizagens, possibilitavam a construção das características de vivência coletiva dos letrados.

Portanto, a escola era, conforme Jacques Verger explica, “uma aposta política” (p. 70). Isso significa que, a Igreja, as cidades ou os príncipes, ideologicamente garantiam a difusão de saberes ortodoxos. Ou seja, os saberes conceituados perigosos, não eram ensinados. Porém, possibilitavam a formação de pessoas instruídas, das quais julgavam ser necessárias para os diversos serviços existentes. Havia três tipos de instituições de ensino: as escolas elementares, a universidade e as novas instituições, sendo que estas últimas apresentavam novas disciplinas e métodos adaptativos às diferentes realidades encontradas dentre os alunos (VERGER, 1999 p. 104).

No entanto, conforme interpretação de Kosminsky (1960), em relação à escola e à ciência, durante os séculos XII e XIII, percebemos que houve pouco ou nenhum desenvolvimento, reinando profunda ignorância até mesmo entre as classes mais elevadas.

Assim nos descreve o autor:

Os cavaleiros, comumente, não sabiam ler nem escrever, nem sequer assinar o nome. Nem todos os reis e imperadores souberam ler; o imperador Henrique IV era louvado porque ele mesmo podia ler as cartas que recebia. Os camponeses e artesãos eram iletrados em sua totalidade e ninguém se preocupava com sua instrução. Era mais conveniente para as classes elevadas manter o povo na incultura e na ignorância. A igreja, porém, necessitava de sacerdotes letrados, que soubessem ler e cantar no templo, e pregar ao povo a necessidade de obedecer aos senhores e superiores. Os homens letrados eram necessários também aos imperadores e reis para administrar seus assuntos, escrever éditos, fazer a conta dos ganhos, julgar de acordo com as leis reais, redigir a correspondência diplomática. Também as cidades necessitavam de homens letrados (KOSMINSKY, 1960 p. 97).

Entendemos que cavaleiros, camponeses, artesãos e a maioria dos reis e imperadores eram desprovidos de instrução. Os cavaleiros medievais eram guerreiros participantes da nobreza, pois, quanto mais cavaleiros possuía um nobre, maior seria o seu poder militar. Apesar disso o letramento era necessário aos homens que estavam vivendo as transformações da nova sociedade estabelecida.

É nesse momento que, de acordo com o autor, surgiram as escolas no Ocidente medieval. Por muito tempo a escolarização ficou por conta do clero e, sendo o latim a única língua da Igreja e da literatura, não era compreendido pelo povo. Ler e escrever era privilégio de poucos (KOSMINSKY, 1960).

O próprio autor comprova as dificuldades encontradas na escolarização, quando expõe a maneira como ocorria a instrução das crianças. Ele nos relata que

Era árdua tarefa para as crianças estudar o latim [...]. Tudo se estudava de memória e se recordava mecanicamente. Era necessária muita aplicação. Nem sequer se tratava de conquistar a boa vontade da criança para o estudo, pois o recurso principal para instruí-la era a pancada [...]. Os alunos eram obrigados, a princípio, a aprender em latim, de memória, as orações. Em seguida, eram sentados diante do abecedário e se lhes ensinava a ler e escrever em latim, e também cálculo e canto eclesiástico. Era o ciclo primário

do ensino. O ciclo seguinte era constituído pelas chamadas “sete artes liberais”<sup>27</sup> (KOSMINSKY, 1960 p. 98).

Analisamos que, por ser o latim a língua falada da época, a aprendizagem era adquirida com muita dificuldade, de forma mecânica e memorizada pelas crianças. Além disso, a punição contra elas era um dos recursos utilizados na instrução daquele período.

Todavia, para Le Goff (1992), as escolas que eram de cunho religioso, com as cidades em desenvolvimento, passaram por profundas transformações. Essas mudanças possibilitaram a criação de outras escolas, agora destinadas à burguesia, já que as crianças burguesas necessitavam de um conhecimento diferenciado, mais amplo e completo.

Portanto,

Em meados do século XII, os conselhos municipais se preocuparam em fundar para os filhos da burguesia escolas que são as primeiras escolas laicas da Europa desde o fim da Antiguidade. Por elas, o ensino deixa de conceder seus benefícios exclusivamente aos noviços dos mosteiros e aos futuros padres das paróquias (LE GOFF, 1992, p.197).

Essas escolas tornaram-se uma grande conquista à classe burguesa que, por conseguinte, delas muito se beneficiou. Além dos conhecimentos e preceitos religiosos, elas passaram a ensinar saberes necessários a uma nova vida social, caracterizada pela urbanidade e pelo comércio. Comprovamos, assim, que o século XII, com todas as suas transformações, trouxe mudanças relevantes às cidades medievais, principalmente no modo de viver, agir e pensar dos cidadãos.

É importante ressaltarmos que toda essa discussão teve reflexo significativo no século XIV, no pensamento de Oresme, pois, quando ele trata da ciência como necessidade do seu período, essa questão não é novidade da sua época. Séculos anteriores ao seu, já se estabelecia a prioridade de se entender o mundo pela via da razão. Logo, para a compreensão das questões políticas, econômicas e científicas, tratadas por esse autor, é essencial o entendimento das exigências históricas que

---

<sup>27</sup> Artes liberais é uma expressão que designa um conjunto de estudos e disciplinas por meio das quais se intenciona prover conhecimentos, métodos e habilidades intelectuais gerais para seus estudantes, ao invés de habilidades ocupacionais, científicas ou artísticas mais especializadas. Compõem as sete artes liberais a Lógica, a Gramática, a Retórica, a Geometria, a Astronomia, a Música e a Aritmética, exercícios que apelam ao intelecto, em vez de se utilizar a técnica.

culminaram na transição da sociedade feudal para a moderna e, conseqüentemente, para o pensamento do autor.

Nesse sentido, o método de ensino escolástico, utilizado no período medieval, provocou conflitos de pensamentos e de conhecimentos em relação à Igreja. Um dos conflitos existentes ocorreu pelas diferenças filosóficas, defendidas pela Igreja Católica e pela Escolástica. Enquanto a linha filosófica, adotada pela Igreja, na Idade Média, era essencialmente cristã, procurando respostas que pudessem justificar a fé na doutrina ensinada pelo clero (guardião espiritual), a Escolástica se referia às disciplinas ministradas nas escolas medievais – o trívio: gramática, retórica e dialética; e o quadrívio: aritmética, geometria, astronomia e música.

Porém, Loyn (1997) nos explica que

Os escolásticos procuravam dar sustentação teórica à verdade da doutrina cristã, assim como reconciliar pontos de vista contraditórios na teologia cristã; e, para esse fim, desenvolveram um método extremamente requintado de investigação das questões filosóficas e teóricas. [...] No século XII, os escolásticos estavam coligindo Sentenças, que eram citações ou sumários de dogmas compilados da Bíblia e da literatura patrística [...]. Isso deu finalmente lugar a um sistema que tentou oferecer uma visão abrangente de “toda a verdade atingível” (*summa*), um desenvolvimento que coincidiu com uma clara progressão no sentido da autonomia intelectual, com pensadores da envergadura de Alberto Magno e Tomás de Aquino (LOYN, 1997 p. 132-133).

Em nosso entendimento, o método desenvolvido pela Escolástica traduzia-se no ensino que se fundamentava no comentário de textos. Em torno desses textos, conforme explica Cambi (1999), desenvolvia-se a *lectio*, fixando o significado da gramática (*littera*), em seguida a explanação lógica (*sensus*) e, por fim, a interpretação de textos ou fragmentos. É desse trabalho que surgiu a discussão, emergindo o problema (*quaestio*) e que daria lugar à *disputatio* (CAMBI, 1999 p. 185).

Observamos, assim, a relevância ocupada pela Escolástica no medievo, pois sua existência possibilitou novos rumos, inclusive contraste com as produções bíblicas do século XII e surgimento de uma teologia “científica”. De acordo com Loyn (1997), é possível compreender que

Tomás de Aquino, por exemplo, acreditava que só a razão era necessária para entender verdades básicas acerca de Deus e da

alma, embora a revelação divina ampliasse tal conhecimento. A ênfase atribuída à razão foi rejeitada em certa medida no século XIV, por homens como Guilherme de Ockham e João Duns Scotus (LOYN, 1997 p. 133).

Vimos que, por intermédio desses dois doutores franciscanos, João Duns Scotus (1266-1308) e Guilherme de Ockham (1300-1350), a teologia acabou por desviar-se do equilíbrio entre razão e fé, caminho até então trilhado pela escolástica. E, a partir de 1320, iniciou-se o processo de separação entre o criado e o divino, entre a razão e a fé (LE GOFF, 2014).

Na primeira metade do século XIV, especificamente após 1356, quando Nicole Oresme recebeu o título de mestre em teologia, passou a ensinar na mesma universidade de sua formação (Universidade de Paris). Tornou-se, assim, personagem importante que desejava o aperfeiçoamento intelectual dessa instituição. Esses anos foram relevantes à formação de Oresme, nos quais ele passou a conviver com a elite intelectual.

Essa convivência com a elite acadêmica possibilitou-lhes novas concepções, pois

[...] na Universidade de Paris se estava forjando uma nova concepção de ciência que, na esteira do pensamento de William Ockham e em antítese ao tomismo intelectualista, voltava-se mais diretamente à vida humana em seus variados aspectos, à particularidade das relações humanas e à urgência dos problemas sociais, desvinculando a pesquisa teórica e a observação empírica das amarras da sistematização teológica dominante (ORESME, 2004 p. 17).

Entendemos que, em busca de novas concepções científicas, a Universidade de Paris apoiava-se nas ideias de Guilherme de Ockham e, em oposição ao pensamento de Tomás de Aquino (século XIII), voltava-se a um ensino que valorizava as relações humanas e se preocupava com a problemática social. Justificamos aqui a preocupação de Oresme em escrever o *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, no momento em que ocorre na França - dentre outras calamidades como as revoltas camponesas, a peste negra, a alta dos preços, a desordem das cidades e a carestia - o caos monetário das alterações da moeda.

A obra foi iniciada no momento em que a França, prestes a ser governada por Carlos V, defrontou-se com muitos problemas sociais e, dessa forma,

Ao assumir a coroa em 1361, Carlos V, merecidamente apelidado de Sábio, para fazer frente a tamanhas desordens, escolheu seus auxiliares e conselheiros entre os homens de armas e de ciência mais capazes, iniciando com ação enérgica e iluminada a reestruturação do reino, reconquistando territórios, fazendo voltar a paz interna e a prosperidade econômica, estabilizando a moeda e promovendo o saber (ORESME, 2004 p. 19).

Percebemos que Oresme, ao ser conselheiro de Carlos V e atendendo ao seu pedido, traduziu para o francês a obra em pauta, escrita originalmente em latim. Uma produção que, certamente, tivesse auxiliado o sábio a enfrentar as dificuldades encontradas na França, no início de seu reinado, e, provavelmente, ajudado na superação das desordens e no desenvolvimento econômico, conforme analisaremos na seção seguinte.

### 3. A OBRA “PEQUENO TRATADO DA PRIMEIRA INVENÇÃO DAS MOEDAS”

O *Pequeno Tratado da Primeira Invenção das Moedas*, com pequena característica em relação ao número de suas páginas, apresenta-se, ao mesmo tempo, com grande relevância aos estudos da economia medieval. Com especificidade ao tema da moeda e suas propriedades, Nicole Oresme nos escreve, com detalhes, todo o procedimento equivalente à sua cunhagem, bem como críticas proferidas aos reis e príncipes pelas vantagens provenientes das alterações ocorridas com essas moedas.

Conforme ressaltamos na apresentação do livro, essa é a primeira obra totalmente dedicada à economia, em especial à estabilidade da moeda. Sua versão primária registra-se no ano de 1355, momento em que a sociedade assistia às constantes alterações da moeda, inclusive em sua matéria. Sendo de vital importância, o princípio que norteia a obra é a defesa de que “[...] a moeda é o instrumento equivalente para permutar as riquezas naturais entre os homens” (ORESME, 2004 p. 11), e, por isso, embasado em princípios como esse, o autor aprofunda, incansavelmente, a necessidade de usar, de forma correta e justa, tal instrumento, condenando com franqueza as práticas abusivas de príncipes e reis.

Durante os anos de estudante, o autor conviveu com vários intelectuais da universidade, como Pierre Bersuire, Guillaume de Machaut, Philippe de Vitry e Jean Buridan. Além disso, apresentou bom relacionamento com a elite política de seu tempo, introduzindo-se à corte do rei João II, especialmente após 1361, quando deixou a universidade. Isso, provavelmente, facilitou o exercício de seu papel político junto ao rei, não apenas pessoalmente, mas por meio de suas produções, como é o caso da obra em estudo. Assim sendo, o *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas* transformou-se em um relatório à reforma monetária que, em dezembro de 1360, foi empreendida por Carlos V.

Logo no início de seu primeiro capítulo, constatamos que Oresme explica o que motivou a origem das moedas e as razões pelas quais elas foram necessárias aos homens daquele tempo. É justamente em seus primeiros parágrafos que percebemos a relação da matemática com o surgimento da moeda. Ao apresentar ao leitor o que fez Deus, após a divisão dos filhos de Adão, sobre os homens se multiplicarem e por isso necessitarem dividir o que possuíam, Oresme explica o fato que origina a moeda: “[...] um deles passou a possuir algo a mais do que sua

necessidade comportava, enquanto outro tinha dessa mesma coisa muito pouco ou nada; mas, por outro lado, este segundo tinha fartura ou lhe sobrava outra coisa que ao primeiro faltava” (ORESME, 2004 p. 35). Com isso, o autor nos deixa claro que a permuta dos produtos já não dava mais conta de atender às necessidades dos homens daquele período.

Explicitamente, a matemática se revela na obra, provocando a necessidade de se pensar em um produto (riqueza artificial) único que viesse a valorar-se e a trocar-se com qualquer riqueza e produto produzidos pelos homens (riquezas naturais). Observamos que, por muito tempo, esses homens realizavam as trocas de produtos, conforme suas necessidades. Trocavam-se trigo por ovelha, trabalho pelo pão e assim por diante. Ao sobrar-lhes bastante ou faltar-lhes muito daquilo que precisariam para viver, os homens começaram a pensar em outra solução. Os conceitos matemáticos continuaram visíveis no “sobrar” e no “faltar”, estabelecendo uma relação de interdependência entre os homens, a ponto de perceberem que, imaginando algo de valor para substituir as trocas, a vida comercial seria facilitada, além de possibilitarem a existência do lucro.

Para Lauand (1986), a época medieval foi de pouca matemática, porém ensinada de maneira viva e prática, que despertava nos alunos motivação para aprender. Além disso, com esse ensino, desenvolvia-se a inteligência dos alunos. Apesar de nos primeiros séculos da Idade Média, observarmos o mau estado dessa área, “[...] no século X, com Gerberto, recomeça o progresso da matemática e suas obras corrigem diversos erros dos séculos anteriores” (LAUAND, 1986 p. 96).

No primeiro capítulo da obra em estudo, Oresme parte da criação divina (filhos de Adão), para explicar-nos que, no início das relações humanas, as pessoas já sentiram que a troca de produtos (usada por muitos anos), não lhes atendiam integralmente em suas necessidades. Comerciam e trocavam, (sem moedas) entre elas, os próprios produtos. Logo, precisariam, pelos problemas que dessas trocas foram surgindo, de algo que pudessem permutar com os produtos, a fim de que, independentemente de os homens terem pouco ou muito de um determinado produto, pudessem viver, atendendo todas as suas necessidades com maior inteligência e rapidez. Todavia, “[...] com dinheiro, com efeito, não se supera de imediato a indigência da vida humana, sendo ele um instrumento artificial, descoberto para permutar mais facilmente as riquezas naturais”, além de “prover ao uso público” (ORESME, 2004 p. 36-37). Oresme também se preocupou em explicar,

conforme exposto mais adiante, que, apesar de ser necessário à vida humana, o dinheiro poderia ser usado, de maneira maléfica, por homens maus e cobiçosos. O autor percebia, com muita nitidez, o que os homens seriam capazes de realizar na relação com o poder e o dinheiro. Bem sabia Oresme que os imperativos políticos poderiam estabelecer forças para a variação do preço das moedas. Por isso enfatizou que era preciso ter controle e equilíbrio para que o uso dessas moedas estivesse a serviço da comunidade pública.

Juntamente à linguagem matemática, percebemos que Oresme utiliza, durante toda sua obra, recursos imprescindíveis a um bom mestre que se empenha em ensinar: uma linguagem simples, metodológica e didática. Simples, porque o autor não complica o entendimento do leitor. Ao mesmo tempo, se ocupa em escrever o que é básico e indispensável à compreensão do interlocutor de sua obra. Ou seja, uma linguagem que facilita a ocorrência do processo de ensino ao aprendiz.

A linguagem metodológica se apresenta no momento em que o mestre se dispõe a expor seus ensinamentos, sem pressa, com detalhes e sem causar dúvidas, mas com a preocupação de que tal preceito, sendo utilitário e necessário, produziria mudanças nos homens de seu tempo. Dessa forma, ensinou com profundidade, evitando a superficialidade em suas explicações.

Notamos também que, ao mesmo tempo em que Oresme ensinou sobre a economia e a fabricação das moedas, com uma postura firme, opôs-se às atitudes tirânicas dos príncipes que alteravam as moedas, despertando no leitor o entendimento de ética. Capítulo por capítulo, com determinação, explicou com detalhes os preceitos que deveriam ser seguidos pelos homens justos de seu tempo. Sua atuação diante de um problema econômico, que causava danos e prejuízos à comunidade, foi de orientador e conselheiro daqueles que poderiam mudar as circunstâncias.

Dispondo de uma linguagem didática, não há dúvidas de que as palavras de Oresme instruíram, ensinaram e garantiram a aprendizagem. Foi um ensinante didático de seu tempo, pois se apropriou de uma problemática cultural, que causava incômodo e prejuízos à comunidade francesa daquele período. Além disso, percebemos que o autor não perdeu tempo em advertir e destacar com propriedade o que era permitido, lícito e correto sobre a moeda. Apesar de ser uma obra que trata do monetário, voltada à área econômica, o autor utilizou uma linguagem não

técnica, de fácil entendimento. Portanto, a obra é didática, porque ensinou os homens a manusearem as moedas para o bem da humanidade e a organizar a vida econômica daquela sociedade, ensinou aos homens o valor da moeda.

Assim sendo, em seguida daremos destaque, também, ao valor econômico da obra, no sentido de reconhecer sua importância e necessidade à economia medieval, ou seja, a importância que denotou aos homens que organizavam e dirigiam a sociedade da época.

### 3.1 O TRATADO E A ECONOMIA

Os ressaltos didáticos da obra de Oresme, anteriormente introduzidos, não desmerecem a que fim ela foi escrita. Pelo contrário, seu valor econômico aos homens daquela época foi de grande importância e significado. Haja vista que tal obra tornou-se uma espécie de orientação à economia medieval, e todos os seus capítulos se articulam, expressando as razões da necessidade do uso apropriado da moeda para o governo justo. Assim, ao entender a moeda como equivalência das riquezas naturais, produzidas pelos homens, Oresme apresenta condições suficientes para a condenação de práticas abusivas, relacionadas às suas alterações.

É válido lembrarmos que, no momento histórico em que Oresme escreveu o *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, a França vivenciava diversas mutações monetárias e, sendo essas alterações progressivas, as moedas passaram a sofrer desvalorização e enfraquecimento.

Já destacamos que, segundo Le Goff (2014), a finalidade das mutações da moeda não se centrava unicamente na adaptação da circulação monetária à economia, mas com o objetivo de que príncipes e reis se apropriassem de dinheiro e reduzissem suas dívidas. Eram medidas prejudiciais, em especial aos assalariados e comerciantes, o que provocou diversas revoltas populares. Posto isso, compreendemos, com clareza, que o tratado muito contribuiu para a reorganização da economia e o estabelecimento de uma moeda estável, fatores importantes para a solução dos problemas econômicos, enfrentados pela França naquele período (ARTIGAS, 1989).

Observamos, na literatura, que o desenvolvimento da economia medieval foi um processo complexo. De um lado, a realidade econômica vivenciando um

processo de transformação e, de outro, os preceitos da moral cristã. Na obra *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*, Le Goff apresenta os grandes obstáculos enfrentados pelo mercado medieval em meio ao seu desenvolvimento, já que a usura era uma prática inadmissível pela Igreja. Dessa forma, “[...] a usura designa uma multiplicidade de práticas, o que dificultará o estabelecimento de uma fronteira entre o lícito e o ilícito nas operações que admitem juros” (LE GOFF, 2004 p. 13). Assim, “[...] os homens da Idade Média, confrontados com um fenômeno, procuravam-lhe o modelo na Bíblia. A *autoridade* bíblica fornecia ao mesmo tempo a origem, a explicação e o modo de emprego do caso em questão” (p. 16).

Dessa forma, justificamos a preocupação de Oresme em questionar em seu tratado a produção de ganho sobre a moeda. Assim ele indaga:

E como é possível fazer com que esse dinheiro produza ganho em si e por si, não o oferecendo ou gastando em troca de riquezas naturais, segundo seu uso próprio, natural e lícito, mas recebendo-o e dando-o em troca de si mesmo, assim como quando se troca uma peça por outra, ou se dá uma por outra, esse ganho é vil, desonesto e antinatural (ORESME, 2004 p. 63).

Percebemos que Oresme se assombra com a usura. Ele defende o uso da moeda somente para a permutação e a compra das riquezas naturais. Não aceita a ideia de um dinheiro "parir" outro dinheiro. Por fim, o autor define estar contra Deus quem realizasse alterações nas moedas e obtivesse ganhos resultantes delas. Para ele, nem mesmo ao príncipe eram aceitáveis as alterações das moedas. Esse debate de Oresme em relação ao dinheiro podemos melhor compreender na obra de Le Goff, *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*.

Segundo Le Goff (1989), a contestação que surge sobre a usura, na Idade Média, caracteriza-se como o princípio do capitalismo. Para o autor,

A usura é um dos grandes problemas do século XIII. Nessa data, a Cristandade, no auge da vigorosa expansão que empreendia desde o Ano Mil, gloriosa, já se vê em perigo. O impulso e a difusão da economia monetária ameaçam os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o capitalismo, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, cotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades, tem por objetivo a legitimação do lucro lícito que é preciso distinguir da usura ilícita (LE GOFF, 1989 p. 10).

Em nossa análise constatamos que a problemática sobre a usura instalada no século XIII surge mediante o contraste entre o que pregava a Igreja e o desenvolvimento da economia monetária. Os valores cristãos encontravam-se ameaçados em meio ao capitalismo que se iniciava. Para este, sua difusão necessitava de práticas contrárias ao que a Igreja aprovava. Todavia a luta, embasada em proibições cristãs, focava, por meio de novas técnicas, a legitimidade do lucro permitido.

A palavra usura, utilizada pelos homens da Idade Média, apresentava diferentes facetas. “A usura é um monstro de várias cabeças”, “designa uma multiplicidade de práticas, o que dificultará o estabelecimento de uma fronteira entre o lícito e o ilícito nas operações que admitem juros”. Apresenta-se, ainda, como “denominador comum de um conjunto de práticas financeiras proibidas (LE GOFF, 1989 p. 17-18). O autor também apresenta a diferença entre usura-juro e usura-lucro. Explica que “a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos” (p. 18). E finaliza, utilizando-se da concepção do papa São Leão I, ecoada ao longo do período medieval, que “o lucro usurário do dinheiro é a morte da alma” (p. 32). Ou seja, o inferno seria o destino certo dos cúmplices da usura.

Portanto, observamos que

A Igreja, os teólogos, os canonistas e, não os esqueçamos, os pregadores e os confessores da Idade Média, tratando de questões religiosas, do *pecado* de usura, mostraram o impacto da religião sobre os fenômenos que hoje chamamos “econômicos”. [...] Como a Igreja poderia ter deixado de intervir? Mesmo aceitando muita coisa dos poderosos, ela queria controlar tudo, e procurava exercer, na verdade, uma de suas funções essenciais, a proteção dos pobres, com quem se identificava idealmente, ainda que sua prática a esse respeito não fosse muito rigorosa (LE GOFF, 1989 p. 69-71).

Dessa forma, entendemos que, ao colocar-se ao lado dos pobres, à Igreja restava combater e julgar todas as práticas que produziam abusos relacionados ao dinheiro. Ainda que tal combate retardasse e impedisse o pleno desenvolvimento da economia, a Igreja continuava a exercer seu papel de protetora dos povos mais pobres.

No entanto sendo os usurários, conforme explica Le Goff (1989), homens cristãos e iniciadores do capitalismo, a esperança de se livrarem do inferno é encontrada no Purgatório<sup>28</sup>, permitindo a esses homens o avanço à economia e à sociedade em direção ao capitalismo.

No capítulo da obra em estudo sobre os argumentos que sustentam a realização das alterações das moedas pelos príncipes, Oresme torna-se enfático ao dizer que

[...] o príncipe não pode praticar alterações das moedas nem sobre elas obter ganho algum, nem por direito comum ou ordinário, nem por privilégio ou por doação, nem, tampouco, por algum pacto ou outra concessão, nem de qualquer outra maneira, não podendo competir-lhe tal coisa em virtude de sua preminência e autoridade (ORESME, 2004 p. 83).

O autor responde a tais argumentos de maneira precisa. Não utiliza conselhos que poderiam resultar em “não deve”, mas enfatiza sem quaisquer dúvidas o “não pode”. Ou seja, ele faz proibições ao príncipe, de forma que por motivo algum lhe seja possível alterar as moedas. Enfim, porque tais alterações “[...] são contra a honra do rei e muito prejudiciais a toda a posteridade real” (p. 90). Para Oresme, pela autoridade e poder exercidos na sociedade, jamais competia a um príncipe tal atitude. Sendo um homem do povo, o respeito de seus subalternos lhe era devido. Portanto, que sua honra não fosse manchada.

Conforme nos explica Le Goff (2014), na economia medieval, a necessidade em dinheiro foi crescente a partir do século XII por muitos homens do Ocidente, chocando-se, ao mesmo tempo, com uma massa monetária debilitada, o que causou o endividamento de muitas famílias. “Um dos endividamentos mais importantes foi sem dúvida o dos camponeses, porque a venda de seus produtos – em geral de frágil valor - limitados a mercados locais ou regionais, pouco lhes rendia [...]” (LE GOFF, 2014 p. 107). Vimos, então, que, até o século XIII, as prestadoras eram as instituições monásticas. Com a urbanização do dinheiro, esse papel passou a ser desempenhado pelos judeus, já que, segundo as sagradas escrituras, o empréstimo a juros era proibido entre os cristãos.

---

<sup>28</sup> Lugar onde se purificam as almas que, não merecendo o Inferno, não podem, contudo, entrar no Céu sem expiarem a culpa. (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/purgat%C3%B3rio>>).

Era natural que todo empréstimo acompanhasse o pagamento de um juro por parte do prestador. Mas a Igreja, baseada na Sagrada Escritura, proibia que um cristão cobrasse tal juro de outro cristão. Um exemplo dos preceitos bíblicos seguidos é destacado por Le Goff (2014): “Não emprestarás a juros a teu irmão, quer se trate de um empréstimo em dinheiro ou em víveres ou qualquer que seja em que se exija juro - Levítico XXV, 36”. No entanto apenas entre os cristãos havia essa proibição da cobrança de juros, “[...] ao estrangeiro poderás emprestar a juros, mas emprestarás sem juros a teu irmão - Deuteronomio 23, 20” (LE GOFF 2014, p. 109).

Percebemos que a atitude da Igreja perante a cobrança de juros, no século XIII, podia ser explicada com o código de direito canônico. Para Le Goff (2014), esse código orientava a Igreja sobre as atitudes dos cristãos em relação à usura, havendo sérias consequências contra os que desobedeciam à doutrina. Para o código, a usura estabelecia pecado mortal da cobiça e o tráfico dos bens espirituais; a usura era roubo de um tempo que pertencia a Deus e um pecado contra a justiça. Acrescentou-se, a esse século, a natureza diabólica do dinheiro: o destino do usurário era o inferno, para ele não havia salvação. Portanto, a circulação do dinheiro causou modificações em muitas estruturas, em especial da vida, da moral e da religião dos homens medievais. “O manuseio do dinheiro beneficiou uma evolução das ideias e das práticas da Igreja que, parece, quis ajudar os homens da Idade Média [...] o enriquecimento terrestre e a salvação eterna” (LE GOFF, 2014 p. 255).

Durante o final do século XIII e início do século XIV, a expansão do uso do dinheiro atingiu grande parte da cristandade. No entanto, paralela e consequentemente, surgiram também as primeiras dificuldades pelo uso e circulação desse dinheiro, com a falência de bancos e alterações no valor da moeda, além de greves e motins urbanos, ocorridos na França em 1280. O endividamento apresentava-se crescente. Os bancos sofreram a pressão do poder político da Santa Sé<sup>29</sup> e dos príncipes para empréstimos de longo prazo, sem reembolso. Isso provocou onerações de suas reservas, e a falência foi inevitável.

Em *A Idade Média e o dinheiro*, Le Goff nos afirma que, ao final do século XIII, um dos maiores problemas manifestou-se pelas alterações no valor das

---

<sup>29</sup> O termo Santa Sé, ou Sé Apostólica, designa somente o Romano Pontífice, quer dizer, o Ofício ou a Função do Romano Pontífice; ou, em outras palavras, designa o Papado, o Primado Romano e a sua pessoa.

moedas. A cunhagem e a circulação da moeda eram de responsabilidade e direito de senhores, bispos, príncipes e reis. Pelas modificações ocorridas no valor de troca do poder moedeiro, houve também o enfraquecimento dessa unidade monetária. As mutações concorriam não para a adaptação da circulação monetária, mas para atendimento aos interesses particulares de príncipes e reis, o que possibilitou prejuízos comerciais, revoltas e complicações políticas.

Vimos, portanto, que não foi por acaso que Oresme escreveu, com tanta veemência, o seu tratado sobre a moeda e suas alterações. Ao expressar-se também sobre essa obra, Le Goff (2014) afirma que, sendo uma produção política, Oresme apresentou os males resultantes das mutações monetárias, insistindo que, não sendo um bem pessoal do rei, mas do povo, era seu dever assegurar à comunidade uma moeda estável. Já que, “[...] perdurando essas alterações, advêm inumeráveis perplexidade de todo tipo, confusões, erros, dificuldades inextricáveis nos cálculos das receitas e das despesas” (ORESME, 2004 p. 75).

Le Goff nos explica que “o fim da Idade Média foi um tempo de revoltas e de guerras, especialmente na França e nos Países Baixos” (LE GOFF, 2014 p. 156), onde houve muitas revoltas e rebeliões violentas, causadas pela desvalorização das moedas e que, certamente, contribuíram para possíveis mudanças no campo econômico desse período. Observamos que, apesar de Carlos V (1364-1380) ter-se mostrado atento à estabilidade monetária e de todos os esforços dos soberanos, a fragilidade das moedas continuou até o século XVI.

Em meio à problemática econômica, segundo Le Goff (2014), os séculos XIV e XV representaram também um tempo em que os banquetes escandalizaram. O autor nos explica que

Sob essa forma de luxo o dinheiro também alimentava e aumentava o efeito contraditório da hierarquia na sociedade feudal. O dinheiro desenvolvia nas mentalidades o combate entre a condenação e a admiração. O luxo contribuiu para o desenvolvimento de uma situação criada em grande parte pela monetarização da economia e que foi um dos maiores flagelos dos séculos XIV e XV: o endividamento (LE GOFF, 2014 p. 204).

Observamos, assim, que o luxo representado nesse período, além de escandalizar, contribuiu para aumentar o endividamento. Tornou-se, ainda, conforme afirma Le Goff, “[...] sinal de prestígio numa sociedade baseada em uma profunda

desigualdade social” (LE GOFF, 2014 p. 203-204). Portanto, enquanto o falso brilho do luxo se manifestava, nas cidades crescia a movimentação dos pobres.

No fim da Idade Média, segundo Le Goff (2014), o sistema financeiro passou por um aperfeiçoamento. “A insuficiência das minas de metais preciosos e as alternativas de abastecimento com metais preciosos da África ou do Oriente limitaram as possibilidades monetárias da Europa” (p. 163), o que levou o comércio a criar novos instrumentos que atendessem às necessidades de dinheiro. Assim, na falta de moedas suficientes, pensou-se em medidas que permitissem tal atendimento, e foram a letra de câmbio e a prática do seguro as duas principais providências tomadas. A letra de câmbio atendia aos seus comerciantes de diversas maneiras, como forma de pagamento; como transferência de fundos; como fonte de crédito; e como ganho financeiro nas especulações.

Portanto, entre as mutações monetárias e os diversos problemas delas surgidos, numa sociedade com a economia inserida num sistema, ao mesmo tempo político e religioso, surgiu uma obra, cujo teor tornou-se um documento à economia medieval. Haja vista que, conforme afirma Le Goff (2014), o tratado “[...] provavelmente teve influência sobre o rei da França, João II, o Bom, que restabeleceu a ‘boa moeda’, isto é, uma moeda estável [...]” (p. 153). Dessa forma, ao observarmos tamanha contribuição, podemos concluir que Oresme foi um dos maiores intelectuais de seu tempo.

Verificamos que Oresme foi capaz de atuar, com conhecimento, sobre sua própria realidade, em especial e conforme prioriza sua obra, nas relações com o dinheiro. Ele bem compreendia a influência e a importância da economia para o desenvolvimento de uma sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, suas lições foram determinantes no exercício do bem governar, por meio de um governo justo, acima de tudo. Assim, deixou um legado que, com certeza, alterou a história econômica e política da comunidade medieval.

Esse intelectual mostrou-se determinado no posicionamento contra as atitudes tirânicas dos homens que se beneficiavam do poder para usufruir do dinheiro alheio ou dos que faziam mau uso dele. Assim sendo, com embasamento em Le Goff, posteriormente buscaremos melhor compreender a relação de Oresme com o dinheiro (moeda), bem como o seu pensamento em relação à riqueza e às fortunas brotadas no solo da defraudação e da trapaça.

### 3.2 ORESME E O DINHEIRO

Apesar de reconhecer a importância da moeda na troca das riquezas naturais, uma das questões que preocupou Oresme foi que, mesmo sendo um recurso necessário à vida humana, o dinheiro poderia ser usado de maneira maléfica, por homens maus e cobiçosos. Segundo o autor, as riquezas extraídas da terra poderiam tornar-se instrumentos de fraude e enganação dos homens, pois, se causara homicídios na era passada, poderia também fazê-lo no tempo presente. “Mas isso acontece por causa da cobiça perversa dos homens maus e não pelo dinheiro em si, pois ele é muito amigo e necessário à vida humana e o seu uso é muito bom” (ORESME, 2004 p. 37).

Conforme explica Oresme, entendemos que o dinheiro é algo necessário e bom, provendo a vida humana e o uso público. Todavia a cobiça altera o uso desse bem, inverte sua importância e provoca, nas mãos de homens maus e cobiçosos, os ataques contra a vida. O autor, fundamentando-se em Aurélio Cassiodoro (490-583 d.C.), nos chama a atenção, no sentido de rememorarmos as grandes razões pelas quais os antepassados passaram a fazer uso do dinheiro. Ou seja, entendermos que o surgimento do dinheiro ocorreu em prol da humanidade, ao atendimento de suas necessidades e subsistência, portanto, deveria estar sempre a favor da vida.

Para Le Goff (2014), o sentido de dinheiro, tomado na Idade Média, é muito diferente do concebido na modernidade. Aliás, segundo o autor,

[...] o dinheiro não é personagem de primeiro plano na época medieval, nem do ponto de vista econômico, nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista psicológico e ético. As palavras que no francês medieval se aproximam mais do dinheiro no sentido atual são: “moeda”, “denário”, “pecúnia” [...]. A Idade Média, quando se trata de dinheiro, representa na longa duração da história uma fase de regressão. O dinheiro, nela, é menos importante, está menos presente do que no Império Romano [...]. [...] os homens da Idade Média, sem exclusão dos comerciantes, dos clérigos e dos teólogos, jamais tiveram uma concepção clara e unificada do sentido que damos hoje a esse termo (LE GOFF, 2014 p. 9-10).

O que Le Goff nos explica é que, embora houvesse a existência da moeda na Idade Média, a concepção de dinheiro não surge nesse período. Na virada do século XII para o século XIII, principalmente, a utilização do dinheiro se desenvolveu pareado à beneficência para com os pobres, à canonização e à glorificação da

pobreza. “É nesse momento que se desenvolve a pobreza voluntária, e a pobreza de Jesus assume importância maior” (LE GOFF, 2014 p. 11). Por isso, para o autor, nesse longo período da Idade Média, há pouco desenvolvimento, presença e importância no que diz respeito ao dinheiro. Até mesmo dentre os homens de maior destaque da época, o entendimento em relação ao dinheiro muito se diferiu do que entendemos nos dias atuais.

Em *A Idade Média e o dinheiro*, de Le Goff, observamos, pela iconografia, como ocorreu a história do dinheiro no medievo. O autor destaca que, nas imagens simbólicas, geralmente as representações do dinheiro são depreciativas, objetivando seu temor por parte dos que visualizavam tais obras. O autor traz à lembrança a imagem de um célebre manuscrito do século XII (Jardim das Delícias) sobre a história de Jesus, “[...] a representação de Judas recebendo os trinta dinheiros pelos quais vendeu seu mestre aos que iam crucificá-lo” (LE GOFF, 2014 p. 14).

Observamos que essa imagem é prosseguida de comentários, em que Judas é julgado como

[...] o pior dos comerciantes que encarna os usuários expulsos do Templo por Jesus porque põe suas esperanças na riqueza e querem que o dinheiro triunfe, reine, domine, o que é um plágio dos louvores celebrando o reinado de Cristo sobre a terra. O principal símbolo iconográfico do dinheiro na Idade Média é uma bolsa no pescoço de um rico que leva consigo ao inferno (LE GOFF, 2014 p. 14).

Com essa exposição, concluímos que o formato de entendimento impresso, em especial pela Igreja na Idade Média, em relação ao dinheiro, realmente se distancia, e muito, da concepção empreendida mais tarde, em outros períodos históricos. A riqueza estava totalmente relacionada ao mal e quem a buscasse certamente estaria destinado ao inferno.

Observamos em Le Goff que a ordem dos franciscanos foi a mais engajadora na luta contra o dinheiro e na sua recusa. Francisco de Assis, filho de comerciante, sob o comando do papa, em 1223 escreveu uma regra que, confirmada por uma bula pontifícia, tornou-se definitiva. Todavia houve um capítulo que não funcionou, pois se intitulava “Proibição aos irmãos de receber dinheiro” (LE GOFF, 2014 p. 220). Por isso, até o final do século XV, os franciscanos apenas fundaram estabelecimentos de crédito para o fornecimento de um mínimo de dinheiro às pessoas mais necessitadas. A Igreja, transformada em principal poder econômico da

Europa, continuou acomodada perante o desenvolvimento da circulação do dinheiro, enquanto essa nova pobreza permaneceu até o final da Idade Média.

Constatamos que, no *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, Oresme não condena o dinheiro ou a riqueza. Pelo contrário, ele acentua, primeiramente, a necessidade de providências a serem tomadas em relação ao seu mau uso e, posteriormente, ressalta a importância desse dinheiro no atendimento às necessidades humanas. Portanto, o autor reconhece que o dinheiro, em seu uso correto, é bom e necessário.

Citado por 53 vezes por Oresme, no tratado, o tema do dinheiro certamente incomodou o autor, principalmente porque defendia a existência de um dinheiro limpo, justo e lícito. Quando na obra, o autor se opôs às alterações no peso da moeda, ele reforçou que “[...] o dinheiro é coisa que pertence à comunidade” (p. 52). Sendo assim, o dinheiro não poderia concentrar-se nas mãos de homens impuros e cobiçosos.

Embasado no livro do Deuteronômio, Oresme abominou a riqueza provinda das alterações, principalmente das realizadas pelo príncipe. “Se, então, o peso não corresponde à verdade, fica desde logo evidente que se está diante de uma falsidade muito vil e um engano fraudulento”. Portanto, “[...] as riquezas assim adquiridas e juntadas consomem-se e perdem-se rapidamente, para o mal e em detrimento daquele que as possui [...]” (ORESME, 2004 p. 56-57). Assim, evidenciamos o posicionamento do autor em relação à riqueza alcançada ilicitamente.

Le Goff (2014), ao escrever-nos sobre o impulso tomado pelas cidades, destacou o dinheiro como coadjutor no seu desenvolvimento. Ele nos afirma que

[...] algumas regiões da cristandade conheceram um desenvolvimento urbano e comercial que lhes deu uma riqueza maior, uma força maior, uma imagem mais brilhante em relação às regiões onde o crescimento não foi tão grande e nas quais o dinheiro circulava menos (LE GOFF, 2014 p. 35).

O autor nos confirma que, onde havia a circulação de dinheiro, regiões e cidades europeias se enriqueceram pela venda de tecidos e a produção artesanal, constituindo-se, dessa maneira, uma grande rede como via de circulação de mercadorias. Todavia onde o dinheiro circulou menos, o crescimento foi menor. Em

geral, o século XIII caracterizou-se como o “próspero século XIII do dinheiro”, pela revolução comercial, conforme já abordamos no primeiro capítulo.

Sobre a circulação desse dinheiro na revolução comercial, Marx (2010) é quem nos explica que

A velocidade do curso da moeda só indica a velocidade das transformações das mercadorias, a maior ou menor rapidez com que desaparecem da circulação e a sua substituição por novas mercadorias. No curso rápido da moeda aparece a união da venda e da compra como dois atos alternativamente realizados pelos mesmos permutadores. Pelo contrário, a lentidão do curso da moeda manifesta a separação dessas duas operações, e a interrupção das trocas de forma das mercadorias (MARX, 2010 p. 59).

Com isso entendemos como e por que as cidades europeias se desenvolveram. A velocidade do curso da moeda indicava a velocidade com que o desenvolvimento de uma cidade ocorria. Ou seja, se houvesse circulação, conforme afirma Le Goff, haveria também crescimento e riqueza e, se houvesse crescimento, instalava-se o desenvolvimento da região. Portanto, a circulação de moeda compreendia a compra e a venda de mercadorias que agiam como motivadoras desse desenvolvimento.

Embora houvesse circulação do dinheiro e seu uso dependesse em boa parte da estrutura social urbana, Le Goff (2014) nos confirma que

É principalmente nesse quadro que aparece – assim a virmos os olhos dos homens do século XIII – a desigualdade social nas cidades. E assim a fortuna monetária assume um lugar sempre maior na importância de que dispunham os poderosos (LE GOFF, 2014 p. 58).

Compreendemos que, nesse momento da história, a desigualdade social adquiriu visibilidade nas cidades. Coadjuvantes, os poderosos se sobressaíram com suas destacáveis fortunas, uma verdadeira contradição social. Destacamos ainda os patrícios que, pelas fontes oriundas da posse da terra, vindas do lucro comercial e dos privilégios das práticas fiscais, tornaram-se cada vez mais ricos. Dessa forma, os ricos eram privilegiados e isentos de seus impostos, enquanto as comunidades dos pobres assumiam todas as despesas.

Porém observamos a expressão de Oresme que, embasando-se em Cícero<sup>30</sup>, prediz que “[...] riquezas mal adquiridas logo se dissipam” (ORESME, 2004 p. 57). É clara a oposição do autor em relação ao acúmulo de dinheiro, quando tal ação é realizada em detrimento de outrem, em especial, de uma comunidade ou dos mais pobres. Sintetizamos, então, que toda a obra de Oresme é uma crítica à riqueza ilegal, haja vista que o ato de alterar moedas era destinado à aquisição de dinheiro e poder ilícitos. Todavia entendemos que o dinheiro na sociedade exerce a função de elemento essencial, pois, criado a partir de necessidades humanas, é fruto das relações sociais e, portanto, imprescindível à vida humana.

Notamos que a predisposição de Oresme, ao escrever sobre a moeda, vai além de inquietações relacionadas ao campo econômico. Evidenciamos, em vários momentos de seu escrito, a preocupação com as atitudes dos homens quando massificam, discriminam, aproveitam-se e causam prejuízos à comunidade. No entendimento do autor, desenvolvimento econômico e pobreza são incompatíveis, e é por isso que as ações dos homens tiranos e cobiçosos causavam-lhes incômodo. Assim, seu foco também se centrou na ética desses homens medievais, advertindo-os e ressaltando, constantemente, comportamentos justos e honestos.

Percebemos que o autor, cumprindo seu papel de mestre, ensinou de forma integrada. Ao mesmo tempo em que se destinou a escrever sobre a moeda e todas as suas especificidades econômicas, enfocou a questão da ética política; preocupou-se com a comunidade, em especial com os povos menos favorecidos; e amparou-se e defendeu as normas da Igreja e de Deus, por meio das Sagradas Escrituras. Além disso, como algo interessante e necessário a quem se propõe a ensinar, Oresme buscou fundamentos em intelectuais renomados como é o caso de Aristóteles (filósofo grego e aluno de Platão), Cícero (o maior dos oradores e pensadores políticos romanos), Ovídio (célebre poeta latino) e Cassiodoro (teólogo, historiador e estadista romano).

Assim sendo, observando as terríveis e irreversíveis consequências da ausência da ética em nossa sociedade, em seguida propomos uma reflexão sobre a ética de Oresme. Ou seja, o que o autor nos ensina em relação ao comportamento e atitudes dos homens do século XIV, bem como a relação destes com o dinheiro e a monetarização.

---

<sup>30</sup>Marco Túlio Cícero, o maior dos oradores e pensadores políticos romanos. Foi um político da gente Túlia da República Romana. (Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portal/biografias/cicero.html>>).

### 3.3 A ÉTICA EM ORESME

De acordo com o Dicionário de filosofia, de Nicola Abbagnano, definimos ética como a “ciência da moral”, ou “ciência da conduta”, que possui duas concepções fundamentais: uma que considera a ética uma ciência do “fim” para a qual a conduta dos homens deve ser orientada; e outra que se preocupa menos com o “fim” e mais com a investigação das questões que impulsionam a conduta humana. Enquanto a primeira concepção busca a compreensão da finalidade da vida, afirmando que a felicidade é o ideal para o qual o homem se dirige, a segunda investiga as “motivações” das ações humanas (ABBAGNANO, 2007 p. 380).

Ao estudarmos as obras de alguns filósofos, como Aristóteles (2003) e Spinoza (1973), percebemos que, desde a Antiguidade, a ética percorreu um longo caminho. Nascida na Grécia, praticamente ao lado da filosofia, seus preceitos foram praticados entre os povos, desde os primórdios da humanidade. Mesclando-se a contextos míticos e religiosos, a ética buscou por regras de comportamento que permitissem o convívio social. Para Aristóteles, a ética se apresentava, para além de harmonizadora do convívio social, como uma possibilidade de eliminação da desigualdade. Assim, podemos sintetizar que a Idade Média foi dominada pelo catolicismo na Europa Ocidental, onde se pautou uma ética com vínculos na religião e nos dogmas cristãos.

Ao iniciar seu tratado, Oresme nos apresenta, em seu prólogo, um valor intrinsecamente conveniente ao propósito de sua obra - a verdade. Entre alguns homens do século XIV havia o entendimento de que, pela autoridade e poder que exercia, o rei ou o príncipe poderia gozar do direito de alterar livremente as moedas. Para outros homens, tal autoridade jamais lhe fora outorgada. Diante dessa polêmica Oresme se propõe a escrever. “É em razão de tal controvérsia e debate que me proponho expor, neste pequeno tratado, o que, seguindo principalmente a filosofia e as razões de Aristóteles, na minha opinião deve ser dito”. Observamos que, apesar do elevado conhecimento de que dispunha, Oresme não escreveu por si, antes, baseou-se no renomado filósofo Aristóteles e em outros nobres pensadores, firmando-se em verdades e preceitos seguros em que pudesse ancorar suas ideias.

Nessa pequena apresentação de sua obra, Oresme nos afirma que seu objetivo é fazer com que, atraídos pelos ensinamentos propostos no tratado, “[...] os

sábios e os homens avisados possam convir todos numa única verdadeira e profícua opinião e, de acordo com ela, encontrar o que para os príncipes, para os súditos, ou, antes, para o interesse público geral possa ser proveitoso” (ORESME, 2004 p. 29). O autor mantém seu compromisso com o bem comum e universal e com tudo o que lhe parece digno de justiça.

Dessa forma, segundo Custódio (2015), Oresme orienta os homens com princípios próprios da política. A autora nos esclarece que,

Em que pese o autor ter dedicado boa parte da obra descrevendo a especificação das propriedades da moeda, a sua criação e o seu processo de cunhagem, seu “Tratado” expõe princípios e fins próprios da Política, e especialmente, aborda ações que orientam a constituição de um bom principado (CUSTÓDIO, 2015 p. 240).

Ampliamos, assim, nossa compreensão, no sentido de entender que, para além dos interesses econômicos, Oresme escreveu sua obra, curvando-se aos princípios éticos que, segundo o autor, deveriam orientar a organização política da época.

Notamos que, com expressividade de humildade, Oresme se colocou à disposição dos leitores, reconhecendo-se “o menor, o mais ignorante e menos sábio de todos”, e por isso incapaz de combater os abusos decorrentes das alterações das moedas. No entanto ele mostrou acreditar que os apreciadores de sua obra compreenderiam suas palavras. E reiterou-se na afirmação de que seu maior interesse encerrava-se no bem comum: “[...] espero, no entanto, que essas minhas advertências sejam entendidas e aceitas em razão do apreço e da dedicação que tenho pelo bem universal [...]” (p. 33). Dessa forma, diante de opiniões contrárias, o autor trouxe à tona algo simples e necessário para a vida em sociedade – a verdade. Reconhecemos que esse valor deveria desempenhar papel de orientador e norteador de todas as ações humanas, possibilitando, em especial, comportamentos mais éticos entre os homens.

No capítulo sobre de que material deveria ser a moeda (capítulo II), em que Oresme expõe que deveria ser de matéria preciosa como o ouro e a prata, o autor ressalta o que fez Teodorico, rei da Itália, diante do costume dos povos pagãos de guardarem nos sepulcros o ouro e a prata. O rei declara ser um crime a guarda inútil desses metais junto aos mortos, já que aqueles poderiam auxiliar na sobrevivência dos vivos e na utilidade pública. Ao destacar isso, o autor demonstra acreditar no

valor e nos direitos da humanidade e, por ela, defender uma vida digna. A posição do autor instalou-se contra a atitude de se guardar metais preciosos embaixo da terra, ao lado dos mortos, enquanto acima da terra poderiam existir vivos necessitados de matar a fome. Tal posicionamento baseou-se em valores éticos, focados não apenas em normas e regras, mas nas características compreendidas como essenciais para o melhor modo de viver ou agir em sociedade.

Paralelo a esse cuidado, expresso por Oresme, pela causa humana, ele também se preocupou com as questões monetárias à ordem pública. Orientou que, sendo o ouro e a prata materiais convenientes na fabricação de moedas, estes não deveriam existir em grande quantidade, para não ocorrer como aconteceu com a moeda de cobre. Quando encontrado em abundância, o metal perdeu o seu valor. Portanto, “[...] que o ouro e a prata, que são muito convenientes para fabricar moedas, não possam facilmente ser possuídos em grande quantidade, nem levemente produzidos por alquimia, como alguns tentam e experimentam fazer” (p. 39). Dessa forma, “[...] nenhuma matéria deveria ser usada na confecção de moedas se fosse achada em quantidade excessiva” (p. 57), e assim ocorreu com a moeda de cobre, que deixou de ser útil aos homens. Portanto, sua orientação é no sentido de mostrar que, ao existir em grande quantidade, um metal poderia perder o seu valor e deixar de servir aos súditos, ou seja, comprometeria todo o sistema monetário, e a comunidade deixaria de beneficiar-se desse metal, conforme deveria.

Observamos que o bem comum é um tema tratado com grande interesse por Oresme. Ao escrever sobre a moeda e as misturas de materiais, o autor relembra a finalidade de sua invenção, reiterando que:

[...] nenhuma mistura dessas deve ser feita, a não ser em prol do bem comum para o qual a moeda foi inventada, e para o qual ela é naturalmente destinada, como ficou evidenciado nos capítulos anteriores; no entanto, é evidente que não há necessidade, para o bem comum, de fazer mistura na moeda de ouro onde há moeda de prata suficiente. Tal coisa não parece ser feita com boas intenções, e antes nunca foi feita numa comunidade bem e proficuamente administrada (ORESME, 2004 p. 41).

Vimos que a preocupação do autor em relação ao bem comum, expressou uma ética social, ou seja, tornou-se a expressão do bem particular de cada indivíduo enquanto parte de uma comunidade e de uma sociedade. Apesar de considerar errônea a mistura de materiais, para Oresme, tal mistura poderia ser permitida, caso

estivesse destinada à causa do bem comum. Segundo o autor, concentrava-se aqui o motivo da descoberta da moeda: o bem comum das pessoas. No entanto ele advertiu que, existindo moedas de prata suficientes, não seria necessária tal prática, acusando logo em seguida que a intenção de tais atitudes em realizar as misturas não lhe parecia correta, antes, desnecessária onde houvesse um bom administrador.

Entendemos que, conforme as ideias expressas por Oresme, havendo boa administração por parte do rei ou do príncipe, as misturas realizadas na fabricação de moedas não seriam necessárias. Mais uma vez nessa obra, em especial no capítulo XV, ao relatar que o ganho obtido por um príncipe, pela alteração das moedas, era injusto, o autor reforçou a ideia de que essa prática consistia na fraude, na falsidade, na usurpação, na injustiça e na desonestidade, tornando-se causa de prejuízos à comunidade. Recorrendo a Aristóteles, o autor ainda acrescenta que “Qualquer coisa, [...] que o príncipe faça em prejuízo ou dano da comunidade é injustiça e fato tirânico, não digno de um rei” (p. 62), evidenciando, com clareza, uma constante responsabilidade pelo bem da comunidade.

Prosseguindo nesse tema, Oresme pressupõe uma situação, que serviria como justificativa ao rei, livrando-o de tamanha tirania, caso ele alterasse as moedas. Assim nos diz Oresme, em relação a essa prática:

E se ele dissesse, como soem os tiranos mentir, que ele converte aquele ganho em utilidade pública, não se deve acreditar nele nem na sua palavra, porquanto, por essa mesma razão, ele poderia tirar minha roupa, ou outra coisa, e dizer que teria mister ou necessidade dela, pelo bem comum; e também porque, como diz o apóstolo, não é lícito fazer o mal para que dele advenha um bem. Assim pois, por essa razão, nada se deve tirar incorretamente de alguém, fingindo destiná-lo a um uso supostamente caritativo e a esmolas (ORESME, 2004 p. 62).

Com essa advertência, Oresme descarta qualquer possibilidade, sob quaisquer justificativas, ao rei, da permissão para alterar moedas. Nem mesmo sob o subterfúgio de causar o bem público, algo tão defendido pelo autor nessa obra, ainda que as vantagens de tais alterações ocorressem para a esmola ou a caridade. De acordo com os princípios éticos, aqui defendidos por Oresme, qualquer alteração nas moedas, por parte do rei, sob tais pretextos, se tornaria impropriedade.

Analisamos também que, ao mesmo tempo em que defendeu a justiça e o bem comum, Oresme demonstrou compreender a natureza humana. Uma natureza,

infelizmente fragilizada do conhecimento sobre os princípios éticos que deveriam conduzir as ações dos homens daquele e de todos os tempos. O autor se opôs ao fato de o príncipe poder, por direito, realizar uma simples alteração nas moedas e explicou o porquê. Se, numa pequena alteração, o príncipe tirasse algum proveito próprio, com certeza a faria na obtenção de ganho maior. Visto que, sendo lícita tal atitude, essas inconveniências seriam inevitáveis, “[...] pois, o homem, por natureza, está sempre inclinado e pronto para aumentar suas riquezas, quando pode adquiri-las facilmente” (p. 62). Portanto, entendemos que, ainda que a alteração na moeda fosse insignificante, causando pequenina vantagem, por causa da natureza humana e da má inclinação do homem em aproveitar-se de situações fáceis para obter riqueza, não seria correto, ao príncipe, esse direito.

Custódio (2015), a partir de seu estudo sobre a organização política do século XIV, nos afirma que,

Por ser uma riqueza artificial criada pelo homem, a moeda por si mesma nada significa senão a partir do uso que é dado pelo próprio homem. Nessa medida, a concepção quantitativa de mundo encontrada na análise do autor sobre o papel da moeda traz elementos elucidativos sobre a forma com a qual o mesmo percebia a vida cotidiana das cidades medievais, em especial a autoridade do príncipe sobre a moeda (CUSTÓDIO, 2015 p. 243).

No entendimento da autora, a moeda só se apresentaria significativa a partir da relação que os homens estabelecessem sobre seu uso, conforme as suas necessidades. E Oresme observou, inclusive, a relação de poder do príncipe sobre essa moeda, condenando qualquer possibilidade de abusos relacionados às alterações das moedas.

Por causa de todas essas inconveniências propensas ao homem, Oresme distinguiu, em seu capítulo XXV da obra em estudo, o príncipe bom do príncipe tirânico. A característica ressaltada ao bom principado justifica-se pelo fato de que, antepondo o interesse público ao seu próprio interesse, o rei ou o príncipe “[...] ama, acima de todas as coisas, depois de Deus e de sua alma, o bem e a liberdade pública dos seus súditos” (p. 84). Mais uma vez, atraído por questões do bem comum, Oresme destacou que a atitude de um bom rei ou príncipe consistia, justamente, em cuidar da vida da comunidade, no bem comum do povo, ao invés de seus interesses particulares. Observamos que o autor relaciona, inclusive, a

nobreza, a durabilidade e a qualidade do reinado ao zelo que demonstra ter o príncipe aos seus súditos. Dessa forma, concluímos que o bom príncipe ou rei governaria com amor, conforme fundamenta Oresme em Cassiodoro: “[...] a ciência de governar é amar o que é relevante e necessário para muitos” (p. 84). “No caso da moeda, a nobreza do príncipe está diretamente associada à sua capacidade de colocar ordem na mesma, ou seja, é princípio-dever do príncipe observar em suas ações a finalidade principal para qual a moeda foi criada” (CUSTÓDIO, 2015 p. 244).

Foi envolvido nessas ideias e embasado em Aristóteles que Oresme faz comparações da coisa pública ao corpo humano. Defendemos ser bastante interessante e muito ética a maneira como o autor relaciona um corpo mal disposto com a sociedade. Assim ele nos relata:

Da mesma forma, então, que um corpo está mal disposto na medida em que os humores confluem em excesso para um único membro, de tal modo que, com freqüência, este fica inflamado e por demais inchados, enquanto os outros permanecem secos e enfraquecidos, e da mesma forma que tal corpo não pode, sem a devida harmonia, viver longamente, igualmente se pode dizer da comunidade ou reino quando suas riquezas são arrecadadas e acumuladas em detrimento de uma parte, além e acima de uma norma razoável, por aquele que exerce o poder e domina (ORESME, 2004 p. 85).

Conforme a comparação realizada pelo autor, compreendemos que o corpo humano encontra-se em equilíbrio quando todos os seus membros estão bem. Se for dada a determinado membro elevada atenção, ao passo que a outro se deixará isento de cuidados, o resultado será um corpo desproporcional e desequilibrado. Assim acontece numa sociedade, quando seu administrador ou governo direciona sua atenção a alguns, deixando grande parte da comunidade sofrer determinados prejuízos e vir a perecer. Com isso, o autor também confirma a curta durabilidade de um reino ou poder público anteriormente já destacado, quando este, excedendo seus interesses ao bem próprio, deixa a comunidade necessitada.

E, sobre isso, Custódio (2015) completa, destacando que um príncipe temperante se apresenta com meios e fins moralmente bons. Assim a autora nos relata:

[...] o agir esperado do príncipe passa a ser tratado segundo a tradição aristotélica e, mais especificamente, a partir da teoria dos meios. O texto versa sobre o fim a ser alcançado pelo uso da moeda,

a essência dos agentes e das ações e os meios para realizá-lo. Nesse cenário aristotélico do século XIV, o príncipe temperante é aquele que tem os fins moralmente bons, com a ressalva interpretativa que, segundo a teoria dos meios, ter bons fins não é condição necessária para a imputação moral, já que, para isso, há que se deliberar sobre os meios empregados para atingir tal finalidade (CUSTÓDIO, 2015 p. 246-247).

No nosso entendimento, Oresme se embasa em Aristóteles ao tratar do fim a ser alcançado quando do uso da moeda e, a partir da teoria dos meios, sugere ações decentes e lícitas ao príncipe. Apesar de utilizada tal teoria, é com ressalva que lhe é empregada, já que os resultados finais não garantem isenção de imoralidade. Assim, a observação dos meios utilizados torna-se primordial no alcance do resultado. Conforme nos explica Oresme, não há longo governo no exercício de um poder centralizador, que massacra, enfraquece e domina. Logo, não haverá prosperidade a um reinado ou governo que age com tirania e injustiça.

Para comprovar os males que poderiam existir no poder real, apesar de já ter feito essa abordagem durante todo o seu tratado, Oresme relembra que a obtenção de lucros por intermédio das alterações das moedas configura “[...] ação dolosa, injusta e tirânica”. Para ele, tal ação “[...] não poderia durar no reino, nem em outro reino qualquer, a não ser num país acostumado a ser governado por tirania” (p. 90). Com essa expressão de Oresme reafirmamos sua determinante posição contra as atitudes corruptas dos homens que governavam. Quando ele destacou a possibilidade de elas existirem, trouxe o entendimento de que, em um país acostumado a viver com tirania, provavelmente lhe faltarão homens sábios e conhecedores dos princípios éticos que deveriam reger uma nação.

Oresme detecta, além dos prejuízos causados num reinado, por causa da alteração das moedas, muitos outros males que os antecederam. Para o autor, não são os homens, causadores diretos de injustiças e inconveniências, os únicos tirânicos. Para ele,

Grandes males e inconvenientes seguem-se e decorrem dessas alterações, como foi dito. Mas, ainda, é preciso atentar que alguns outros males necessariamente antecedem a esses e os acompanham, pois tal fraude e, ousaria dizer, roubo, não poderia ser aconselhado por homens que já não fossem, em seus pensamentos e intenções, corrompidos e prontos para todas as fraudes, sem escrúpulos para aconselhar perversidades tirânicas quando eles vissem o príncipe poder ser dobrado e ceder, como vimos há pouco tempo, por fraqueza (ORESME, 2004 p. 90).

Percebemos o quanto o autor é explícito em suas afirmações, atentando para os males que precediam à atitude de se alterar moedas. Para Oresme, as fraudes e roubos, decorrentes de tais alterações, são consequências das ações de homens mal intencionados que, aproveitando-se da fraqueza do príncipe, lhe apraz conselhos perversos. Notamos que Oresme não justifica a ação tirânica de se alterar moedas, mas acrescenta que todos esses males causados, em um reinado ou governo, passam antes pelo pensamento humano de insensatez, injustiça, enganação e mentira.

O que observamos no tratado, em relação à ética que inclui o bem comum, é que há uma defesa constante dos direitos dos súditos. Oresme se opôs a tudo que suscita prejuízos à comunidade. Ao escrever essa obra, especificamente orientada às causas monetárias, não deixou de destacar, por várias vezes, que a comunidade não deveria ser penalizada por ações tirânicas e injustas de homens que governavam, nesse caso, os príncipes ou reis.

Sabemos que essa obra de Oresme é real e atual aos nossos dias, com possibilidade de orientar os homens de todos os tempos, um verdadeiro legado. Apresenta-se com tamanha dinamicidade que, após 700 anos de existência, é suficientemente capaz de exprimir que, assim como atitudes perversas subsistiram no tempo, com igual poder e, por que não, com maior intensidade, também persistem lições decentes e passíveis de seguimento, como as que Oresme escreveu.

Se dos homens medievais lhes eram exigidas atitudes lícitas em relação ao uso da moeda, conforme insiste Oresme, muito mais se exigirá dos homens e mulheres de hoje, professores, educadores e formadores que se propõem à tarefa de ensinar e formar homens éticos.

Certamente o objetivo da obra de Oresme, no sentido de que “[...] os sábios e os homens avisados possam convir todos numa única verdadeira e profícua opinião e, de acordo com ela, encontrar o que para os príncipes, para os súditos, ou, antes, para o interesse público geral possa ser proveitoso” (p. 29), poderá ser alcançado e contribuir para que o interesse público, em especial dos homens que governam, seja estabelecido, sempre, em razão do bem comum.

Ao concluir seu tratado, sem medo Oresme o coloca em avaliação alheia, destacando que, “[...] se alguém, então, por amor da verdade a ser alcançada,

quiser contradizer e escrever contra o que eu tenho dito fará um bem” (p. 91), e dessa forma finaliza, com humildade, sua obra.

Sem desconsiderar a importância do bem comum nas discussões, retomaremos posteriormente o tema da ética, com reflexões de Aristóteles sobre a obra *Ética a Nicômaco*, no intuito de aprofundar o debate sobre a ética e sua importância na vida dos homens, haja vista que um tema de tamanha relevância à formação humana necessite de melhor aprofundamento.

#### 4. UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE ORESME COMO POSSIBILIDADE DE REFLEXÃO SOBRE A DIDÁTICA E A ÉTICA NO ENSINO

Comprometido com as questões econômicas, éticas e educacionais de seu tempo, Nicole Oresme apresenta-se como um intelectual conhecedor de diversas áreas do conhecimento e com capacidade de entendimento amplo e profundo das questões históricas de sua época. Escreveu a obra *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, direcionada às causas da economia do século XIV, contudo, seu conteúdo valioso e rico foi capaz de transmitir ensinamentos, valores e preceitos indispensáveis aos homens de todos os tempos, em especial, aos homens dos dias atuais, cujo momento vivenciam crise de valores humanos, éticos e morais.

Assim sendo, embasados no pensamento de Oresme que ensinou os homens a viverem de maneira justa e honesta, nessa seção propomos uma possível reflexão sobre a ética no processo didático do ensino, na possibilidade de pensarmos a educação hoje e a ética necessária no processo de ensino das futuras gerações.

O tratado de Oresme, apesar de caracterizado como uma obra voltada à economia, dispõe de valiosos recursos pedagógicos, ora já citados, e, com certeza, de muitos outros aqui não percebidos, tampouco elencados. Assim, consideramos imprescindível, para a contribuição ao processo de ensino, destacar a linguagem didática presente na obra desse autor que, apesar dos séculos que nos separam historicamente, percebemos que a necessidade de ensinar está presente em qualquer momento e a preocupação de alguns clássicos está voltada, principalmente, para a importância do ensinar e do aprender, visando à formação humana.

É importante destacar o papel da didática no processo de ensino e aprendizagem, cujo objetivo também contribui para melhor compreensão de como ensinou Oresme. Criada no século XVII, por Jan Amos Comênio (1592-1670), três séculos após o tratado de Oresme, a *Didática Magna* surgiu, instituindo a nova disciplina como “arte de ensinar tudo a todos” (COMÊNIO, 2010 p. 44).

A didática norteia a arte de transmitir conhecimentos, ocupando-se das técnicas de ensinar. Ela é parte da pedagogia que trata dos preceitos científicos que orientam a atividade educativa, de modo a torná-la mais eficiente. Partindo desse entendimento, notamos que foi isso que fez Oresme, sua tarefa no ato de ensinar os homens de seu tempo contribuiu para o repensar da organização monetária

francesa, no século XIV, cujo momento de crise e desvalorização da moeda ansiava por mudanças.

Entendemos que o maior objetivo de todo processo de ensino, deve ser a aprendizagem dos estudantes. Sendo assim, na prática escolar, a didática se reveste do papel de orientadora dos professores, cuja tarefa é de mediar o conhecimento na busca do aprimoramento e bom desenvolvimento dos processos de ensino. Para tanto, a sala de aula deve ser um espaço apropriado de interação do saber, onde o educando torna-se sujeito ativo de sua aprendizagem e a didática possa, efetivamente, alcançar seus objetivos.

Para melhor compreendermos a importante tarefa de ensinar das escolas, Libâneo (1998) partilha seu pensamento e nos orienta sobre as qualidades do bom ensino, ressaltando que

[...] escola para a democracia e para a emancipação humana é aquela que, antes de tudo, através dos conhecimentos teóricos e práticos, propicia as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos. O melhor ensino é o que impulsiona o desenvolvimento mental. E que faça isso para todos os que disponham das competências físicas e intelectuais requeridas para isso. Aprender, então, consiste no desenvolvimento de capacidades e habilidades de pensamento necessárias para assimilar e utilizar com êxito os conhecimentos (LIBÂNEO, 1998 p. 19).

Conforme nos explica o autor, a prática escolar não pode ser isolada, mas uma prática sustentada na valorização do trabalho coletivo e na democratização do ensino. Precisa ser um espaço que valorize os conhecimentos teóricos e práticos, para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e moral dos educandos, para a assimilação e utilização dos conhecimentos.

Ainda que a concepção de didática não existisse no século XIV, a maneira pela qual Oresme ensinou os homens da sua época, ajudando-os a se reorganizarem com justiça e ética nas questões monetárias, despertou-nos interesse pela possibilidade de contribuir para a reflexão sobre o processo de ensino dos dias atuais.

Ao estudarmos a obra de Oresme, percebemos sua preocupação em ensinar os homens com retidão e justiça. Dispondo de palavras firmes, seus ensinamentos provocaram os homens do medievo a pensarem sobre a moeda e suas alterações. Ao fazer tais incitações, o autor possibilitou a internalização de conceitos e

habilidades do pensamento, orientando esses homens a refletirem sobre sua realidade econômica. Ao passo que ensinava, Oresme instrumentalizava esses homens a atuarem de maneira consciente na sociedade.

Observamos também, no tratado, que o autor provoca o pensar, o raciocínio e o conhecimento dos homens de seu tempo. Vejamos que no capítulo III, quando o objetivo é expressar sobre a diversidade dos materiais das moedas e de suas misturas, didaticamente, Oresme retoma as ideias expressas anteriormente e inicia suas explicações. Ele parte do entendimento de que a moeda “[...] é instrumento para comerciar” (p. 39), porque tanto a comunidade como cada indivíduo vivem num mundo de negócios, podendo esses comércios tornarem-se significativos ou não. Por isso, nos explica o autor, que foi necessária a existência de moeda de ouro, para a condução dos grandes negócios por sua preciosidade. E emergente também foi a moeda de prata, por causa das pequenas negociações. E, da mesma forma, continua o autor, surge a necessidade de moedas de menor valor, já que, em determinadas regiões, poderia faltar a prata ou ela serviria para utilização na troca por riquezas naturais ainda menores.

Percebemos, em sua obra, que Oresme trabalha a questão dos metais. Vários capítulos são dedicados aos metais formadores da moeda, especificamente quando descreve sobre de que materiais deveria ser a moeda; da diversidade dos materiais da moeda e da mistura; e da alteração da matéria da moeda. Ao valorizar os metais, o autor está relacionando seus ensinamentos aos conhecimentos da química, demonstrando conhecer também essa área. Observamos que o grupo dos metais, em especial os alcalinos e alcalino terrosos, é o mais conhecido pelos homens porque o cunho de moedas, desde sua origem, sempre se baseou nesse material.

Conforme analisamos na literatura, a moeda não poderia ser formada por outros metais senão o ouro, a prata e o cobre – metais de nobreza, pois os metais não nobres, como, por exemplo, o sódio, o potássio e o cálcio, são altamente redutivos, isto é, passivos à oxidação (THEODORE, 2005). Por isso Oresme afirmou que “[...] foi conveniente, portanto, que a moeda fosse feita de matéria preciosa [...]” (ORESME, 2004 p. 38), pois só a qualidade de metais como esses daria às moedas durabilidade e resistência no tempo.

Essa prática de ensinar, relacionando a outros conhecimentos, detalhando nas explicações, expondo com cuidado e preocupação, para que o leitor entenda,

constantemente, podemos observar na obra de Oresme. Sobre a importância de práticas dessa natureza no processo de ensino e aprendizagem, Libâneo (2004) amplia nosso entendimento, afirmando que

A didática tem o compromisso com a busca da qualidade cognitiva das aprendizagens, esta, por sua vez, associada à aprendizagem do pensar. Cabe-lhe investigar como ajudar os alunos a se constituírem como sujeitos pensantes e críticos, capazes de pensar e lidar com conceitos, argumentar, resolver problemas, diante de dilemas e problemas da vida prática (LIBÂNEO, 2004 p. 5).

Observamos que o autor expressa a importância do aprender, associado ao ato do pensar. Destaca que é tarefa da didática auxiliar os aprendizes - sujeitos do processo de aprendizagem - a constituírem-se em pessoas críticas e capazes de pensar sua realidade. Na obra em estudo, Oresme faz com que os homens de seu tempo reflitam sobre a moeda, o valor e sua composição. O autor ensinou aos homens daquele período que a moeda apresentava-se como um meio de equalizar as sociedades humanas, permitindo que as pessoas, independentemente de seu nível ou *status* social, igualassem seus interesses nas trocas de produtos de valor distinto.

Outro ensinamento, que, em nosso entendimento, Oresme de fato propôs, foi fazer com que a autoridade sobre a moeda fosse exercida de forma adequada pela comunidade de negociantes e não pelos homens que governavam. A estes, competia tão somente a ação de impedir que os negócios e finanças do reino perdessem valor, fosse por causa do excesso de moedas circulando, das fraudes existentes ou das alterações indevidamente ocorridas. Portanto, não foi em vão que o autor concluiu “[...] que a moeda pertence à comunidade e aos particulares” (ORESME, 2004 p. 45).

Oresme escreveu com a finalidade focada em sua realidade, em seus ‘dilemas e problemas da vida prática’. Assim, para garantir o entendimento dos homens a quem Oresme dedicou a obra, ao explicar sobre a diversidade dos materiais que formariam a moeda, ele rememorou os fins para que a moeda existiu e quais necessidades surgiram entre os homens que justificaram sua invenção. Portanto, provocou esses homens a pensarem e a lidarem com conceitos diferentes dos quais, outrora, os moviam.

Ainda no capítulo terceiro, ao expor sobre a mistura da moeda, Oresme primeiramente destacou quais seriam as espécies convenientes para tal, ou seja, o ouro, a prata e a mistura preta. Em seguida, explicou como deveria ser feita a mistura na moeda, caso ela fosse necessária, porém nunca na moeda de ouro, mas na moeda de prata ou no metal menos precioso, onde os riscos de fraudes poderiam ser menores. O autor segue destacando que qualquer mistura realizada numa moeda deveria ser feita para o bem comum, ou seja, que não trouxesse nenhum prejuízo à comunidade. No entanto o autor sugere que, onde houvesse quantidade suficiente de moeda de prata, não haveria necessidade de mistura na moeda de ouro. E, caso fosse realizada, não lhe parecia ser bem intencionada.

Observamos, conforme as explicações de Oresme, que, no capítulo XVI da obra, o mestre trabalha sobre a questão do ganho proveniente da alteração das moedas, ressaltando que essa é uma prática contra a natureza. Para bem ensinar, conforme suas determinações, usa estratégias didaticamente aplausíveis. O autor inicia sua “aula” explicando que “[...] toda injustiça é contra a natureza [...]”, mas “[...] obter lucro com a alteração das moedas é uma injustiça que vai contra a natureza de modo especial” (p. 63).

Para Oresme, seria normal que as riquezas naturais como os grãos e cereais se multiplicassem. Estes, se bem cultivados, seriam devolvidos pelo campo em cêntuplo. No entanto julgou monstruoso que algo estéril, como o dinheiro, se frutificasse. Vimos que o autor se posiciona na contramão quando se trata de um dinheiro produzir outro dinheiro. Ele fixou sua atenção a orientar os homens e a ensinar-lhes o que era lícito e ilícito em relação à moeda.

Para relacionarmos o papel que desempenhou Oresme no século XIV à tarefa do professor do nosso tempo, recorreremos à Garcia (2009) que nos explica o papel do intelectual da educação responsável pelo processo de ensino. Assim ela nos relata:

A tarefa pedagógica do intelectual educacional ou do professor crítico é “orientar as consciências para a ação”. Deve contribuir para que, pelo questionamento da conduta humana, “os homens possam reencontrar a si mesmos, à sua conformação histórica e à sua capacidade de agir [...]” (GARCIA, 2009 p. 229-230).

Entendemos que a didática de um professor crítico envolve a orientação das consciências para a atuação em sociedade. É por meio do questionamento desse

professor sobre a atuação e a conduta humana que os homens poderão refletir sobre sua vida em sociedade, ou seja, poderão adquirir capacidades suficientes para entenderem a si mesmos, a sua própria história e, por fim, desenvolverem suas ações.

Ao expor sobre a injustiça do ganho provindo da alteração de moedas, a preocupação de Oresme é direcionada para além de um simples conselho, ele orienta os homens de seu tempo. Para ele, é de fácil compreensão e entendimento que as riquezas naturais como os grãos, os trigos e os cereais se multipliquem. Porém julga que “[...] coisa monstruosa e contra a natureza é que algo que não pode procriar algo absolutamente estéril e seco, frutifique ou se multiplique por si só, assim como ocorre com o dinheiro” (p. 63). E o autor não desperdiçou tempo para dizer que a ação de um dinheiro render outro se tornava contra a natureza. Dessa forma, o lucro obtido com esse dinheiro configurava-se desonesto e antinatural.

Baseado em Aristóteles<sup>31</sup>, Oresme continuou a orientar com a profunda crença de que isso caracterizava usura e abuso, um dinheiro “parindo outro dinheiro” tornava-se contra a natureza, opondo-se a Deus. Portanto, “[...] o peso e a medida, acima de tudo, se conservem como prova da verdade, pois todas as coisas ficarão conturbadas se a sua integridade se misturar com a fraude” (p. 64). Dessa forma, a conduta humana dos homens medievais, em relação ao ganho relativo à alteração das moedas, conforme nos indica Oresme, é colocada em xeque, haja vista que foi a “[...] orientação política que informa sua elaboração teórica” (p. 11), ou seja, Oresme escreve, embasado na realidade política, vivida por aqueles homens.

A obra em estudo destacou, a todo o momento, um proeminente intelectual. Oresme, que, apesar de manter bom relacionamento com a classe política francesa, a confiança da corte do rei e a amizade de Carlos V, não mutilou a verdade e falou o que julgou legítimo sobre as moedas. Ele apresentou-se como quem “[...] tem autoridade de guiar as consciências, de revelar os seus erros e ilusões. Tem o poder de reformar, de guiar [...]” e de realizar “[...] o esclarecimento das consciências [...]” (GARCIA, 2009 p. 230). O resultado foi o tratado, expressão das licitudes e ilicitudes sobre as moedas e norte às ações dos homens.

---

<sup>31</sup> Filósofo grego, Aristóteles nasceu em 384 a.C., na cidade antiga de Estágira, e morreu em 322 a.C.. Seus pensamentos filosóficos e ideias sobre a humanidade têm influências significativas na educação e no pensamento ocidental contemporâneo. Aristóteles é considerado o criador do pensamento lógico. Suas obras influenciaram também na teologia medieval da cristandade. (Fonte: Sua Pesquisa. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/aristoteles/>).

Após escrever que o ganho proveniente da alteração das moedas era contra a natureza, Oresme seguiu explicando, em seu capítulo XVII, que tal ganho era ainda pior que a usura. Apresentou-nos as três maneiras pelas quais alguém poderia ganhar com a moeda de forma não natural. Primeiro, pelo câmbio, na guarda ou troca das moedas; segundo, pela usura, quando seu uso é contrário à natureza; e terceiro, pela alteração das moedas. Das três maneiras apresentadas, segundo o autor, a pior é a terceira, pois na ação de alterar indevidamente as moedas, o príncipe “[...] tomava o dinheiro dos seus súditos de fato e não por vontade deles [...], para depois, sem necessidade alguma [...], devolver-lhes uma moeda pior” (p. 66), ficando, dessa alteração, uma parte que era retida pelo príncipe. É uma prática pior que todas as anteriormente citadas porque, segundo Oresme, tal alteração é imposta aos súditos e a toda a comunidade, sem trazer-lhes vantagem alguma. Por isso o autor caracterizou-a “tirânica e dolorosa”.

Na obra de Oresme, os preceitos são vislumbrados com frequência. O autor se posiciona com determinação frente às atitudes dos príncipes em alterar as moedas e, com ética, defende seus princípios. Preocupa-se com a coletividade, com a comunidade que, sob ação tirânica, se apresenta sem voz ativa para contrapor e defender seus direitos. Atitudes como essas, que nos apresenta Oresme, são destacadas por Garcia (2009) como exemplos morais. Para a autora, os educadores “[...] precisam ter um comportamento [...] no exercício da autorreflexão e da autodeterminação, sendo exemplos morais a serem seguidos por aqueles que estão sob seus cuidados” (p. 231). Ou seja, um professor não pode ser apenas o elo de comunicação entre o currículo e o educando. Para além dessa tarefa, o professor, dotado de criticidade, precisa apresentar um comportamento ético e passivo de seguimento por aqueles que estão sob sua responsabilidade intelectual.

A atitude de Oresme em repudiar atitudes que causariam danos nos ensina sobre os valores e os direitos humanos que deveriam prevalecer na vida da comunidade medieval. No capítulo XVIII da obra em estudo, Oresme explicou que, para evitar certos escândalos na comunidade, seria tolerável, pela necessidade ou por conveniência, a existência de algumas coisas desonestas e como exemplo o autor citou-nos os bordéis públicos, o câmbio e a usura. No entanto, para a alteração de moedas, segundo ele, não haveria justificativa, porque, com essa vantagem ilícita, não se evitariam escândalos, antes se criavam. Portanto, a opinião de Oresme

a essa conduta é que, por serem tão ruins e prejudiciais a toda comunidade, as alterações de moedas não deveriam, jamais, serem permitidas.

Observamos que a didática utilizada pelo mestre no tratado em momento algum fugiu dos parâmetros da ética, da igualdade e da democracia. Observamos que, no capítulo XV dessa obra, em que trata do ganho obtido por um príncipe pelas alterações da moeda, o autor rapidamente julga seu grau de injustiça. Além disso, leva em grande consideração os prejuízos da comunidade, da classe menos favorecida e, conseqüentemente, oprimida por causa da alteração dessas moedas. Dotado de comprometimento político, o autor afirma que, “[...] na medida em que o príncipe obtém esse tipo de ganho, disso resulta necessariamente igual prejuízo para a comunidade” (p. 62). Assim, fundamentado em Aristóteles, Oresme acrescenta que qualquer dano causado à comunidade seria injusto e desmerecedor ao rei.

O grupo de homens a quem Oresme ensinou era formado pela elite política de seu tempo. Junto a essa comunidade o filósofo participava de missões políticas que lhe eram confiadas por Carlos V e, assiduamente, frequentava a corte do rei. No entanto os princípios que regeram todo o seu tratado configuraram-se em ensinamentos que, para além de um discurso econômico, levaram aqueles homens a refletirem sobre suas ações, em especial, na atitude de alterar moedas. Sem dúvida, o que Oresme ensinou aos homens de seu tempo foram questões de princípios e valores. Ele bem sabia a quem estava escrevendo, em favor de quem se posicionava e que tipo de homem poderia formar, a partir de seus críticos ensinamentos, para atuar naquela determinada sociedade. Seu posicionamento político indicava de que lado estava, o conteúdo que ensinava possuía significado real e, por isso, era imprescindível àquele momento da história.

Diante das expressivas lições ensinadas por Oresme, sensibilizamo-nos a buscar em Pimenta (2013) as reflexões sobre o papel do professor para os dias atuais. Para a autora, o professor apresenta-se

[...] como figura fundamental. É ele que tem de compreender o funcionamento do real e articular sua visão crítica dessa realidade com suas pretensões educativas, a qual define e reformula, em virtude de contextos específicos. Isso significa definir o trabalho do professor como intelectual e não como técnico executor (PIMENTA, 2013 p. 149).

As declarações da autora nos possibilitam refletir sobre o indiscutível papel que exerce um professor. Ressaltamos, em especial, sua função de articular, com criticidade, a realidade social com suas práticas educativas. Corroborando esse pensamento, retomamos Garcia (2009) que nos acrescenta que esses discursos pedagógicos devem provocar os professores a “[...] refletirem e examinarem os seus pensamentos e os princípios que pautam o trabalho didático e pedagógico que desenvolvem no cotidiano [...]”. Para isso, entendemos que necessária se faz a consideração sobre os princípios que devem determinar os conteúdos curriculares, bem como as maneiras de se ensinar e aprender. Assim, reflexões sobre o “para que ensinar?”, “em favor de quem?”, “que tipo de homem formar?”, “para que tipo de sociedade?”, “de que lado estou?” (GARCIA, 2009 p. 233) serão imprescindíveis ao trabalho didático do professor nos dias atuais.

Observamos que a didática apresentada no tratado, ainda que escrita há sete séculos, apresenta-se viva e atual. O mestre Oresme discutiu um tema que incomodava os princípios éticos e causava prejuízos à comunidade. Ele percebeu, em meio, provavelmente, a tantos outros problemas, aquele que causava maior indignação e injustiça, trazendo, à tona, uma discussão de fundamental importância.

A obra de Oresme tornou-se norteadora às ações dos homens do século XIV, em especial àqueles que priorizavam o desenvolvimento econômico e, principalmente, aos homens justos e honestos, que não desejavam o vacilo das alterações das moedas, mas que governavam e cuidavam do bem público com retidão. Uma ‘cartilha’ que ensinou as primeiras ‘lições’ com prudência, minuciosidade e determinação. Didaticamente, o passo a passo da economia medieval.

O estudo proposto em seguida é um convite à reflexão sobre o papel que exerce, hoje, o ensino na formação de pessoas mais éticas na sociedade. Possibilita-nos pensar o ensino com função mediadora e orientadora das ações humanas. Todavia, ante uma sociedade injusta, corrupta e desigual, estaria o ensino desempenhando tal papel?

#### 4.1 O PAPEL DO ENSINO NA FORMAÇÃO HUMANA

Podemos afirmar que a escola é o lugar onde ocorre o processo de ensino formal. Ela é o espaço privilegiado da produção e reconstrução do conhecimento,

portanto, consideramos de suma importância que esse espaço de aprendizagem acompanhe as exigências e necessidades interdisciplinares, constatadas na construção dos novos conhecimentos.

Ao ressaltarmos a necessidade de um trabalho interdisciplinar e ao relacionarmos com o ensino realizado por Oresme, compreendemos sua importância diante dos desafios que a sociedade apresenta e, acreditamos que, frente aos problemas encontrados, o homem sempre necessitou, independentemente do período histórico, ser formado em sua totalidade e integralidade.

Desse modo, para melhor compreensão sobre a prática pedagógica interdisciplinar, Fazenda (2011) nos explica que

Interdisciplinaridade não é uma panaceia que garantirá um ensino adequado, ou um saber unificado, mas um ponto de vista que permite uma reflexão aprofundada, crítica e salutar sobre o funcionamento do mesmo. É proposta de apoio aos movimentos da ciência e da pesquisa. É possibilidade de eliminação do hiato existente entre a atividade profissional e a formação escolar. É condição de volta ao mundo vivido e recuperação da unidade pessoal, pois o grande desafio “não é a reorganização metódica dos estudos e das pesquisas, mas a tomada de consciência sobre o sentido da presença do homem no mundo” (FAZENDA, 2011 p. 73-74).

A autora nos direciona no entendimento de que, não há uma receita sobre como o processo de ensino interdisciplinar deve acontecer no ambiente escolar. Segundo a autora, o trabalho interdisciplinar depende da formação de cada docente e da tomada de consciência em relação ao valor do conhecimento na perspectiva interdisciplinar, na tarefa de formar as novas consciências.

Nesse sentido, autores como Oresme nos mostram que ensinamos também por meio de debates, de obras, de modelos sociais, principalmente por exemplos dados por homens que representam a sociedade de cada época. Claro, estamos falando do século XIV, mas, se pensarmos hoje, compreendemos que a maioria das pessoas quer seguir exemplos de personagens que se destacam na sociedade, sejam por valores econômicos, visuais e/ou intelectuais.

Assim, o papel do professor é imprescindível nessa conjuntura, pois é pela via do conhecimento científico que os homens têm discernimento de qual modelo seguir. Por isso os intelectuais do passado são tão importantes para esse discernimento e se tornam clássicos, haja vista que eles tratam da sociedade e não do individual.

Eles debatem sobre a importância de o homem da sua época conhecer, desenvolver o intelecto para compreender as questões presentes nas suas relações sociais. Os clássicos afirmam a importância de se formar o homem como um cidadão digno de pensar no coletivo, de entender que o resultado de suas ações não será prejuízo ou benfeitoria somente para o indivíduo que pratica, mas, sim, que terá consequências para todos.

Desse modo, necessária se faz a observação dos modelos disciplinares de currículos escolares, na busca de estratégias metodológicas que visem à superação da fragmentação presente no processo de ensino atual e no planejamento de ações que contribuam para a formação de homens éticos, haja vista que o homem torna-se homem na integralidade e totalidade das relações sociais que estabelece.

Dessa forma, buscamos em Aristóteles e em Hugo de São Vitor, além de outros autores, explicações sobre o processo de ensino, a fim de refletir sobre seu papel na formação emergente desses novos homens e para aprofundar as questões tratadas por Oresme, questões educacionais que ensinaram os homens do seu tempo e, apesar dos séculos que nos separam, ainda podemos entender os ensinamentos para a nossa época como a ética; os valores humanos; a necessidade de conhecermos para nos posicionarmos; a hierarquia dos metais; os danos que causam a ambição; dentre outros.

Na obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles, levando em consideração o homem enquanto ser concreto, definido pela razão, investiga o tipo de saber que podemos obter em relação à conduta. Explica o autor que, “[...] sendo, pois, de duas espécies a virtude, intelectual e moral, a primeira, por via de regra, gera-se e cresce graças ao ensino [...]; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito [...]” (ARISTÓTELES, 1991 p. 29). Dessa forma, fica em evidência que as virtudes morais não surgem naturalmente, pois aquilo que existe por natureza não poderá formar outro hábito. Assim, conforme explica Aristóteles, como uma pedra, que naturalmente se move para baixo, não se habitua a contrariar sua direção, ou o fogo, que não se habitua para baixo e, sim, por natureza, seu percurso é para cima, também acontece com as diversas outras coisas.

Tanto Aristóteles como Oresme, apesar de serem de épocas distintas, ensinaram pela ética. Cada um à sua maneira, conforme julgavam necessário para o seu período. Enquanto na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles se preocupa em formar o homem, no tratado, a preocupação de Oresme está nas relações que esse homem

estabelece com a moeda. Ambos acreditavam numa formação capaz de colocar o homem acima de suas críticas, ou seja, que soubesse o que era certo ou errado e que praticasse as virtudes.

Para Aristóteles, determinada virtude é adquirida pelo homem, à medida que este a exercita. Segundo o filósofo, “[...] os homens tornam-se arquitetos construindo e tocadores de lira tangendo esse instrumento” (p. 29-30). E não é nada diferente com a justiça: o homem torna-se justo à medida que exercita ações justas. Todavia, para o autor, da mesma maneira a virtude poderá ser destruída. Vejamos:

[...] é das mesmas causas e pelos mesmos meios que se gera e se destrói toda virtude, assim como toda arte: de tocar a lira surgem os bons e os maus músicos. Isso também vale para os arquitetos e todos os demais; construindo bem, tornam-se bons arquitetos; construindo mal, maus. Se não fosse assim não haveria necessidade de mestres, e todos os homens teriam nascido bons ou maus em seu ofício (ARISTÓTELES, 1991, p. 30).

Entendemos que, pelo mesmo caminho que se constrói a justiça, ela pode ser desconstruída. Conforme explica Aristóteles, assim como existem, entre os arquitetos e músicos, os bons e os maus, igualmente ocorrem com as virtudes, pois, ao desenvolver bem uma construção, tornar-se-á um bom construtor, mas, ao construir mal, tornar-se-á mau. Todavia, o autor destaca nessa relação de aprendizado, a importante figura de quem ensina, haja vista que, se os homens todos nascessem bons, não necessitariam da existência dos mestres e reforça-nos, aqui, a importância do professor na formação de pessoas virtuosas e éticas para a sociedade.

Para melhor explicar sobre as virtudes, Aristóteles nos apresenta algumas comparações, destacando que, em relação à temperança e à coragem do homem, aquele que tem medo e foge de tudo tende a ser um covarde, enquanto que o homem que nada teme e que enfrenta os perigos torna-se temerário. Da mesma forma, o que se entrega aos prazeres conhece a intemperança, ao passo que aquele que os evita torna-se insensível. Ou seja, tanto a temperança como a coragem são destruídas pelo excesso e pela falta, todavia são preservadas pela moderação e equilíbrio. Assim ocorre com as virtudes, busca-se a temperança, abstendo-se dos prazeres, e, ao tornar-se temperante, mais capacidade o homem apresenta frente a essa abstenção.

Aristóteles ainda prossegue nesses ensinamentos sobre a virtude, revelando-nos que

[...] todo estado da alma tem uma natureza relativa e concernente à espécie de coisas que tendem a torná-la melhor ou pior; mas é em razão dos prazeres e dores que os homens se tornam maus, isto é, buscando-os ou evitando-os — quer prazeres e dores que não devem, na ocasião em que não devem ou da maneira pela qual não devem buscar ou evitar, quer por errarem numa das outras alternativas semelhantes que se podem distinguir (ARISTÓTELES, 1991 p. 33).

A ideia defendida pelo autor é que há sempre um motivo para as pessoas tornarem-se boas ou ruins. No entanto as dores e os prazeres são responsáveis em tornar o homem mau, à medida que são buscados ou evitados. Ou seja, os prazeres e dores que não devem ser buscados, ou que são almejados em momento e de maneira não recomendados, e, ainda, os que são evitados enquanto poderiam ser alcançados podem tornar uma pessoa melhor ou pior em seu modo de viver.

Segundo Aristóteles, tanto o que é atraente como o que se apresenta penoso crescem com o homem e, por esse motivo, as paixões não podem ser contidas com facilidade. Assim, toda indagação humana se reportará ao prazer ou à dor, já que, por apresentarem-se lícitos ou ilícitos, têm o poder de interferirem, de forma significativa, no comportamento do homem.

Aristóteles apresenta como verdadeira a tese de que “[...] pela prática de atos justos se gera o homem justo, e pela prática de atos temperantes, o homem temperante; sem essa prática, ninguém teria sequer a possibilidade de tornar-se bom” (p. 35). Todavia a maioria dos homens, contrário a essa teoria, age diferente. Ao mergulhar nessa tese, as pessoas acreditam ser filósofas e, somente por isso, já pensam em tornarem-se boas. Para o autor, as atitudes humanas, relacionadas à justiça, não ocorrem de maneira tão simples. Essas pessoas são como “[...] enfermos que escutassem atentamente os seus médicos, mas não fizessem nada do que estes lhes prescrevessem” (p. 35). Ou seja, da mesma maneira que a saúde de um enfermo não se restabelecerá apenas ouvindo as prescrições médicas, sem as praticar, assim ocorrerá com o homem justo, suas atitudes não poderão ser melhores, apenas estudando filosofia, mas praticando ações justas.

Para o filósofo, “[...] pelas nossas virtudes e vícios somos efetivamente louvados e censurados” (p. 36). Dessa forma, as paixões não levam o homem ao

juízo ou elogio, mas as virtudes ou vícios, sim. Da mesma maneira, os sentimentos não são causas de juízo ao homem, mas suas atitudes, porque as sensações são involuntárias, enquanto as atitudes envolvem escolhas. Portanto, para o autor, as virtudes dependem da disposição de caráter que o homem apresenta. E é essa disposição que pode tornar o homem bom, pois, assim como

[...] a excelência do olho torna bons tanto o olho como a sua função, pois é graças à excelência do olho que vemos bem. [...] a excelência de um cavalo tanto o torna bom em si mesmo como bom na corrida, em carregar o seu cavaleiro e em aguardar de pé firme o ataque do inimigo. Portanto, se isto vale para todos os casos, a virtude do homem também será a disposição de caráter que o torna bom e que o faz desempenhar bem a sua função (ARISTÓTELES, 1991 p. 36).

Em nosso entendimento, a virtude não se configura em valores que, assim como características físicas, podem ser transmitidos hereditariamente, mas em valores que dependem da disposição de caráter, ou seja, da vontade e querer das pessoas em serem boas e honestas, pois, assim, surgirão as ações virtuosas.

Observamos que, para Aristóteles, “[...] a virtude deve ter o atributo de visar ao meio-termo” (p. 37). O autor está se referindo à virtude moral, já que ela está relacionada às paixões e ações, nas quais, para o filósofo, habitam o excesso, a carência e o meio-termo. Ao realizar comparações entre a virtude e as obras de arte, o autor nos explica que “[...] o excesso e a falta destroem a excelência dessas obras, enquanto o meio-termo a preserva” (p. 37). É exatamente em busca desse equilíbrio que os artistas depositam todo o seu trabalho. Dessa forma, tanto o excesso das paixões como sua carência são prejudiciais ao homem, enquanto que o meio-termo torna-se o propósito da virtude.

Observamos, também, que a virtude existe como forma de moderação, com capacidade de mediar e equilibrar as ações humanas. Todavia não é em todas as paixões, conforme exprime Aristóteles, que se poderá buscar o meio-termo. Sendo o adultério, por exemplo, uma ação não reta, “[...] tampouco a bondade ou maldade dependem de cometer adultério com a mulher apropriada, na ocasião e da maneira convenientes” (p. 39). Portanto, para atos injustos e covardes, não poderá haver meio-termo, pois são práticas que, “[...] de qualquer forma que sejam praticadas, são más” (p. 39).

Vejamos que, segundo Aristóteles, as ações justas pertencem aos homens bons. Assim, o homem bom avalia todas as coisas boas como assertivas, e em cada uma a verdade pode ser percebida com clareza. Contudo “[...] cada disposição de caráter tem suas idéias próprias sobre o nobre e o agradável” (p. 55). Por isso nosso entendimento é que a diferença entre esse homem bom e os demais está exatamente na percepção da verdade que existe nas coisas, ou seja, o homem benevolente conhece a verdade e, provavelmente, suas atitudes estão fundadas no bom caráter.

Por conseguinte,

[...] a virtude também está em nosso poder, do mesmo modo que o vício, pois quando depende de nós o agir, também depende o não agir, e vice-versa; de modo que quando temos o poder de agir quando isso é nobre, também temos o de não agir quando é vil; e se está em nosso poder o não agir quando isso é nobre, também está o agir quando isso é vil. Logo, depende de nós praticar atos nobres ou vis, e se é isso que se entende por ser bom ou mau, então depende de nós sermos virtuosos ou viciosos (ARISTÓTELES, 1991 p. 55).

Compreendemos, assim, que cada homem torna-se responsável pela injustiça ou intemperança por ele praticadas. Todavia cada ação humana depende de treinos, pois [...] bem o mostram as pessoas que se treinam para uma competição ou para uma ação qualquer, praticando-a constantemente” (p. 57). Dessa forma, estão sob o controle do homem suas ações virtuosas ou viciosas, de acordo com seu treinamento constante.

Similares a esse pensamento de Aristóteles foram as lições de Hugo de São Vitor no século XII, um filósofo que também muito contribuiu com o ensino e que escreveu *Didascálicon da arte de ler* (1127), texto filosófico, de considerável importância e que consistiu em orientar os jovens estudantes de Paris em suas leituras. Nas prescrições de Aristóteles (1991 p. 55), vimos que [...] a virtude também está em nosso poder, do mesmo modo que o vício, pois quando depende de nós o agir, também depende o não agir, e vice-versa”, enquanto que, para Hugo,

O bom estudioso deve ser humilde e manso, afastado totalmente das preocupações vãs e dos ilícitos das volúpias, diligente e constante, para que aprenda com prazer de todos, nunca presuma de sua ciência, fuja dos atores de doutrinas perversas como do veneno, aprenda a refletir longamente sobre alguma coisa antes de julgá-la, não queira aparecer douto, mas sê-lo, ame os ensinamentos

aprendidos dos sábios e procure tê-los sempre diante dos olhos como espelho do seu próprio rosto. E se, por acaso, certas coisas mais obscuras não são admitidas por sua inteligência, o bom estudioso não prorrompa em impropérios, como se cresse que nada é bom a não ser aquilo que ele pode entender. Esta é a humildade da disciplina dos estudantes (SÃO VITOR, 2001 p. 159).

Percebemos que Aristóteles e Hugo de São Vitor igualmente ensinaram, o filósofo pela ética e o vitorino pela arte de ler. Assim como Aristóteles sobre as virtudes, o mestre Hugo deixou lições que contribuiram significativamente com o ensino dos jovens de seu tempo, configurando-se, ainda, para os dias atuais, em sensatas orientações.

Ao iniciar suas lições pela sapiência, Hugo de São Vitor julgou-a como a primeira de todas as coisas a serem aprendidas, algo sagrado e divino. Aliás, mais que isso, para ele, a sapiência é a *Pessoa da Trindade* santa, *forma do bem perfeito* e formato de Deus. Em síntese, a sapiência é a própria *Mente de Deus*.

As orientações que o vitorino dispensava aos seus aprendizes eram simples, porque, para ele, “[...] tudo começa com o ato de ler, seguido pelo ato de refletir e enfim pelo ato de contemplar” (SÃO VITOR, 2001 p. 11). Ou seja, ler, refletir e contemplar. Hoje, nove séculos após essas lições, as escolas continuam sendo desafiadas a ensinar o judicioso segredo do aprender.

Segundo Hugo de São Vitor,

[...] a finalidade e a intenção de todas as ações e esforços humanos, que são guiados pela Sapiência, devem mirar ou a restabelecer a integridade da nossa natureza ou a mitigar a fatalidade das privações, às quais a vida presente está sujeita. [...]. Duas coisas existem no homem, o bem e o mal, a natureza original e a sua depravação. O bem, sendo que é a natureza originária, visto que se depravou, visto que ficou diminuto, deve ser restabelecido através do empenho pessoal. O mal, dado que é depravação, dado que é corrupção, sendo que não é a natureza originária, deve ser extirpado, E se não pode ser extirpado pela raiz, pelo menos deve ser reprimido com a aplicação de um remédio. Isto é exatamente aquilo que deve ser feito para que a natureza seja recuperada e o vício eliminado (SÃO VITOR, 2001 p. 61).

O que o autor nos explica é que, se a leitura fizer parte dos atos humanos, conseqüentemente, as ações serão guiadas para e pela *Sapiência*. Conforme escreveu o mestre, é preciso apenas percorrermos os caminhos da leitura para, assim, alcançarmos conhecimento e sabedoria.

O vitorino ressaltou, também, a importância da humildade e da mansidão a todo aquele que quer aprender. Para o autor, [...] O bom estudioso deve ser humilde e manso, afastado totalmente das preocupações vãs [...] (SÃO VITOR, 2001 p. 159). Além disso, que o jovem estudioso evite a busca por desejos não lícitos, mas que se encaminhe a estudos honestos e úteis, pois ao jovem estudioso pertence o amor à sabedoria, e, aos sábios, verdadeiros conselheiros admiráveis. Vimos, portanto, que as preocupações do bom estudioso devem estar focadas nos estudos, evitando a perda de tempo com temas inúteis e desonestos, mas buscando sempre a sabedoria.

O mestre Hugo motivava e orientava seus estudantes sobre a importância da dedicação à pesquisa. Para ele, o bom estudante deveria estudar com afinco e paixão. Suas palavras nos confirmam que

A dedicação à Pesquisa pertence ao campo do exercício, e nisto o estudante precisa mais de exortação do que de ensinamento [...]. Gostaria que nossos estudantes tivessem uma tal diligência que neles a sabedoria nunca envelhecesse. (SÃO VITOR, 2001 p. 161).

Observamos que Hugo chama a atenção dos leitores aprendizes, explicando que a pesquisa depende de prática e exercício constante. Ou seja, ao pesquisador exigir-se-á muito mais o hábito da pesquisa que de ensinamentos, ao mesmo tempo, destaca a importância da diligência. Portanto, é preciso apresentar interesse, cuidado, zelo e presteza na prática dedicada à pesquisa.

De acordo com Hugo de São Vitor, a semelhança divina do homem pode ser recuperada por meio de duas atitudes: a busca da verdade e a prática da virtude. Sua declaração confirma que

Duas são as coisas que recuperam no homem a semelhança divina, e são elas: 1) a especulação da verdade e 2) o exercício da virtude. Pois o homem é semelhante a Deus quando é sábio e justo, ainda que o homem seja sábio e justo de maneira mutável, Deus de maneira imutável (SÃO VITOR, 2001 p. 67).

Entendemos que, na busca de assemelhar-se a Deus, ao homem basta apenas procurar sempre a verdade e praticar a virtude, pois, ainda que de maneira mutável, sempre que exercitar a sabedoria e a justiça, o homem assemelhar-se-á a Deus.

Vimos ainda que Hugo de São Vitor expressa tão grande importância ao ato de ler pois, para ele, a leitura é o começo de tudo, é o primeiro passo à busca do saber. Por isso motiva seus jovens à leitura e, ao mesmo tempo, destaca suas atitudes qualitativas. Para ele, um bom aluno

“[...] ouve com prazer todos, lê tudo, não despreza escrito algum, pessoa alguma, doutrina alguma...pois nenhum texto há, que não tenha algo a ser aproveitado, quando é lido no tempo e no modo apropriado” (III, 13). Hugo injetava nos jovens uma grande fome de ler e saber. Estudar, lendo, significa conhecer a Sapiência. Por isso, a filosofia, que começa com a leitura, nada mais é que um exercício de amizade com Deus: "A procura da Sapiência é uma amizade com a divindade e com a sua pura mente" {Sapientiae studium est divinitatis et purae mentis illius amicitia, I, 2} (SÃO VITOR, 2001 p. 11).

O que nós analisamos é que Hugo de São Vitor, em seu tempo, sabia muito bem que o ensinamento que transmitia àqueles jovens serviria para a formação de um homem integral, sábio e inteligente. A reflexão sobre “o que poderia aprender quem tem fome de leitura e conhecimento?” era justamente o que o mestre introduzia com seus ensinamentos.

Pensando na formação de um homem integral, a matemática também foi tratada pelo mestre Hugo. Essa área era denominada de doutrina científica e sua explicação ocorreu no sentido de entendermos que

Máthesis significa vaidade quando é escrita com o “t” não aspirado, e neste caso se refere à superstição daqueles que depositam o destino dos homens nas constelações. Por isso, esse tipo de indivíduos são chamados matemáticos. Quando, porém, é escrita com “th” aspirado, significa doutrina matemática. A matemática é o ensino “que se ocupa da quantidade abstrata. Chamamos abstrata aquela quantidade que tratamos só nos raciocínios, separando-a pelo intelecto da matéria ou dos outros acidentes, como é o par, o ímpar e coisas do tipo”. Quem faz esta abstração é a ciência, não a natureza (SÃO VITOR, 2001 p. 87).

Observamos que, conforme nos informa o autor, a matemática, quando escrita com “t”, refere-se às crenças e ilusões dos matemáticos que acreditam nos signos, e a matemática, escrita com “th”, possui o significado de doutrina, ou seja, apresenta seus preceitos, fundamentos e regras. Enquanto uma significa “aprendizagem”, “conhecimento” e “ciência”, a outra significa “sem fundamento”,

“ vaidade ” e “ nulidade ”. Sua escrita com “ th ” representa doutrina matemática e ensino, cuja incumbência é a abstração e o raciocínio, sendo unicamente de responsabilidade da ciência tal abstração.

Hugo de São Vitor (2001 p. 139) preocupou-se em escrever aos seus alunos sobre qual arte deveria ser priorizada, explicando que “[...] os antigos destacaram sete em seus programas de ensino”, e que, no passado, alguns homens foram tão aplicados na aprendizagem das sete ciências que traziam todas na mente. Assim, ao necessitarem resolver qualquer questão, tinham as regras e os fundamentos prontos, sem a necessidade de recorrerem aos livros. Para o mestre Hugo, foram tempos em que “[...] o número de sábios era tal, que eles escreviam mais livros de quantos nós poderíamos ler”. Declarou ainda que “[...] os nossos alunos ou não querem ou não sabem manter um método adequado de aprendizagem”, justificando o fato de por que “[...] encontramos muitos estudantes, mas poucos sábios”.

Sobre a importância desse tempo dedicado aos estudos, apesar de o mestre reconhecer que nem todas as pessoas possuem a capacidade de entendimento, explicou que “[...] é mal fazer o bem com negligência, mas é pior gastar muitas energias inutilmente”. Sendo assim, preocupou-se em indicar aos seus jovens os escritos úteis e os modos pelos quais são levados ao aprender.

O mestre dominou e apresentou aos seus aprendizes as regras de todo saber, revelando-nos que

[...] o fundamento de todo o saber está nas sete artes liberais, as quais, mais que as outras, devem estar à mão, como aquelas sem as quais a disciplina filosófica nada costuma ou pode explicar e definir. Elas estão tão conexas entre si e necessitam tanto dos fundamentos recíprocos uma da outra, que, se apenas uma faltar, as outras não podem criar um filósofo. Por isso, parece-me que erram quantos, não levando em conta esta conexão nas artes, escolhem para si algumas delas e, deixando as outras intocadas, acham que nestas podem tornar-se perfeitos (SÃO VITOR, 2001 p. 143).

Compreendemos que o autor, ao apresentar as sete artes liberais, destacou a importância de um ensino interdisciplinar, pois, ao explicar que as disciplinas encontravam-se conexas, determinou que o trabalho com elas deveria ser integrado e fundamentado de forma interdependente. Não há bons resultados quando as disciplinas são fragmentadas ou deixam de considerar as relações existentes entre elas.

Hugo é específico quando trata do processo de ensino da ciência, relatando que,

Quando, portanto, lidamos com qualquer ciência, mas, sobretudo, quando a ensinamos, tudo deve ser resumido sinteticamente e exposto de maneira a ser facilmente compreendido, devendo bastar uma exposição quanto mais breve e rigorosa possível sobre aquilo que está sendo tratado, para evitar que, ao multiplicarmos as explicações não pertinentes, turbemos o estudante ao invés de edificá-lo. Não deve ser dito tudo aquilo que podemos dizer, para que não seja dito de modo menos aproveitável aquilo que devemos dizer (SÃO VITOR, 2001 p. 145).

Observamos que o mestre Hugo compreendia que o processo de aprendizagem dos educandos muito dependia das estratégias e metodologias de ensino, utilizadas por seus professores, certamente porque possibilitariam maior facilidade no aprender. Para o vitorino, não adianta ao professor dizer muito, se pouco será aproveitado, ao ser breve e rigoroso na exposição, o mestre contribui com a edificação de seu discípulo, ou melhor, o professor consegue ensinar.

O treinamento constante das ações de virtude e sapiência de que falam Aristóteles e Hugo de São Vitor, juntamente com Nicole de Oresme que ensina os homens medievais sobre a ética na relação com a moeda, não poderá desconsiderar a formação que o homem recebe durante toda sua vida e seu desenvolvimento enquanto ser social. O conhecimento socializado pelas escolas deve possibilitar um ensino que forme o homem em sua totalidade.

Portanto, em nosso entendimento, tanto Aristóteles como Hugo de São Vitor, embora tenham vivido em tempos distantes e distintos, contribuíram com o processo de ensino. Enquanto o filósofo apresenta a ética como possibilidade para eliminar a desigualdade humana, aprofundando o debate sobre as virtudes e sua importância na vida dos homens; Hugo de São Vitor ensina como alcançar a sapiência, pois para o vitorino, a leitura é o princípio de tudo, é o segredo para adquirir o conhecimento e a sabedoria.

A exemplo de Aristóteles e Hugo de São Vitor, Nicole Oresme muito ensinou. Com coragem, por meio do *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas* desvendou as diversas formas impuras de apropriar-se das riquezas que geravam prejuízos à sociedade medieval daquele período. Opondo-se a tudo que suscitava desvantagens à comunidade, ensinou questões de princípios e de valores éticos.

Embasado em conhecimentos científicos, preocupou-se em explicar as atitudes corretas dos processos que norteavam as relações monetárias de príncipes e reis e, por meio de seus ensinamentos, contribuiu com a formação dos homens de seu tempo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção, ao desenvolver esta pesquisa, foi o estudo dos ensinamentos de Nicole Oresme. Partindo de seu contexto histórico, objetivamos analisar sua obra, *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, destacando sua importância à reflexão sobre o processo de ensino.

A contextualização do período histórico vivido por Oresme trouxe a possibilidade de ampliarmos o entendimento de fatos ocorridos na Idade Medieval, precisamente no século XIV. Além de contribuir para a economia medieval, o autor denunciou práticas ilícitas, como as alterações das moedas. Ensinou, com veemência, que a honestidade e a ética perpassam os tempos e são necessárias em todas as relações humanas, isto é, são valores imprescindíveis a todas as sociedades e épocas.

Os intelectuais da Idade Medieval, em sua maioria, faziam parte da classe eclesiástica. Eram homens que, ao refletirem sobre sua prática, esperavam que seus ensinamentos fossem entendidos como significativos, pois ensinavam para a vida. Oresme destacou-se como um desses intelectuais que, com coragem, foi capaz de desvendar os mecanismos e suas variadas formas impuras de apropriação das riquezas, que geravam grandes prejuízos à sociedade da época. Sua atuação frente à sociedade de seu tempo foi determinante, em especial no exercício do bem governar, por meio de um governo justo, deixando um legado à história econômica e política do século XIV.

Na obra *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas*, com enfoque à ética do bem comum, Oresme se opõe a tudo que suscita prejuízos à comunidade, destacando que a comunidade não deveria ser penalizada por ações tirânicas e injustas de homens que governavam, isto é, os príncipes e reis. Dessa forma, sua característica é de uma obra real e atual, com possibilidade de orientar e ensinar os homens de todos os tempos. O que Oresme ensinou foram questões de princípios e valores. Ele conhecia a quem estava escrevendo, em favor de quem se posicionava e que tipo de homem poderia formar. Seu posicionamento político indicava de que lado estava. Por isso o conteúdo que ensinava possuía significado real, era imprescindível àquele momento.

O processo ensinar aprender é intrínseco, à medida que considera a mediação entre as duas ações e, ao mesmo tempo, a relação existente entre o que se deve ensinar e o que se deve aprender. Indispensável à didática é a construção de novas formas de relação com o saber, a aproximação entre o que a escola planeja ensinar e o que os alunos, de fato, precisam aprender.

Lições relacionadas à pesquisa já ensinava, no século XII, Hugo de São Vitor. Com motivação, o vitorino orientava seus estudantes sobre a importância da dedicação à pesquisa. Para o autor, o bom estudante deveria estudar com afinco e paixão, pois “a dedicação à pesquisa pertence ao campo do exercício, e nisto o estudante precisa mais de exortação do que de ensinamento [...]”. O desejo desse mestre era que os estudantes tivessem muita presteza e que a sabedoria jamais envelhecesse. Para ele, tudo começava com o ato de ler, pois este é o primeiro passo à busca do saber, por isso os jovens precisavam ser motivados à leitura, a ponto de sentirem fome do ler e do saber.

Levando em consideração que o papel do professor é imprescindível na sociedade, pois é pela via do conhecimento científico que os homens têm discernimento de qual modelo seguir, precisamos buscar, nos intelectuais do passado, nesses clássicos que tratam da sociedade e não do individual, essa prudência. Eles debatem sobre a importância de o homem da sua época conhecer e desenvolver o intelecto para compreender as questões presentes nas suas relações sociais.

A exemplo de Nicole de Oresme, que contribuiu para que as relações entre os homens medievais e o dinheiro acontecessem de forma mais éticas, os clássicos afirmam a importância de se formar o homem como um cidadão digno de pensar no coletivo, de entender que o resultado de suas ações não será prejuízo ou benfeitoria somente para o indivíduo que pratica, mas, sim, que terá consequências para todos. Portanto, o compromisso com as questões coletivas e éticas é configurado enquanto se forma a pessoa humana, firmando assim, a importância do professor nesse processo de ensino.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. **A ética**: textos selecionados. São Paulo: Edipro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco; poética**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ARTIGAS, Mariano. Nicolás Oresme gran maestro del Colegio de Navarra, y el origen de la ciência moderna. **Príncipe de Viana**, Espanha, ano IX, n. 9, p. 297-331, 1989. Disponível em:  
<<http://dspace.unav.es/dspace/bitstream/10171/7377/1/Nicol%C3%A1s%20Oresme.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

CARDOSO, Maria Angélica; LARA, Ângela Mara de Barros. Sobre as funções sociais da escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009.

CORSO, Jairo Luiz. **Como são cunhadas as moedas atuais**. Disponível em:  
<[www.cfnt.org.br/textos/feitas\\_moedas.doc](http://www.cfnt.org.br/textos/feitas_moedas.doc)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CUSTÓDIO, Sueli Sampaio Damin. A organização política no século XIV Segundo o “tratado sobre a moeda” de Nicole Oresme. **kriterion**, Belo Horizonte, v. 56, n. 131, p. 239-252, jan./jun. 2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**: efetividade ou ideologia. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOURQUIN, Guy. **História econômica do ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1979.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Didática e trabalho ético na formação docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 225-242, jan./abr. 2009.

HODGETT, Gerald Augustus John. **História social e econômica da Idade Média**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

HOLMES, George. **A Europa na Idade Média (1320-1450)**: hierarquia e revolta. Lisboa: Editorial Presença. 1975.

KOSMINSKY, Eugênio Alexeiévitch. **História da Idade Média**. Lisboa: Editorial Vitória, 1960.

LAUAND, Luiz Jean. **Educação, teatro e matemática medievais**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mercadores e banqueiros na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 113-147, 2004.

\_\_\_\_\_. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 5-24, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LOYN, Henry Royston. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MAFFEI, Talles Henrique Pichinelli; REIS, Jaime Estevão dos. **O tratado de Nicolás de Oresme e a economia medieval**. 2013.

MARX, Karl Heinrich. (1818-1883). **O capital**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVEIRA, Terezinha; MENDES, Claudinei Magno Magre (Org.). **Formação do Terceiro Estado as comunas**: coletânea de textos: François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Maringá: Eduem, 2005.

ORESME, Nicole. **Pequeno tratado da primeira invenção das moedas** (1355). Trad. Marzia Terenzi Vicentini. 21. ed. Curitiba: Segesta, 2004.

PERIN, Conceição Solange Bution. **A educação no século XIV**: Guilherme de Ockham. 2005. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Conceicao\\_Perin.pdf](http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Conceicao_Perin.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2015.

PIAGET, Jean. **Jan Amos Comênio**. Tradução: Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Gino Marzio Ciriello Mazzetto; organização: Martha Aparecida Santana Marcondes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. A construção da didática no GT Didática – análise de seus referenciais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 18 n. 52, p. 143-162, jan./mar. 2013.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. Tradução de Carlos Montenegro Miguel. Portugal: Publicações Europa-América, 1973.

\_\_\_\_\_. **História econômica e social da Idade Média**. 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

RAU, Virgínia. **Feiras medievais portuguesas**: subsídios para seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

ROSCHER, Guiuliane. **Raízes do pensamento econômico**. (1862). Disponível em: <<http://www.segestaeditora.com.br/livros-rpe/pequeno-tratado.php>>. Acesso em: 20 maio 2015.

SÃO VITOR, Hugo de. **Didascálicon da arte de ler**. Introdução e tradução Antonio Marchionni. Petrópolis: Vozes, 2001.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1. (Os economistas).

SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio. **Moeda social**: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. 2006. 252 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

THEODORE, L. Brown; LEMAY H. Eugene; Bursten, Bruce E. **Química**: a ciência central. 9. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURGOUT, Anne-Robert Jacques. In: OLIVEIRA, Terezinha; MENDES, Claudinei Magno Magre (Org.). **Formação do Terceiro Estado as comunas**: coletânea de textos: François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Maringá: Eduem, 2005. 130 p.

VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

WERNECK, Vera Rudge. Sobre o processo de construção do conhecimento: o papel do ensino e da pesquisa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 173-196, abr./jun. 2006.